



BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

ANO II

1984

N.º 3

FL
908
141



FUNDO
LOCAL

INTERDITO
AO
EMPRÉSTIMO



OFERTA

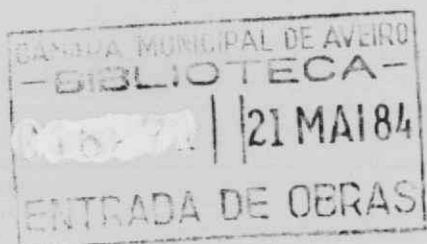
BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

bibRIA

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

018231 1179810

bibRIA





A FEIRA DE MARÇO

Feira de Março... «feira da minha infância — a feira dos meus encantos e da minha saudade. Lá namorei, com extasiados olhos cobiçosos, o triciclo com que um dia corresponderam à mais exigente das minhas aspirações e me proporcionou alguns momentos de pleno triunfo nos trocicos audazes que descrevia em torno dos canteiros da Praça do Comércio. Lá comprei um desnorteante brinquedo, conhecido pelo esdrúxulo nome de bússola, que foi o meu espanto de muitos dias na sua inconcebível obstinação de apontar irremissivelmente a mesma direcção; e também a espada de lata que me hierarquizou nas eminências do comando de uns tantos garotos traquinas da vizinhança, soldados rasos, com sabres de ripa, da batalha desinquietada que causava o desassossego e o destempero do plácido largo. Por lá entretive as minhas irreverentes gaiatices a arremedar o Zé Manhanhas, o das bichas de rabião e dos toscos berços para bonecas — **bercos**, anunciava o desafortunado velho na tabuleta de letras desajeitadas — a mais risível caricatura de homem que algum dia o criador concebeu para albergar a alma de um pobre diabo...»

Eduardo Cerqueira
(Arquivo do Distrito de Aveiro, XIII,
1947; pg. 303)

NA CAPA — Aspecto da Feira de Março de 1984, que recordou os 550 anos da sua instituição.

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicação Semestral de Índole Cultural e Informativa

ABRIL DE 1984

bibRIA

BOLETIM N.º 3

- Direcção** • Presidente da Câmara Municipal de Aveiro
Vereador do Pelouro Cultural
- Propriedade** • Câmara Municipal de Aveiro
- Redacção** • Praça da República — Aveiro — Tel. 24081/82
- Supervisão** • Assessor Cultural da C.M.A.
- Tiragem** • 1 500 exemplares
- Composição e Impressão** • Tipave — Tipografia de Aveiro, Lda.
Estrada de Tabueira — 3800 AVEIRO
- Preço avulso** •

SUMÁRIO

A FEIRA DE MARÇO	• Eduardo Cerqueira	• 3
DUAS PALAVRAS	• Custódio Ramos Vereador do Pelouro Cultural	• 7
NOS 550 ANOS DA FEIRA DE MARÇO	• João Gonçalves Gaspar	• 9
A INSTITUIÇÃO DE UMA FEIRA EM AVEIRO	• Redacção	• 13
INTERESSANTE DOCUMENTO SOBRE A FEIRA DE MARÇO	• Redacção	• 14
DUAS NOTAS SOBRE O CONCELHO DE AVEIRO	• Jorge Arroiteia	• 17
JARDIM BOTÂNICO — CONCEITOS MODERNOS	• Orlando de Oliveira	• 19
LENDA DO SAL	• Amadeu de Sousa - Texto Jeremias Bandarra - Ilustração	• 24
UM MANUSCRITO INÉDITO SOBRE EIXO	• Aníbal Ramos - J. Gaspar	• 27
MEMÓRIA SOBRE A VILA DE EIXO	• Venâncio Dias de Figueiredo Vieira	• 30
O GOVERNADOR DE OITA EM AVEIRO	• Redacção	• 65
ENG.º JOSÉ FERREIRA PINTO BASTO	• João Gonçalves Gaspar	• 68
NOTICIÁRIO	• Redacção	• 71

bibRIA

Os textos assinados são da responsabilidade dos autores.

DUAS PALAVRAS

Sai de novo o «BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO». É este o seu terceiro número, que compreende o período de Outubro de 1983 a Março de 1984.

Submetemo-lo à criteriosa apreciação dos munícipes no momento em que findou a tradicional «Feira de Março», que desta vez toda se engalanou para festejar o seu 550.º aniversário, uma efeméride a registar pelo significado que tem na vida da comunidade.

Por isso lhe dedicamos a capa desta edição bem como algumas páginas cujo conteúdo subsidiará de algum modo a nossa memória colectiva.

Idêntico objectivo se prossegue ao publicar-se um precioso e inédito trabalho intitulado «Memória de Eixo» da autoria do Dr. Venâncio Dias de Figueiredo Vieira (falecido), com a gentil permissão de sua família. Julgámo-lo um valioso contributo para o conhecimento da história de Eixo; um estímulo para a pesquisa e elaboração da história mais recente ou mais remota das restantes freguesias do concelho, sendo certo que, quando tivermos feita a história de cada freguesia, estaremos próximos da história completa do Município de Aveiro.

A extensão daquele trabalho obrigou a preterir no tempo a publicação de outros artigos. Aos seus autores, que esperavam vê-los incluídos neste número, solicitamos a melhor compreensão.

Finalmente, uma palavra de sincero agradecimento a todos quantos desinteressadamente colaboraram nesta realização, para bem da comunidade, para bem de Aveiro.

Custódio Ramos
Vereador do Pelouro da Cultura

For more information, contact the author at info@paulmiller.com.

Idi

NOS 550 ANOS DA FEIRA DE MARÇO

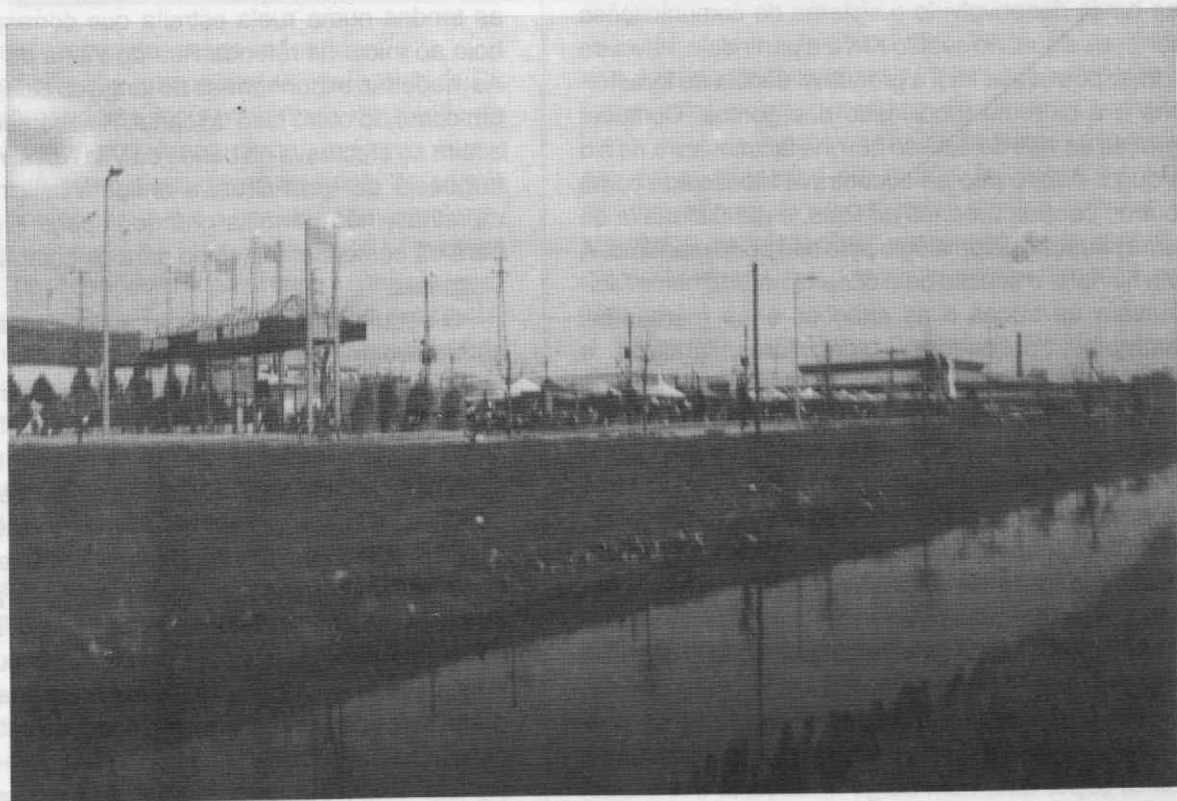
O DOCUMENTO-BASE

Foi El-Rei D. Duarte, o «Eloquente», que, com o projecto de engrandecer a povoação e julgando ser do seu serviço e para bem do Reino, ordenou que o Infante D. Pedro, seu «sobre todos muito prezado e amado irmão», mandasse que anualmente se fizesse, «na sua vila de Aveiro» e no mês de Maio, uma feira franca, «a qual se fará por esta guisa começar-se no primeiro dia do dito mês e durará até ao dia de S. Miguel seguinte, que são oito dias». ⁽¹⁾

O documento real, dado em Santarém, é de 27 de Fevereiro de 1434. Por ele se estatuiu apenas o pagamento de meia sisa a quem no mercado comprasse ou vendesse quaisquer coisas, excepto no caso de «vinhos que se vendam atabernados» ou de «carne que se venda a talho»; neste caso, a sisa seria cobrada por inteiro. Os que viessem à feira podiam circular livremente com as suas bestas e

nelas tornarem a suas casas, sem que fossem constrangidos para qualquer serviço; e bem assim podiam trazer as suas armas, «enquanto na dita feira andarem». O soberano ainda determinava que, na feira, ninguém podia ser preso, acusado ou demandado por quaisquer malefícios em que fosse culpado, «salvo se estes malefícios forem feitos no dito lugar ou seu termo, ou forem feitos novamente na dita feira»; e que ninguém fosse demandado por nenhuma dívida, «salvo se forem dívidas que devam de coisas que aí comprarem ou venderem». Além disso, proibia-se que os corregedores e meirinhos fossem à feira «para fazer correição»; todavia, se eles lá quisessem ir, seria apenas para comprar ou vender, «e não por nenhuma outra coisa».

A feira franca de Aveiro, que gozava dos mesmos privilégios das suas congéneres de Tomar (1420),



Montemor-o-Velho (1426), e Penela (1433), começou, pois, a realizar-se na primeira semana de Maio, encerrando-se no dia em que a Igreja Católica comemorava a singular aparição do Arcanjo S. Miguel no Monte Gargano. Contudo, desde cedo, foi transferida para Março; efectivamente, nas confirmações régias posteriores do documento citado, feitas em 1497 por D. Manuel e em 1525 por D. João III, já se permitia que «a dita feira se mude ao primeiro dia de Março, assim como era do primeiro dia de Maio». Rangel de Quadros, ao referir-se a esta mudança, diz que ela foi determinada por insinuação dos dominicanos de Aveiro. ⁽²⁾ Frei Luís de Sousa, escrevendo no século XVII, dá-nos conta do motivo de tal resolução: — «E, porque a maior misericórdia que a Senhora e o mundo receberam do Céu foi a vinda do Filho de Deus à Terra, é a festa mais solene deste Mosteiro (de S. Domingos, de Aveiro) sua Santíssima Encarnação, aos 25 de Março, solenizada sempre com notável concurso dos lugares vizinhos, em memória dos misteriosos princípios desta Casa. Soube El-Rei D. Duarte da devoção, folgou de lhe dar aumento com conceder à Vila uma feira franca e geral, que começa aos vinte do mês e dura oito dias». ⁽³⁾

NOS PRIMÓRDIOS

No início, a hoje chamada «Feira de Março» em pouco se assemelharia ao que ela é em nossos dias. Então, eram diferentes os usos e costumes, as necessidades das pessoas limitavam-se a pouco e não se havia desenvolvido o sistema de comunicações terrestres que, no século XIX e a partir dele, havia de tornar possível e fácil a grande afluência de forasteiros e a extrema mobilidade das gentes. Contudo, graças às vias de acesso que lhe facultavam a ria e o Vouga, Aveiro não se encontrava tão isolada como outros centros urbanos do País, e até disfrutava de uma situação de privilégio pelo seu porto marítimo. A via fluvial e o acesso pelo oceano naturalmente facilitavam as trocas e as relações entre mareantes, marnotos, pescadores, agricultores, artífices e burgueses, num nível relativamente elevado e com certa estabilidade. A feira franca, talvez mais em Maio do que em Março, atrairia a Aveiro as populações da região — o que dava à Vila um movimento desusado e uma importância pouco comum.

O agregado populacional, em pleno período de prosperidade, subiria no século XVI a um índice demográfico de quase doze mil «pessoas de comunhão... afora muita gente estrangeira que aí de contínuo reside» — no testemunho de D. João Soares, bispo de Coimbra, na sua provisão de 1572, pela qual foi partilhada a Vila em quatro freguesias. Não é difícil supor que, num burgo florescente e animado,

muitos dos estrangeiros fossem comerciantes que, servindo-se da feira anual, tentassem os forasteiros com as novidades recebidas pela barra... nesses oito dias que, além de tudo, proporcionariam as distrações próprias dos invulgares ajuntamentos humanos.

Há mesmo motivo para presumir que, ao ter-se feito a mudança para Março, a feira principiase no dia 19, com a «Feira de S. José» — esta reservada exclusivamente a peças e utensílios de madeira — e viesse a terminar no dia 25 em que se festejava solenemente a «Senhora de Março» ou Senhora da Misericórdia, a celeste Titular do Convento dos Padres Dominicanos.

Neste último dia, como ainda hoje acontece, contratavam-se os moços para o trabalho das marinhas na safra do sal, que se aproximava.

O LOCAL

A área destinada ao importante mercado desenvolvia-se desde a actual Rua de Viana do Castelo até ao Rossio. Este, porém, com o seu velho pelourinho fronteiro à Rua de Trindade Coelho e com a capela de S. João, do século XVII, ainda se não havia alargado para o sítio da marinha rossia, só expropriada em 1851 e, anos mais tarde, aterrada e terraplanada. Os feirantes estendiam-se, portanto, ao longo da Rua do Cais, até à Praça do Comércio, ⁽⁴⁾ e ocupavam os Balcões ou os Arcos; os merceeiros instalavam-se na própria ponte, porque o trânsito não tinha grande significado; e os ourives pousavam as tendas numa ruela estreita que corresponderia hoje ao início da referida Rua de Viana do Castelo. As madeiras expunham-se ao longo do cais, tanto de um como do outro lado do canal. Praticamente, toda a feira se efectuava na banda da Vila Nova, na actual freguesia da Vera-Cruz; a antiga Vila, cingida de muralhas, não permitia grande espaço livre, tanto para os comerciantes como para os compradores e visitantes.

O secular mercado, com a melhoria das condições económicas da Cidade e da região a partir da abertura da barra nova em 1808, sofreu certamente a influência do ressurgimento que se verificou em todas as actividades locais. O Município ia até ao ponto de restabelecer regras caídas em desuso ou estabelecia modificações na sua organização. Assim, em 1816, a Câmara acordou em que se não vendessem na Feira de Março madeiras de pinho ou de castanho antes do dia de S. José e «que só neste dia e nos dias 20 e 21 se venderia ao público, e nunca aos revendões, salvo ao rematante da Feira, a quem se podia vender a necessária para estabelecimento das barracas». ⁽⁵⁾

Em 1829, os correios foram transferidos da

Rua do Cais para o Rossio de S. João, alegando-se para tal decisão a estreiteza da mencionada artéria, o embarço que causavam ao desembarcadouro do cais e o prejuízo que os proprietários dos prédios fronteiros sofriam com as cordas que amarravam às mesmas casas. Desta forma, ficaria livre a principal entrada da Feira. ⁽⁶⁾

Em 1837, a Vereação, juntamente com a Nobreza e o Povo, considerando o que a realização do mercado anual representava nas receitas municipais, estimava «o rendimento da Feira de Março o primeiro do interesse da Câmara e sem o qual não

respeita ao século passado, isso se depreende de uma representação dos negociantes aveirenses à Câmara Municipal, então presidida pelo Dr. Manuel José Mendes Leite, onde se rogava que a duração fosse exactamente demarcada. Em 23 de Março de 1839, a Edilidade chegou a acordo e «mandou fixar a postura pedida».

Acentuando-se cada vez mais o progresso da Cidade e o desenvolvimento do mercado anual, onde se apresentavam novos artigos e se verificava maior concorrência de vendedores e compradores, na sessão camarária de 24 de Janeiro de 1854, por



podia satisfazer as despesas ordinárias». ⁽⁷⁾

Nessa ocasião, aumentando o movimento da Cidade e tornando-se inconveniente a instalação de feirantes tanto nos Arcos como na Praça e nas pontes — já eram duas desde os finais do século XVIII — começou o Albói a ser utilizado como local de venda de madeiras. Na sessão de 3 de Fevereiro de 1836, os vereadores «demarcaram o terreno aonde há-de ser feita a Feira de Março daqui em diante, pela forma seguinte: que a feira de madeira de pinho, castanho e carvalho seria no sítio do Albói, pela parte de trás do palheiro da Misericórdia, compreendendo todo o espaço que vai do cais que principia à ponte até o outro cais novo, e a feira do abarracamento, madeira de canal e todos os mais géneros principaria do Pelourinho em diante, estendendo-se em todo o largo do Rossio até a ponte que vai para as pirâmides». ⁽⁸⁾

► DURAÇÃO DA FEIRA

O tempo da duração da Feira de Março não era acatado com inteiro rigor, noutros tempos. No que

iniciativa de Francisco do Vale Guimarães, vereador-fiscal, foi aprovado um novo regulamento e foram estabelecidos preços mais elevados ou mais justos para os «lugares e abarracamentos». No novo aranzel permaneceu o costume de os negociantes do concelho de Aveiro poderem montar barracas à sua custa, satisfazendo apenas metade do assento ocupado, desde que o requeressem até ao dia 1 de Março.

Em 1887, o Dr. Elias Fernandes Pereira, vice-presidente do Município e conhecido professor do Liceu local, propôs uma actualização do regulamento da Feira de Março. Precisamente em 2 de Junho, alvitrou à Câmara a necessidade de se reunir «num só corpo de doutrina tudo o que deva adoptar-se a tal respeito». Foram então aprovadas as posturas que cuidadosamente sistematizara, em 42 artigos e 5 tabelas anexas. «A feira que anualmente tem lugar na Cidade de Aveiro, conhecida pela denominação de *Feira de Março*, compreende dois períodos: um que vai de 13 a 19 de Março, e outro que, começando a 25 desse mês, não poderá estender-se além do dia 8 de Abril seguinte. O primeiro daqueles dois perí-

odos tem o nome de *Feira de S. José*, e o segundo é conhecido pelo nome de *Feira de Nossa Senhora de Março* — assim se lia no regulamento, que fixava datas e prazos e atribuía diferentes designações às duas feiras.

O primeiro mercado ocupava, na freguesia da Glória, o espaço entre o cais e as casas fronteiras, desde a ponte da Praça até à ponte da Dubadoira, exceptuando a parte macadamizada da estrada, e ainda a Rua das Barcas; ⁽⁹⁾ na freguesia da Vera-Cruz, era-lhe destinada toda a zona da Praça do Comércio e o terreno entre o cais e os prédios da frente, até à entrada do Rossio, ficando apenas livre uma faixa junto às casas para o trânsito. À Feira de Nossa Senhora de Março reserva-se o mencionado Rossio.

Sempre que o dia 25 de Março coincidia com a quinta-feira ou sexta-feira santas, o Município, a pedido dos feirantes, adia a abertura para data posterior, em geral para o domingo de Páscoa; neste caso, também a data do encerramento era consequentemente prorrogada.

Pelo referido regulamento, era fixada no primeiro dia da Feira de Nossa Senhora de Março a venda de barcos e bateiras, cujo local se estendia desde as pirâmides e malhada dos Santos Mártires até à extremidade do canal, no Cojo, e malhada da Fonte Nova.

Nas décadas seguintes, a Feira de Março continuaria a realizar-se com as diversas especialidades, sem sofrer grandes alterações. A demolição da capela de S. João, decidida em 30 de Outubro de 1910 e concretizada sem delongas, permitiu mais uma fila de barracas que, depois de encher o Rossio em arruamentos paralelos, se estendiam num dos lados da Rua do Cais, até perto da Praça do Comércio. Aconteceu mesmo que, alterando a pacatez do burgo, no princípio do presente século, em instalações improvisadas se levaram à cena comédias, tragédias, operetas e revistas.

Em 1921, registou-se um acontecimento anormal, de grande realce e projecção. Iluminou-se pela primeira vez a feira com luz eléctrica. Forneceu-a graciosamente a Empresa Auto-Metalúrgica, montando e fazendo accionar um pequeno gerador numa das barracas. A iluminação pública da Cidade apenas seria inaugurada após meio ano.

FEIRA-EXPOSIÇÃO

A partir de 1936, a Câmara Municipal, presidida pelo Dr. Lourenço Simões Peixinho, imprimiu ao mercado multissecular um ar moderno, mais consentâneo com as condições dos tempos e com as manifestações da actividade humana; a par da actualização das tabelas, procedeu-se a uma mais

adequada disposição, formou-se um recinto praticamente fechado, com um pórtico de entrada voltado para a Cidade, instalou-se um serviço de informações turísticas e de propaganda com amplificação sonora, abriu-se um pavilhão de chá, encheu-se de luzes o largo, renovaram-se muitas barracas, destinaram-se vários «stands» para exposição industrial, proporcionaram-se diversos festivais. Tudo isto incentivou maior afluência de forasteiros e visitantes; a Feira de Março tornara-se também um centro de atracções, num pretexto para visitar Aveiro, não perdendo o carácter de ocasião de transacções comerciais dos artigos costumados. O tipo de «feira-exposição» remoçava efectivamente o secular mercado aveirense que, desde 1979, deixando o local antigo, passou a realizar-se num espaço mais amplo, a montante do Cojo.

Todavia, para os forasteiros de mais longe, comprar na Feira de Março significa quase sempre um mero acidente num passeio turístico ou um pretexto para sair de casa em tarde primaveril. O que lhes importa é certamente mudar de ambiente, vir a Aveiro, ver a ria, partilhar no bulício das muitas pessoas, aproveitar horas de distração, divertir-se nas diversas formas reclamadas e tentadoras. Mesmo para os aveirenses, a Feira de Março é local de espontânea comunicabilidade e de vida social mais intensa.

Em 10 de Janeiro do corrente ano de 1984, a Câmara Municipal, em reunião ordinária, acabou por aprovar um novo regulamento; por ele, o certame é confirmado como «feira popular anual, com manifestações de carácter comercial, de exposição e de diversão», que se realiza normalmente de 25 de Março a 25 de Abril.

Como Eduardo Cerqueira escrevendo em 1947, também nós fazemos votos por que a Feira de Março prossiga num esforço de constante renascimento e atenta actualização, «sobrevivendo a novas gerações, semeando saudades, apertando elos de dedicação bairrista, contribuindo para intensificar e enriquecer a vida de Aveiro». ⁽¹⁰⁾

João Gonçalves Gaspar

- (1) — Torre do Tombo, *Extremadura*, Livro 2, fls. 70-71; Vd. *Milenário de Aveiro — Colectânea de Documentos Históricos - I*, pgs. 178-179.
- (2) — *Aveiro — Apontamentos Históricos - VII*, fl. 9.
- (3) — *História de S. Domingos*, II parte, Livro III, Cap. III.
- (4) — A Rua do Cais tem hoje o nome de João Mendonça, e a Praça do Comércio o de Joaquim de Melo Freitas.
- (5) — *Termo de Vereação*, de 30-3-1816.
- (6) — *Termo de Vereação*, de 7-3-1829.
- (7) — *Termo de Vereação*, de 12-11-1834.
- (8) — *Auto de Vereação*, de 3-2-1836.
- (9) — A Rua das Barcas tem hoje o nome de José Rabumba.
- (10) — *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Ano XIII, 1947, pg. 307.

A INSTITUIÇÃO DE UMA FEIRA EM AVEIRO



D. Duarte

Reprodução de uma gravura do século XVIII.



Publica-se aqui, na íntegra, a carta com que El-Rei D. Duarte estabeleceu, em 27 de Fevereiro de 1434, uma «feira franqueada» em Aveiro, em Maio de cada ano, com duração de oito dias. O documento encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Estremadura, Livro 2, fls. 70-71, acha-se trasladado do Livro de Registos da Câmara da Vila de Aveiro, fls. 19 e seguintes, existente no Museu de Aveiro, e foi publicado pelo Dr Rocha Madaíl no Milenário de Aveiro — Colectânea de Documentos Históricos - I, pags. 178-179.

Dom duarte pela graça de deus Rej de purtugal E do
algarue Senhor de cepta a quantos Esta carta uirem faze-
mos Saber que nos auendo por noso seruico E bem de nosa
terra damos poder E licenca E lugar ao infamta de Dom
pedro meu Sobre todos muito prezado E amado irmão que
Ele mande fazer E faça daqui Em diante Em cada hum ano
na sua uila daueiro. E no mes de maio huma feira franque-
ada a qual Se fara por Esta guisa comecar Se a primeiro dia
do dito mes E durara ate dia de São migel Seguinte que são
outo dias a que nos mandamos que todos aqueles que a
dy ta feira vierem Comprar E uender quaesquer cousas
que SeJam os que as hi trouerem a uender E sobri uemde-
rem os que as uenderem Como os que as Comprarem nom
pagem mais que a metade da sisa posto que os que as ditas
cousas comprarem ou uederem SeJam moradores na djta
uila daueiro ou Em Seu termo ou Em outras quaesquer
partes que SeJam E esto Se não Emtemda En vinhos que
se uedão atauernados nem E carne que Se uemda a talho
que madamos que destas duas cousas Se pagem Sisa Em
cheo Outro Sim mandamos que os que as ditas feiras
vierem lhes nam SeJão tomadas suas bestas de sela nem
dalbarda pera nenhuas cargas que SeJam costragidos para
nenhua Siruidão Emquanto a dita feira Vierem E em Ela
amdarem E pera Suas cazas tornarem E outro Si manda-
mos que nenhum que a dita feira Vierem nom seJão presos
nem acusados nem demandados por nenhuns maleficios
Em que SeJam culpados Se os maleficios forem daqueles
Em que nos mandamos que se guardem os coutos dos
Estremos Saluo Se Estes maleficios forem feitos no dito
lugar ou seu termo ou forem feitos nouamente na dita feira
que por taes maleficios Como Estes mandamos que SeJam

presos E Se liurem por seu derecho outrosi mandamos que os que a dita feira Vierem nom SeJam situados nem demandados por unuas diuidas que deuão nem per Eramcas nem por outra nhuma cousa a que SeJam thudos E obryguados Saluo Se forem dividas que deuan de cousas que hy Comprarem ou uenderem na dita feira outrosi mandamos que os que a dita feja Vierem Emquanto a dita feja durar Eles posam trazer suas armas Emquanto na dita feja amdarem outro sim posam amdar na dita feja Em quaesquer bestas que lhes prouer nom Embargamdo a nosa defesa ordenacam que Em Comtraryo desto he feita outro-sim mandamos E defemdemos aos nosos coregedores E mejrinhos asi de nosa corte como dos nosos reinos que não Vão a dita feira por fazer coreicão nem facão Em a dita feira E Se Eles quizerem hir Vão comprar E uender Se lhes prouer E nam por outra nhua cousa E em testemunho delo mandamos Ser feita Esta carta assinada por nos E aselada de noso Selo pemdente damte Em Santarem a uinte E sete dias de feureiro Elrey o mandou martym Gil a fes Era do nasimento de noso Senhor Jhesus Christo de mil E quatro Semtos trinta quatro anos.

INTERESSANTE DOCUMENTO SOBRE A FEIRA DE MARÇO

Para ajuizar do que seria a «Feira de Março» em tempos recuados, será útil a transcrição do aranzel pelo qual se terá regulado durante séculos. O documento encontra-se registado no Livro dos Termos de Vereação da Câmara de Aveiro, dos anos de 1727 a 1730, fls. 166-168 v., num traslado do que teria sido o original.

Traslado do Aranzel por onde Se deve Regular a Cobrança dos ASentos da feira de Março

Taboado de Solho a duzia a des Reis	010 rs.
De forro a duzia a Sinco reis	005
CouSeiras de Castanho de Sete palmos a para	
Sima desta a Sincuenta Reis a duzia	050
E de outto palmos para Sima a duzia a trinta e Sinco Reis ..	035
E de Seis palmos para bayxo a duzia a quinze Reis	015
E aSim o Taboado do mesmo Castanho na Forma	
a Sima Esteyras a Sinco Reis	005
Rodeyros a vinte e Sinco Reis	025
Rodas a des Reis	010
Eyxos cada hum a Sinco Reis	005
Arados a Sinco Reis	005
Grades a quinze Reis	015
Carretas a trinta Reis	030
EnSinhos a duzia a des Reis	010
Gamellas a duzia a vinte Reis	020
TripeSas de Castanho a duzia a quinze Reis	015
E de Pinho a duzia a des Reis	010
Caixas grandes de Castanho cada huma	
outenta Reis	080
E De Pinho cada huma SeSenta	060
De castanho mais piquenas cada huma	
Sincoenta Reis	050
E De Pinho mais piquenas cada huma trinta Reis	030

Tamboretetes a duzia a SeSenta Reis	060
O feixe de varas de Castanho a des Reis	010
De lata o feixe a Sinco reis.....	005
Gamellas grandes de amaSar cada uma a Sinco reis.....	005
ADoella a duzia a quarenta Reis.....	040
Madeira de Castanho de Casca a mayor e a mais grodá a duzia a vinte Reis	020
E de Ripado a vinte Reis.....	020
E a mais piquena a des Reis.....	010
Frichais a des Reis	010
Arcos bastardos o feixe a Setenta Reis	070
De Pipa a trinta Reis	030
Leytoscada hum a SeSenta.....	060
Sapateiros canastra grande a cem Reis	100
E Das piquenas a SeSenta Reis	060
Picheleiros por cada banca cento e sincoenta Reis	150
Sarralheiros por cada banca cento e Sincoenta Reis	150
Ferreyros por cada Esteyra onde poem a ferragem cento e Sincoenta Reis.....	150
Marchantes ou quem vender couros cortados por cada pano quarenta Reis	040
EsPadeiros cada hum trezentos Reis	300
Latoeyros cada hum duzentos Reis.....	200
Os que vendem Sollas e couros nas Ruas cento e vinte reis.....	120
Sombrareiros por cada canastra duzentos Reis	200
Violeiros cada hum cento e vinte Reis	120
Ourives detras da fonte mil e duzentos Reis	1.200
Os que ocupão os LanSos de Taboado e de mercadores e Tendeiros quatro centos Reis	400
E os das Mezas Só duzentos Reis.....	200
As Tendas de merSearias na ponte cada LanSo quatro centos Reis	400
As Tendas debaixo dos Balcoens cada huma mil e duzentos Reis	1.200
As que ocupão LanSos de Taboado de mercadores e Tendeiros quatro centos Reis.....	400
A caza da arrecadaSão pello que ajustar com as partes o Rendeiro	

De que mandarão Fazer Este Aranzel que a Signarão os veriadores e Eu Andre Botelho Deça Telles Escrivão da Camara o Escrevy «Barata» «Varela» «Teyxeira». E não Se continha mais em dito aranzel que aqui Foi Traslado do proprio a que me Reporto Andre Botelho Deça Telles escrivão da Camara o Escrevy.»

Com o desejo de conferir mais sólidas garantias de autenticidade, a Câmara, mais tarde, confirmou o traslado, com a seguinte declaração, na sequência daquele assento, devidamente assinada.



«Como este Aranzel ainda que seja o Verdadeiro e o do costume immemorial, e por ele Sempre Se Regulou a Feira inda que houve o descuido da parte do Escrivão da Camara Andre Botelho de Essa Teles da Sobscrição deste Treslado p.^a ficar Curial a Confirmação e Rateificação p.^a se continuar na Sua observancia; Aveiro Em Camara de Jan.^o 13 de 1796.

Caiz (?), Mendez, Mar.^{cos}, Sobral, Faria.»

Em complemento deste aranzel e como nota elucidativa dos costumes da época, dir-se-á que, até aos princípios do século XVIII, os alugueres dos terrados dos feirantes que montavam as tendas debaixo dos Arcos eram cobrados pelos proprietários dos prédios respectivos. Só a partir de 1728, como se vê no Livro de Termos fl. 105, é que lhes foi recusado tal direito; isto se deduz do agravo levado, por esse facto, para a Relação do Porto, pelo Padre Dionísio da Rosa da Fonseca, como procurador de Maria Rosa, Teresa Lemos, João Simões e Manuel Jorge — todos com casa nos Balcões. A Câmara tornou notícia do agravo em 8 de Maio daquele ano:

...«em rezam de que estando os seus constituintes com poSe quieta e paSifica per Si e Seus enteSecores com tempo imemorial de alugarem e Receberem os alugueres dos mercadores e tendeiros que armam na feira de Março de baixo de seus Balcões e terrados de Suas Cazas que este Senado fora servido este anno emandar e noteficar os ditos Mercadores e tendeiros que nam pagacem a elles aggravantes couza alguma que com elles tinham ajustado, mas sim Pagace e Se avieSem com o procurador do ConSelho quem pagaram privando a elles aggravantes da Sua antiga poSe em que se conservavam»...

DUAS NOTAS SOBRE O CONCELHO DE AVEIRO

Isoladamente ou englobado no distrito a que pertence, o concelho de Aveiro pode ser considerado como um dos exemplos mais sugestivos de um certo dinamismo económico e demográfico, infelizmente desconhecido na maior parte do continente português. É o que em parte tentaremos evidenciar, através de dois exemplos concretos: o crescimento demográfico e o montante de impostos arrecadados na sede deste concelho.

1. A evolução demográfica

Com uma população orçada em 1864, em menos de uma vintena de milhar de habitantes, a evolução demográfica revela-nos a partir de então, um aumento bastante acentuado que permitiu, até aos al-

vores dos anos cinquenta, um acréscimo global da ordem dos 100%. Com efeito, à excepção do intervalo intercensitário de 1911 a 1920, em que se verificou uma perda de 281 indivíduos, esse crescimento foi sempre positivo. Principalmente durante a última década, entre 1970 e 1981, período durante o qual esse valor quase atingiu uma dezena de milhar, passando de 49 005 habitantes em 1970, para 60 784 em 1981.

Particularmente significativo e denotando uma certa atracção urbana, foi o crescimento registado nas freguesias sede do concelho — Vera-Cruz, Glória e sobretudo em Esgueira — onde residiam, em 1981, cerca de metade dos seus habitantes. E sobretudo nesta última — 11 607 habitantes — a qual viu a sua população duplicar num período relativamente curto, deste 1950 até à actualidade.

QUADRO I

POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE AVEIRO

Resenceamentos Freguesias	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981 *
ARADAS	2 064	2 134	2 468	2 924	3 345	3 099	3 441	3 853	4 479	5 659	6 365	7 596
CACIA	2 482	2 599	2 386	2 605	3 001	2 991	3 191	3 074	3 245	4 385	4 730	5 528
EIROL	431	448	417	428	512	548	542	562	632	614	610	648
EIXO	1 663	1 515	1 545	1 617	1 681	1 723	2 076	2 084	2 271	2 551	2 740	3 769
ESGUEIRA	1 836	2 109	2 361	2 491	3 015	3 182	3 744	4 215	5 205	6 858	8 390	11 607
GLÓRIA	3 151	3 524	4 351	4 674	5 131	4 488	5 690	6 846	7 987	9 422	7 200	9 721
NARIZ	735	698	745	772	816	915	949	1 102	1 192	1 179	995	1 160
OLIVEIRINHA	1 836	1 846	1 967	2 117	2 218	2 363	2 605	3 182	3 501	3 743	3 885	4 376
REQUEIXO	1 793	1 846	1 912	2 014	2 277	2 423	2 401	2 411	2 694	2 697	2 390	2 736
S. BERNARDO	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1 160	2 520	2 935
S. JACINTO	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1 035	1 643
VERA CRUZ	3 305	3 613	4 567	5 277	5 806	5 789	7 005	7 974	8 981	7 787	8 145	9 065
AVEIRO	19 296	20 332	22 719	24 919	27 802	27 521	31 644	35 303	40 187	46 055	49 005	60 784

*Pop. Presente

Uma consequência, aliás, da fixação de novos moradores, que aqui se acolheram por razões de trabalho, devido à criação de novos empregos no centro urbano e na sua periferia. Radicando-se ainda nas freguesias limítrofes de Aradas, Cacia, Oliveira e S. Bernardo. As quais apresentam uma

grande dependência em relação a Aveiro, compreensível aliás, se tivermos em conta o número e a diversificação de funções concentradas na sua sede. Estimadas em 1980, em pouco menos de uma centena.

QUADRO II

Hierarquia dos lugares centrais, sede de concelho

	Lugar, sede concelho				Concelho		
	Índice de centralidade	N.º de funções centrais	N.º de unidades funcionais	Matéria colectável	N.º de f.c.	N.º de u.f.	N.º de lugares centrais
1 Coimbra	289.039,0	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
2 Aveiro	58.707,8	89	728	76.692,4	91	1 244	41
3 Viseu	63.416,8	94	807	76.213,7	94	1 356	146
4 Leiria	55.306,0	82	628	61.097,0	70	908	230
5 Fig. da Foz	30.354,1	66	576	38.171,8	69	1 264	131
6 Guarda	20.680,5	69	460	27.945,3	47	912	53
7 Cantanhede	11.468,5	44	219	14.204,8	48	787	96
8 Águeda	10.057,7	56	213	14.043,5	62	814	103
9 Mangualde	9.970,7	51	233	10.858,0	51	444	57
a) dados não calculados							
in: C.C.R.C.: A Região Centro: Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento: 1981							

2. Os impostos directos.

Um outro indicador pode ser encontrado através do «valor liquidado» de alguns impostos: i. profissional, i. complementar e contribuição industrial, cujo montante orçava, em 1976, os 31 660, 38 862 e 36 948 milhares de escudos, respectivamente.

Valores que, em termos absolutos, foram nalguns casos superados pelo concelho de Vila da Feira, mas que o colocam, quando comparados com outros dados do distrito do Porto, de Braga ou de Coimbra, numa posição cimeira. Possível, aliás, de avaliar, se atendermos ao total de impostos directos cobrados à população do concelho e sobretudo à sua capitação (QUADRO III).

QUADRO III

CONCELHO	Total de impostos directos (1977)	Capitação de impostos directos
Porto	2 564 105	10.71
Coimbra	4 030 031	4.20
Braga	218 289	3.26
Aveiro	202 573	5.27
Fig. Foz	168 920	3.91
V. Feira	165 324	2.67

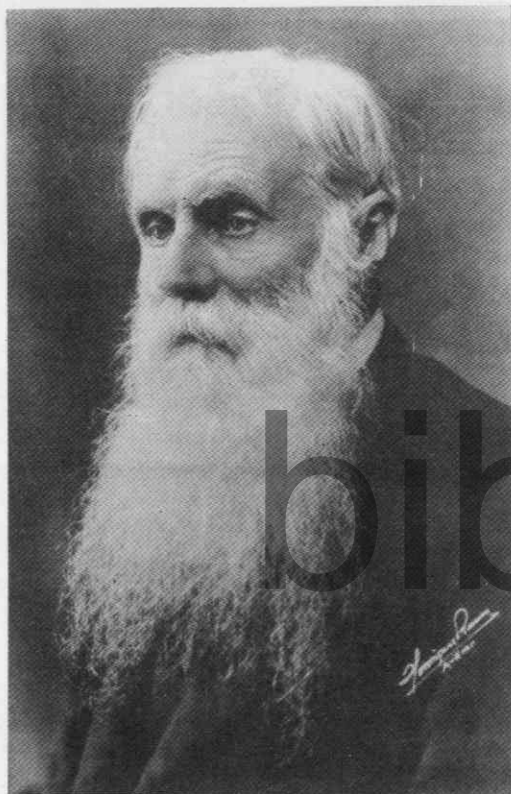
Estes alguns elementos que comparados com outros indicadores, obtidos através de uma análise mais exaustiva e alargada a todo o distrito, acentuariam o grande poder de atracção e o nível de desenvolvimento desta região do Baixo Vouga.

Às autoridades competentes caberá, no futuro, defender esta situação, para que este concelho não se torne, numa das áreas «degradadas» do continente, que tendem a proliferar à sombra dos grandes centros urbanos e industriais.

Jorge Arroiteia

Professor da Universidade de Aveiro

JARDIM BOTÂNICO CONCEITOS MODERNOS



Dr. Jaime de Magalhães Lima.

Em tempos idos defendi na Imprensa local a ideia de que a Universidade de Aveiro deveria adquirir a Quinta de S. Francisco, em Eixo, na qual se encontrava (e encontra) o muito famoso «Museu do Eucalipto». Segundo eu pensava, essa aquisição teria em vista o aproveitamento científico do arboreto lá existente e a sua integração na vida activa da referida Universidade.

Claro está que eu, ao propugnar tais ideias, não me esqueci de frisar que o assunto me não dizia directamente respeito: seria apenas uma sugestão a lembrar a quem de direito uma possibilidade simpática para o engrandecimento da nossa Escola Superior. Constatou-me que a sugestão encontrou eco, mas sobrepujaram-se problemas de ordem financeira e, com eles, a impossibilidade de tornar viável a sugestão apresentada. Com o evoluir dos tempos, surgiu felizmente quem tinha capacidade e também vontade de comprar a citada Quinta-Museu: foi a Portucel; e não faltou quem pensasse que esta Entidade apenas comprava a propriedade para dela aproveitar o notável renque de eucaliptos, o que eu sempre contradisse nas conversas com quem me punha o problema naqueles termos.

Efectivamente, a Portucel, logo que se assenhoreou da Quinta de Eixo, iniciou obras de resguardo da propriedade e da construção de um edifício para instalação de um «Centro de Investigação». Eis uma demonstração concreta do que deve ser uma indústria moderna: investigar no laboratório para depois aplicar na prática laboral os conhecimentos adquiridos — quiçá descobertos — no estudo científico. Esta atitude implica simultaneamente a convicção de que um «Centro de Investigação» não está, não pode estar, de costas voltadas para a Universidade.

Aliás, em conversa com responsáveis, fui informado de que assim era e a Portucel pretendia a mais intensa e cordial colaboração com a Universidade. Oxalá que, quando tudo funcionar em pleno, se realizem totalmente esses bons designios.

É necessário reciprocidade de ideais científicos e sociais. As Universidades modernas inserem-se no meio ambiente e não se isolam nas suas torres de marfim; a indústria moderna não dispensa a colaboração da ciência investigativa nem se concebe que viva sem os respectivos apoios.

Só assim, em mútuo entendimento, se poderão realizar os labores dumas e doutras destas Instituições.

Conjugando estes pontos de vista, poderá concluir-se que, afinal, a Quinta de S. Francisco sempre ficou ligada à Universidade de Aveiro com vínculos que, débeis no início, se irão fortalecendo com o decorrer dos tempos e com os trabalhos comuns que certamente irão realizar as duas instituições mutuamente integradas.

O «Centro de Investigação» foi inaugurado em 4 de Novembro passado e, embora convidado, não pude assistir, o que lamento. Irei em data próxima visitá-lo e certamente regalar-me com o seu funcionamento, visto tratar-se de assunto tanto ao jeito das minhas predilecções.



Eixo — Quinta de S. Francisco.

Mas... e o Jardim Botânico?

Antes do mais, é preciso definir o conceito de Jardim Botânico que já vem desde os tempos do famosíssimo Brotero, segundo vemos em recente trabalho da Dra. Margarida Queirós, do Instituto Botânico de Coimbra.

Segundo Brotero, os Jardins Botânicos são repositórios de plantas raras, preciosas e exóticas onde se adquirem ideias sobre as vivências dos seus diversos estádios que se não podem adquirir nos herbários. Sendo embora lugares de repouso e de recreio, constituem também um modo de familiarização destinada a servir os imperativos da Ciência e da Investigação. Devem servir ainda de apoio aos estudos médicos e farmacêuticos, a diversos ramos da agricultura e da indústria e ainda ao estudo das bases da botânica filosófica.

Estive a última vez na Quinta para ouvir uma palestra do sempre lembrado Eduardo Cerqueira, lembrado dizíamos, como amigo, como contra-parente e como conversador profundo, erudito e amável. Vi então as obras do edifício há pouco inaugurado e tive a impressão de que era pequeno. Com efeito, se pensarmos de que nele deverá haver laboratórios de citologia vegetal, de genética, de fisiologia, e outros; que deve existir um herbário que, só por si, irá crescendo com o tempo até vir a ser repositório da flora local e regional, o mais completo possível; que deve ter tanques em que se possam criar as plantas aquáticas que proliferam no Rio Vouga a correr próximo, nas pateiras e na Ria e estudá-las até à exaustão; que também não pode nem



Eixo — Um aspecto da Quinta de S. Francisco.

deve faltar a construção e conservação de viveiros diversos, fornecedores de matéria prima para as mais variadas experimentações; que deverá ter uma secção de sementes para colheita, catalogação e conservação das mesmas; que ainda, como que a formar a cúpula de todo este conjunto, é necessária uma biblioteca que também irá crescendo com os anos até que constitua elemento pedagógico substancial para apoio a tudo o que se realizar, tanto no campo de aplicação prática como no didáctico; se pensarmos em todos estes elementos, teremos uma noção mais exacta da pequenez das instalações agora iniciadas.

Se acrescentarmos a este estendal o serviço cultural e de aperfeiçoamento pessoal que um Jardim Botânico pode prestar a todos os membros da comunidade em que se

insere, teremos um panorama completo do que ele pode e deve ser.

Por isso e para isso, julgamos acanhadas as novas instalações construídas em Eixo, mas o certo é que, além do aproveitamento da casa senhorial lá existente aonde eu e outros ouvimos a palestra (creio que a última) de Eduardo Cerqueira, ainda dispõem de muito terreno com possibilidades de aproveitamento.

Deste modo, estou bem convencido de que a aquisição da Quinta pela Portucel foi um passo em frente, com validade óptima para a actividade industrial daquela Empresa e também para a ciência, em conexão com a Universidade de Aveiro.



Eixo — Quinta de S. Francisco
«Centro de Investigação Tecnológica da
PORTUCEL

Não se passará muito tempo sem que vejamos desenvolver-se ali um polo turístico e de visitas de estudo com carácter pedagógico que nos façam a todos bem dizer a memória de Jaime de Magalhães Lima e de seu cunhado, o ínclito botânico Doutor Júlio Henriques, que lá souberam criar o núcleo que veio a redundar no desenvolvimento a que agora assistimos e no desabrochar desta árvore que promete ser frondosa e produtora de muitos e bons frutos.

ORLANDO DE OLIVEIRA



«A indústria salineira é a mais característica das actividades da cidade de Aveiro; a classe dos marnotos é a mais típica das suas classes laboriosas. A profissão é algumas vezes geminada com a de pescador; à falta de instrução técnica, o marnoto possui a experiência acumulada por muitas gerações, transmitida de pais para filhos, o conhecimento perfeito das condições peculiares da sua salina, e com a sua capacidade de trabalho, assegura o êxito da exploração, sem precisar que o dirijam».

Rocha e Cunha

(in Notícia sobre as indústrias marítimas na área da jurisdição da Capitania do Porto de Aveiro).

BIBLIOTHECA



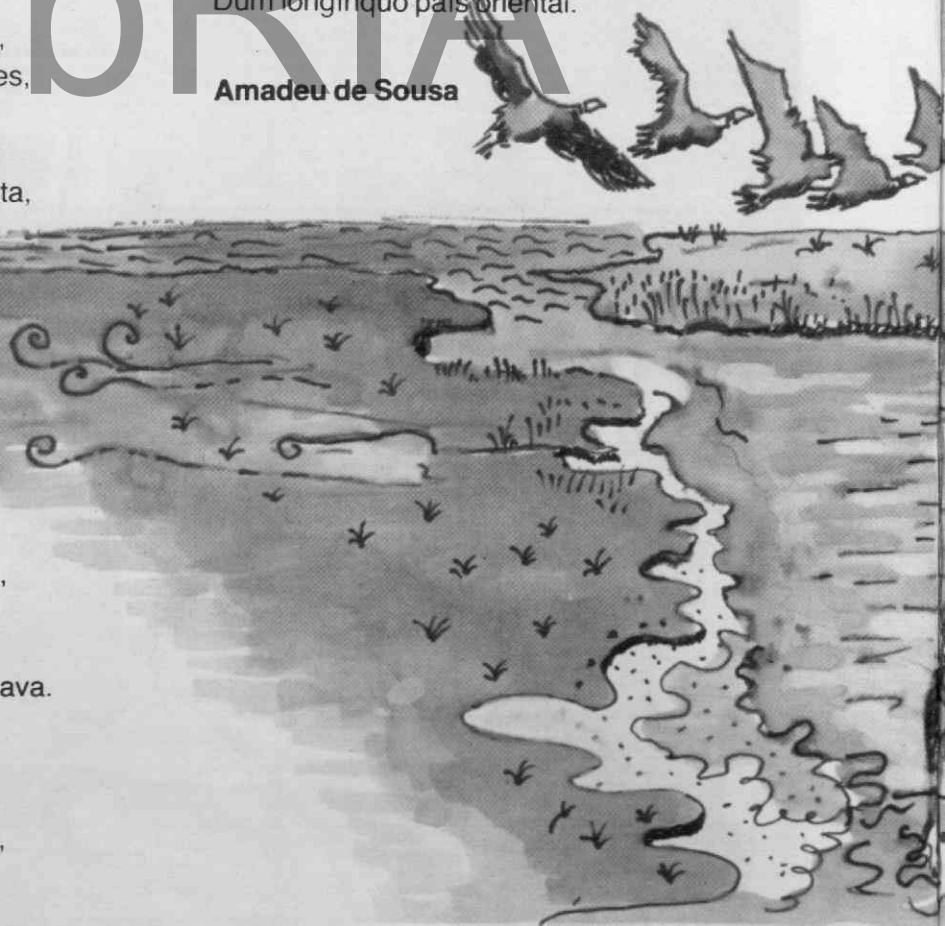
Certa vez... — são passados milhares de anos,—
 Aportou um navio de doze panos
 A estas atlânticas paragens.
 E de tal forma os homens se encantaram
 Com a terra e as gentes que encontraram,
 Com o brilho e a cor destas paisagens,
 Que fizeram aqui ancoradouro.
 Como que à descoberta de um tesouro,
 Brilhando nesta nesga ocidental,
 Outros navios partidos da Fenícia,
 De velas embaladas pela carícia
 Do vento de feição — brisa ideal,
 Guiados por Melcart — Deus marinheiro,
 Desse reino de Hirão, aventureiro,
 Pouco tempo depois, logo chegaram.
 Sua carga eram jóias, pedrarias,
 Ouro, vidros de cor, tapeçarias,
 Que todos quantos viram, deslumbraram.
 Madeiras raras, tintas e tecidos,
 Vasos de prata, bronzes esculpidos,
 E uma legião de escravas belas.
 Todo um comércio forte e grandioso,
 De soberbo esplendor, assaz rendoso,
 Trazido nos navios de doze velas.

Eram gentes das terras escaldantes,
 De tez morena e de olhos penetrantes,
 Em busca de aventura e de riqueza.
 Marinheiros sedentos de conquista,
 Sagazes mercadores — turba egoísta,
 Nascida da perfídia e da avareza.
 Assim se fixaram desde então,
 Os súbditos leais do grande Hirão,
 De Biblos e de Tiro, e de Sidónia.
 Todo um alto negócio floresceu
 Nesta terra — qual dádiva do Céu,
 Qual formoso jardim da Babilónia!
 De todo esse comércio promissor,
 Sobressaía um rico mercador,
 Senhor de escultural e linda escrava,
 Que por tão bela, mais parecia até
 A Deusa do Amor, — uma Astarté!,
 Transformada em formosa escandinava.
 O brilho e a pureza do olhar,
 Eram bem o azul-verde do mar,
 Num misto de carícia e de bonança.
 Pelas espáduas brancas como a lua,
 Cobrindo, docemente, a carne nua,
 Corria-lhe, suave, loura trança.

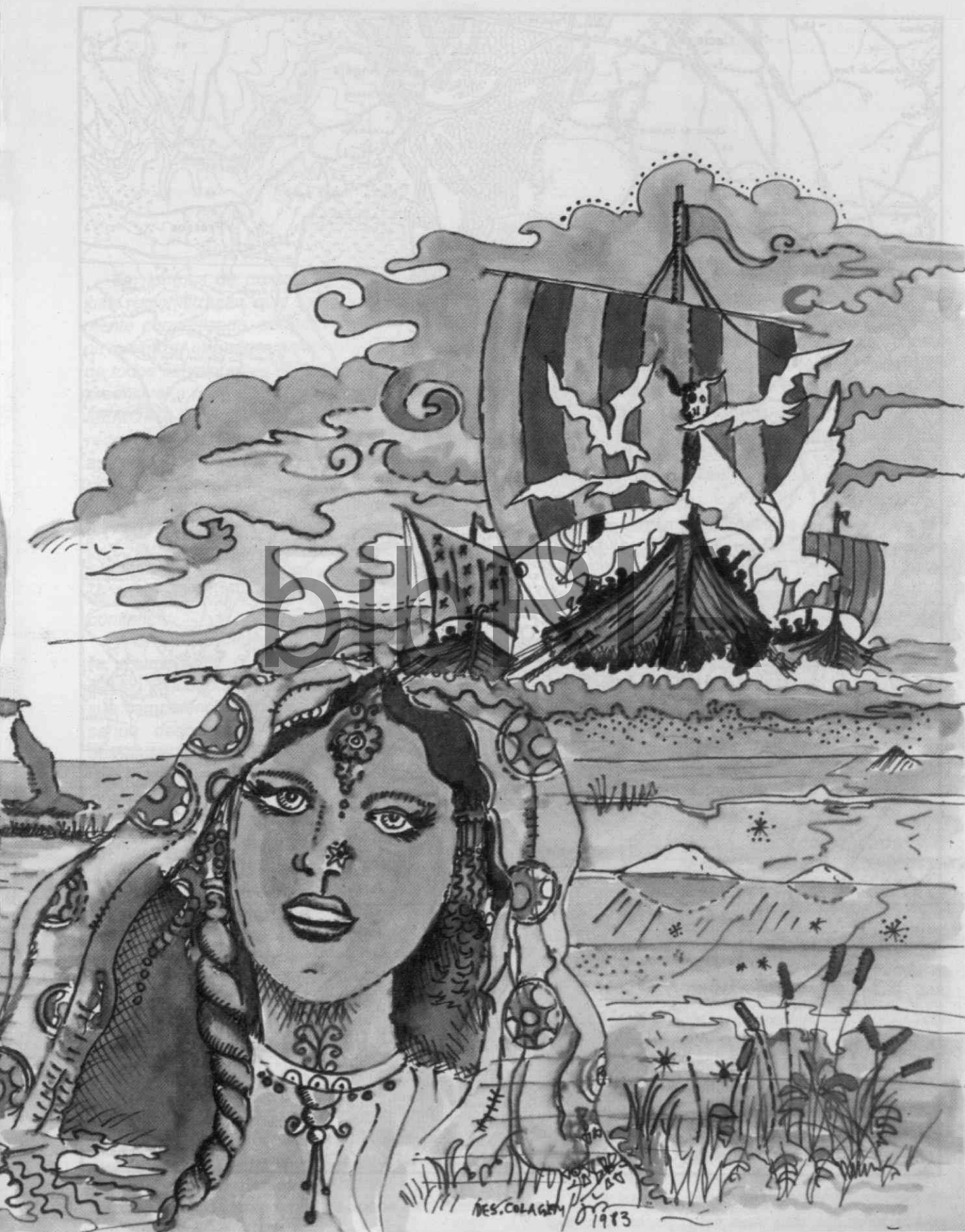
Mas a escrava formosa, a escrava bela,
 Vivia triste, embora a sua cela
 Não tivesse varões a resguardá-la.
 Em silêncio, sofria amargamente,
 Ao supor-se algemada eternamente,
 Por não ver quem ousasse libertá-la.
 Porém a dor maior era a saudade,
 Roendo-lhe sem dó, nem piedade,
 A angustiada alma e o coração.
 — A brancura do seu país natal
 Na fria região setentrional,
 Das neves a tombar em profusão.
 E a saudade atroz, gerou-se em pranto,
 Envolvendo a paisagem com um manto
 De pérolas brilhantes, de cristal.
 Cada lágrima então resplandecia
 Nos horizontes mágicos da Ria,
 Como bênção do Céu — nascera o Sal.

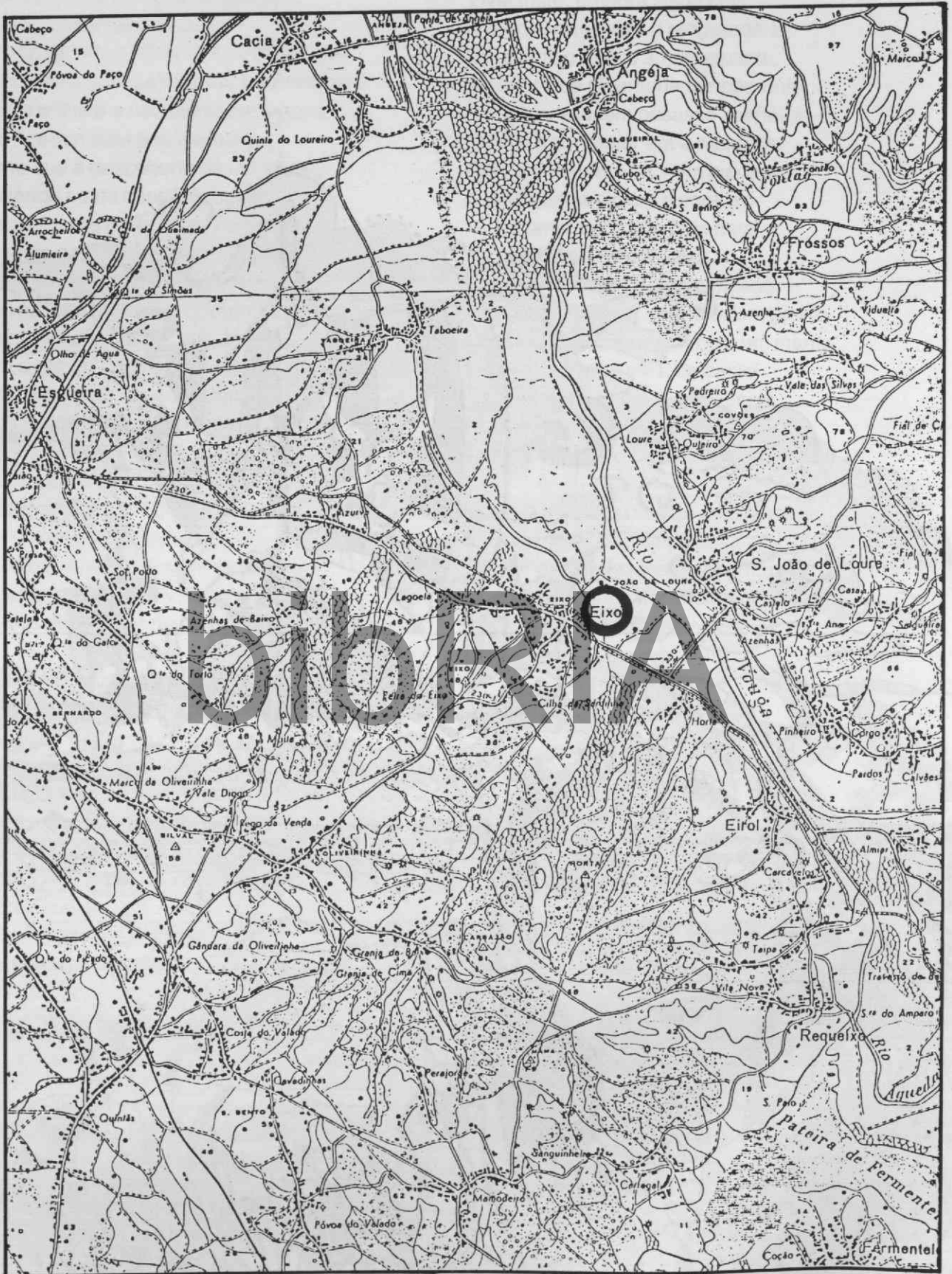
Esta — a lenda do brilho e da pureza,
 Do cenário infinito de beleza,
 De cor, deslumbramento sem igual.
 Criou-a uma linda escandinava,
 Uma jovem que veio como escrava
 Dum longínquo país oriental.

Amadeu de Sousa



LENDA DO SAL





UM MANUSCRITO INÉDITO SOBRE EIXO

Em tempos de procura de uma necessária e justa regionalização, que, bem entendida e devidamente concretizada, poderá contribuir para evitar ou minimizar os perigos da concentração na capital de todos os valores de um povo, parece-nos compreensível e mais que justificada a publicação da MEMÓRIA DE EIXO, que Venâncio Dias de Figueiredo Vieira escreveu há mais de cem anos e que, apesar do seu evidente interesse regional, tem permanecido inédita.

O Dr. Carlos Vidal Coelho de Magalhães, refere-se, no **Arquivo do Distrito de Aveiro**, 1960, pp. 243-290, a esta Memória como sendo um dos três trabalhos fundamentais para a história da antiga Vila de Eixo e cita-a com grande frequência e total confiança.

A **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**, volume XXXV, p. 254, apresenta o nome de Venâncio Figueiredo Vieira, revela exclusivamente a sua competência de «técnico agrícola» e, confessando desconhecer «circunstâncias pessoais», atribui-lhe apenas a publicação do livro «**Arborização Prática ou Reprodução das Árvores de Fruto por meio de Semente, Estaca, Enxerto, etc.** — Porto 1972.

Ao introduzir a leitura desta Memória, é nossa intenção começar por referir os aspectos pessoais do seu autor, pelo menos aqueles que nos foi possível conhecer de fonte segura, quer consultando o arquivo familiar da sua casa de Eixo, entregue presentemente à guarda de suas bisnetas D. Maria José e D. Maria Luísa Dias Leite, quer tendo em conta certos dados genealógicos das principais famílias de Eixo, designadamente aqueles que vêm publicados no livro **Lima Vidal no seu tempo**, vol. III, 1974.

Venâncio Dias de Figueiredo Vieira nasceu em Eixo, no dia 11 de Maio de 1819, e era filho do Dr. José Dias Vieira e de D. Joana Maria das Neves.

Casou com D. Mariana Lúcia de Azevedo Leite, que era filha de Joaquim António Leite, último capitão-mor de Santarém, e de Joana Perpétua da Piedade de Araújo Leite.

Na sua linha ascendente, vamos encontrar os nomes de Domingos Gonçalves (Alfaiate), que era natural de Perosinho, Vila Nova de Gaia, e casou com Maria da Assunção de Figueiredo, e também os de António Francisco, o «Repas», natural de Oleiros, Vila da Feira, casado com Maria Rodrigues. Cita-se ainda o nome do filho deste casal, Ascenso Gonçalves de Figueiredo, que casou em Eixo, no dia 29 de Junho de 1713, com Sebastiana Inês Rodrigues de cujo matrimónio houve 14 descendentes directos.

Como Jaime de Magalhães Lima, filho de seu conterrâneo, Sebastião de Carvalho Lima, também Venâncio de Figueiredo Vieira poderia dizer: «Em Eixo habitaram e se multiplicaram os meus antepassados, no correr de cerca de três séculos, querendo a tradição que o meu quarto avô fosse estrangeiro, sem todavia lhe designar a nacionalidade. Teria sido esse homem, e isso leva a crer que veio de fora, teria sido ele que fundou e exerceu na vila a indústria dos artefactos de cobre que se propagou e prosperou, e que os filhos e netos continuaram até ao meado do século XIX. Este meu quarto avô foi povoador notabilíssimo; teve filhos sem conta e parece que só em um dia casou na localidade cinco filhas, o que me instituiu parente declarado de metade da freguesia, que tem apenas cerca de duas mil almas». (1)

Do seu casamento surgiu uma família numerosa de 9 filhos, o mais novo dos quais foi Maria Gracinda, que nasceu em 1863 e veio a ser mãe do Coronel-Aviador António Dias Leite, que, além de oficial distinto, chegou a desempenhar as funções de Governador Civil do Distrito de Aveiro, de Março de 1950 a Abril de 1954.

O Coronel António Dias Leite foi pai de três filhos ainda vivos e residentes em Eixo: João Dias Leite, casado com D. Maria José Freire de Lima e pai de 5 filhos; D. Maria José Dias Leite e D. Maria Luísa Dias Leite, viúva de João Augusto Cabral de Andrade e mãe de Paula Francisca.

Uma palavra de especial reconhecimento é devida a D. Maria Luísa, que, pelo seu amor aos as-

Prologo

Não foi o amor de glória, a que não podíamos aspirar; nem ostentação de sciencia, que não temos; nem finalmente o interesse, que não esperamos; e moavel que nos incitava a escrever estes apontamentos. Almas unicas saídas — nasce-mos em Ego, temos-lhe amor de filho; de mais coincidência e nos incitou a este pequeno trabalho a de molheira d'alguns monumentos d'antiquidade, de que resolvemos fazer esta memoria, para que com o seu auxilio se podesse outrossa forma mais bem aparelhada fazer obra perfeita.

Conhecemos que a maior parte dos leitores contemporaneos, se não sensuraram dadas poucas importancias a varias minuciosidades, que escriptos esperando, que sejam apreciadas pelos vindouros. Para animar a nossa esperanca basta uma simples consideração. Que appreo não dariamos hoje a um escripto que em este ponto ha 6 ou mais seculos?

Nos de certo muito o haviámos de apreciar, e por isso devemos esperar, que este mal atirado e vado escripto será apreciado pelos vindouros a quem o offerecemos. Não esperem os leitores mais que um registo de factos, sem ornato nem flores, porque o Chronista despretencioso, se cuida em levantar do pó os fragmentos de ruínas, templos, e encaixá-los para que o tempo os não acabe de destruir.

Ego,

Venancio Dias de Figueiredo Vieira

suntos históricos e às coisas familiares, redescobriu o original do manuscrito desta Memória e proporcionou a presente publicação.

Venâncio Dias de Figueiredo Vieira fez a sua formatura em Direito na Universidade de Coimbra, no dia 27 de Junho de 1845, tendo sido aprovado **némine discrepante**.

Dentre as funções públicas que exerceu, sabemos que foi Presidente da Junta de Eixo, designadamente em 1878 e 1881.

A sua competência agrícola é atestada tanto pela publicação da obra já acima referida, como pelo desenvolvimento dado nesta Memória ao estudo dos terrenos, das culturas e da lavoura da sua freguesia natal, como ainda pela análise dos livros e apontamentos que documentam a administração da sua própria e abastada casa agrícola.

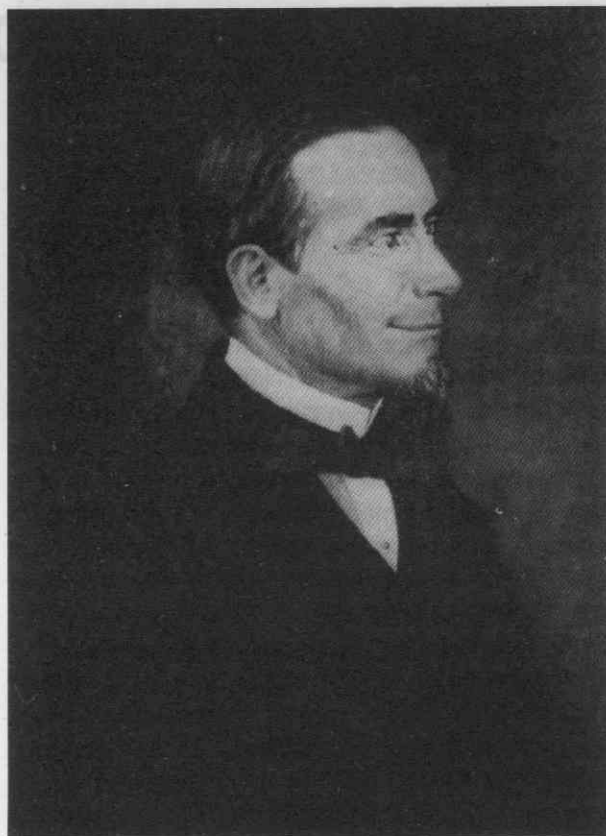
No estudo e redacção da Memória de Eixo, que ofereceu aos vindouros, por achar que não interessava aos seus contemporâneos, confessa não ter sido movido pelo amor da glória, nem pela ostentação da Ciência, nem pelo interesse pessoal, mas pelo amor filial à terra em que nascera e também para denunciar a demolição de monumentos locais de reconhecida antiguidade.

A Memória, escrita em folhas de 30x21 centímetros, apresenta uma caligrafia legível, regular e agradável, tendo 101 folhas, preenchidas só de um lado.

Marques Gomes, apelidando o Dr. Venâncio de Figueiredo como «um dos nossos mais notáveis e profundos antiquários» e confessando ter-se servido dos seus «eruditos apontamentos» para descrever a freguesia de Eixo, afirma o seguinte: — «Há dele uma **Memória sobre a Vila de Eixo**, que a sua modéstia não tem agora consentido que veja a luz da publicidade; do seu merecimento há-de dizer bem alto o mundo das letras, quando um dia conseguir conhecê-la» (**O Districto de Aveiro**, 1877, pág. 171).

Por dados da Memória — como quando se refere a D. Sebastião da Anunciação Gomes de Lemos, bispo resignatário de Angola, falecido em 1869 («Etimologia de Eixo»), que o autor parece dá-lo como vivo, e sobretudo quando fala da feira mensal de Eixo, iniciada em 3 de Outubro de 1855, que «dura há treze anos — conclui-se que o manuscrito, cujo prólogo não tem data, foi substancialmente redigido em 1868-69; por outro lado, não há qualquer dúvida de que estava praticamente concluído muito antes de 1877, pois já Marques Gomes dava notícia da sua existência — conforme vimos no mencionado livro **O Districto de Aveiro**, saído do prelo nesse ano.

Mais uma nota. Lendo o que Pinho Leal escre-



Dr. Venâncio Dias de Figueiredo Vieira
Pintura a óleo sobre tela, da autoria de R. Maia, datada de 1896 (na sua casa de Eixo).

veu sobre Eixo no Volume III do **Portugal Antigo e Moderno** (Lisboa, 1874) e confrontando os dois textos, tão semelhantes, também poderemos facilmente pensar que o Dr. Venâncio de Figueiredo teria fornecido a Pinho Leal os elementos que, no seu trabalho de investigador, já havia coligido.

Num outro manuscrito à Memória — «Das pessoas mais notáveis que morreram em Eixo desde 1828 até 1901» — a partir de Fevereiro de 1891 aparece caligrafia diferente, sinal de que esta não é do mesmo autor, que viria a falecer em Eixo no dia 9 de Abril de 1894.

Mons. Aníbal Marques Ramos
Padre João Gonçalves Gaspar

(1) In «Os povos do Baixo Vouga», edição das Câmaras Municipais de Ílhavo e Murtosa e da Comissão Municipal de Turismo da Torreira, 1968.

MEMÓRIA SOBRE A VILA DE EIXO

PRÓLOGO

Não foi o amor de glória, a que não podemos aspirar; nem ostentação de ciência, que não temos; nem finalmente o interesse, que não esperamos; o móvel que nos incitou a escrever estes apontamentos. Uma única razão — nascemos em Eixo, temos-lhe amor de filho: de mais coincidiu e nos incitou a este pequeno trabalho a demolição de alguns monumentos de antiguidade, de que resolvemos fazer esta memória, para que com o seu auxílio no porvir outra pena mais bem aparada faça obra perfeita.

Conhecemos que a maior parte dos leitores contemporâneos, se não censurarem, darão pouca importância a várias minuciosidades, que escrevemos, esperando que sejam apreciadas pelos vindouros. Para animar a nossa esperança basta uma simples consideração.

Que apreço não daríamos hoje a um escrito como este, feito há seis ou mais séculos?

Nós decerto muito o havíamos de apreciar; e por isso devemos esperar que este mal alinhavado escrito será apreciado pelos vindouros a quem o oferecemos. Não esperem os leitores mais que um registo de factos, sem ornato nem flores, porque o cronista despretencioso só cuida em levantar do pó os fragmentos de ruínas, limpá-los, e encastoá-los para que o tempo os não acabe de destruir.

Eixo,...

ETIMOLOGIA DE EIXO

Sobre a etimologia de Eixo nada se pode dizer com certeza; seja-nos permitido recorrer a presunções e conjecturas mais ou menos prováveis. Devemos advertir que no termo antigo desta Vila está o lugar de *Requeixo*, nome que pelo menos soa com parentesco de *Eixo*.

As antigas doações régias destas terras compreendem as ditas povoações de Eixo e Requeixo; e o foral de 2 de Junho de 1516 de El-Rei o Senhor D. Manuel é dado às terras de Eixo e Requeixo.

Devemos crer que a etimologia de Requeixo é a mesma de Eixo, com a diferença de que Eixo é das duas a povoação mais antiga ou que depois desta se seguiu aquela que quer dizer «re Eixo» ou «retro Eixo», querendo dizer «segunda Eixo» ou «atrás,

antes de Eixo», acrescentando as letras «qu» para evitar o hiato, e melhor pronúncia.

E com efeito, se atendermos a que há séculos foi a Cidade de Coimbra a capital civil e eclesiástica estas terras, e certo que caminhavam do sul para o norte, encontravam primeiro Requeixo e depois Eixo, e em tempos em que não houvesse povoações de permeio (como hoje há) é natural chamarem a Requeixo «a primeira Eixo» ou «povoação antes de Eixo».

Mas qual será a etimologia de Eixo, que os antigos escreviam «Eyxo»?

A significação natural da palavra eixo é a de «eixo de carro», «polo do céu», e em qualquer destes casos compreende a ideia de um corpo com um centro e duas extremidades. Ora encontram-se vestígios de que esta povoação na sua origem começasse em três pequenos bairros, a saber, um ao sul chamado o Arrujo (que o cit. foral chama «a Póvoa do Arrujo»), e outro ao norte chamado a Laguela e Senhora da Graça, e outro ao centro no sítio aonde está a igreja actual; e assim chamariam os primeiros povoadores «eixo» ao dito bairro do meio como querendo dizer que ele era o centro dos dois extremos? Não ousamos afirmá-lo; antes nos inclinaremos a que na primitiva se chamasse «Eixido», de que fala Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo no seu vocabulário sobre esta palavra «Eixido — Exido — Enxido» ou «Ixudo» e «Ixudeo» com que os nossos maiores significaram uma fazendinha «fechada, quintalinho, hortejo» ou «conchouso» que está perto de vivenda para a qual há fácil entrada ou passagem; e por ficarem estes pequenos prédios à saída das casas, se chamaram «eidos, éxitos, éxidos» (e hoje «aidos») do verbo latino «exeo».

Diz mais o cit. Viterbo que estes nomes compreendiam todo o recinto pertencente a qualquer vivenda, incluindo casas, hortas e quintais.

E assim se daria a esta povoação o nome das vivendas dos seus primeiros povoadores.

Finalmente vamos concluir com outra etimologia, que tem algumas probabilidades a seu favor; qual a de que Eixo virá de «eixe», palavra que aqui empregam os lavradores quando querem fazer andar o gado vacum. É certo que nesta terra se dá, há muito, a criação de gado vacum; e é de crer que desde esse tempo muito antigo se tenha dado esta indústria, a que convida a fertilidade, mimo e grande porção de terreno do campo que abunda em pastos; é por

consequente uma terra de gado especialmente vacum. ⁽¹⁾

Queriam os primeiros povoadores chamar a esta terra «terra do gado ou terra de eixe», isto é, onde se diz «eixe» ao gado?

Diz-se aqui gracejando que o primeiro povoador lavrava com um boi e uma besta e que, quando queria que aquele andasse, lhe dizia «ei» (ou «eixe» que ainda hoje se usa) e, quando queria que esta parasse lhe dizia «xo» ⁽²⁾ (expressão que hoje se emprega para fazer parar a besta) e que as duas sílabas «ei + xo» se formou Eixo.

Haverá nesta graça alguma coisa que tenha relação com a conjectura anterior?

Pode bem ser.

► DESCRIÇÃO TOPOGRÁFICA DA TERRA

A Vila é cercada por dois vales, a saber, um chamado o Ribeirinho e Cavadas ao norte e o do Arrujo ao sul — ambos cortados pela estrada nova de Aveiro a Águeda nos sítios da ponte da Laguela e no Arrujo pelo lanço da estrada entre Eixo e Horta. É cercada de campo entre o nascente, e o norte, e por monte e pinhais entre o poente e o sul. O local da Vila é quase plano, suavemente inclinado do poente a nascente, à excepção de pequenas depressões que a cortam do lado do monte para o campo que fica na margem esquerda do Vouga.

Tem uma rua principal que mede de comprimento dois quilómetros desde a primeira casa no sítio da Areosa, do lado de Aveiro, ao Arrujo. Por esta rua passa a dita estrada de Aveiro; e por isso é toda calçada de macadame. Antes desta obra pode dizer-se que esta rua nos meses de inverno era um charco intransitável e insalubre.

Cabe aqui uma grave censura às Câmaras da terra por não fazerem melhoramentos na rua principal da sua sede; e muito mais se atendermos a que

os sítios mais intransitáveis eram os mais frequentados, como era o local da praça, ao sul e poente do adro, ⁽³⁾ e a parte da rua da Picota até à Senhora da Graça, e outras, que no inverno eram uns lameiros. ⁽⁴⁾ Esta rua, que ainda há poucos anos tinha cômodos de silvas, está hoje embelezada com casas, salvas pequenas excepções; sendo certo que a obra da estrada tem estimulado os moradores a mandar rebocar e cair as frentes das casas e muros que correm com ela, e dentro em poucos anos a Vila parecerá um bairro de cidade. Esta rua, não obstante ser uma continuada, contudo tem os seguintes nomes em vários sítios começando da Areosa para o Arrujo, a saber: Laguela, Casal, Picota, Adro de Cima, S. Sebastião. Todas as mais ruas vem desembocar nesta, a saber: a do Arrujo, que se bifurca e vai acabar uma parte no Matouto, e outra no Rego; a rua do Adro de Baixo, que corre a par do Adro pelo nascente desde a Picota até à Balsa; a da Balsa, que segue até à cadeia; a do Forno, que começa na Picota e vai para Oliveirinha; a do Outeiro, que termina no sítio chamado o Lodeiro e Poço do Grifo; ⁽⁵⁾ a Senhora da Graça, que vai ter à Laguela, mas tem muito poucas casas; ⁽⁶⁾ a do Barreiro, que começa na Laguela e segue até à serra de Eixo. Além destas ruas há vários becos, como o do Barrimau, Canto e outros.

A rua principal antigamente não seguia da Picota para S. Sebastião, mas sim para a Balsa. ⁽⁷⁾

A profundidade das ruas e caminhos feita pelo atrito de pé e carro é um vestígio da sua antiguidade; vamos por isso mencionar as que denotam mais antiguidade por este motivo. Devemos porém advertir que, quando se fez a estrada nova já referida, se fizeram em alguns sítios grandes aterros para a allear, que passamos a notar: no sítio da Laguela se fez um grande aterro aos lados do pontão, tanto para a banda de Aveiro como para a da Vila, onde a rua era e ainda hoje é muito profunda em relação às

(1) Ainda há poucos séculos em certos meses era mandada a cavalaria ao verde para estes sítios, aquartelando-se nos Lugares de Taboeira, Quintã e talvez nesta Vila, onde se diz que se casaram dois dos oficiais nobres (que comandavam os ditos corpos de cavalaria), de que descendem as famílias Britos Taboradas e Gomes de Lemos, a que pertence o nosso Ex.º D. Sebastião Gomes de Lemos, Bispo resignatário de Angola.

(2) Neste sentido se toma a palavra «xó» no Lexicon Ethimologico das palavras portuguesas, que têm origem arábica, composto por Frei João de Sousa, derivando-se da palavra pérsica «xou» com que se manda parar a besta. Ainda se usam as duas palavras «xó» e «xou» — aquela para fazer parar e esta para fazer andar o gado e mesmo aves, de que vem o verbo «enxotar» ou dizer «xou».

(3) Esta praça só tem lugar aos domingos e dias santificados e vende-se aqui trigo, frutas e hortaliças e aves, e pouco mais. Foi aumentada pelo Juiz de Fora, sr. Joaquim Roiz de Bastos.

(4) Nos papéis do dr. Manuel Gonçalves de Figueiredo Gausper (que serviu de Presidente da Câmara pelos anos de 1817 a 1830) se encontrou um projecto de calçadas das ruas principais da Vila, orçado em 6:780:400 rs. Por este projecto ficava a rua principal com passeios aos lados em largura de cinco palmos, guarnecida dos marcos de pedra.

(5) Poço hoje muito profundo que acaba no gramoal de Taboeira, mas que há menos de oitenta anos era caminho de fazendas confinantes e entre outras das de um homem chamado «o Grifo» por alcunha, que lhe deu o nome.

(6) Tem catorze casas.

(7) Há quem diga que antigamente esta rua continuava para o Arrujo pelo Barrimau, não havendo ainda a de S. Sebastião senão no sítio da capela até à viela do Barrimau, onde desembocava aquela. Se isto é verdade, é pelo menos anterior a 1707, porque esta data tem a casa que foi de Manuel José Soares, já na rua de S. Sebastião; sendo certo que o espaço da rua desde a Picota até ao meio desta tem pequena profundidade.

terras confinantes de ambos os lados; e a regular-nos por este único argumento diríamos que ali foi o princípio da povoação.

O pontão actual que ali se fez está construído sobre o antigo, que não era mais que um pequeno arco de tijolo, de metro e meio de altura quando muito, e que era no sítio onde hoje é o local do norte do actual e na base deste; donde se pode ajuizar a altura do aterro que ali se fez.

Na outra entrada da Vila ao nascente, (rua de S. Sebastião), fez-se outro não menor aterro desde a capela de S. Sebastião para o lado do campo, alterando-se e mudando-se por fora da rua o leito da estrada, que (seguindo antes desde a última casa em linha quase recta para o campo) agora descreve uma curva de pequeno raio para o sul, o que a torna muito defeituosa.

A rua anterior de S. Sebastião comunicava com a do Arrujo por uma ponte ou antes muro de pedra vermelha, por cima da qual se passava nos meses de inverno e ao mesmo tempo servia de tapagem a uma propriedade que aí temos.⁽¹⁾

Ao lado direito da rua do Arrujo, onde terminava o dito muro, era o Coval — Curral do Concelho, feito de muro em forma circular com porta para a dita rua.

Logo abaixo do actual pontão para o lado do campo, sob a estrada anterior, havia um pequeno pontão de arco de tijolo, que dava passagem aos barcos para o Ribeiro, e às águas deste para o campo, passando ali a vala real que tem princípio na ponte da Granja e passa pelo Picoto, Arrotas, Camarnais e segue pela ponte da Balsa, Poço do Grifo, Vala da Mata, Taboeira, etc.

A dita ponte velha do Arrujo ligava com a dita rua do Arrujo por um muro de pedra vermelha, por cima de que se passava desde a mesma ponte até ao lado esquerdo da mesma rua.

A rua do Arrujo, tanto na parte que vai para o Rego, como para o Matouto pela viela do Lourenço e das Gatas, mostra em alguns sítios bastante profundidade e o mesmo se vê na rua do Forno.

A rua do Adro de Baixo também mostra bastante antiguidade, principalmente no lado do norte da igreja, se compararmos o seu fundo com o quintal próximo que foi do Reitor Diogo de Moraes Cabral. Devemos lembrar que a rua principal não seguia como hoje pelo Adro de Cima para o Arrujo, mas sim da Picota para a Balsa; e tanto que para este lado colocaram a frente da igreja; e isto tanto mais é de crer quanto ali (quase em frente da igreja e parte do muro do Adro ao nascente) estão os celeiros do Alto

Senhorio da terra, a Sereníssima Casa de Bragança; bem como foi o seu antigo paço, casa do Almojarife e capela de Nossa Senhora da Piedade.⁽²⁾

De tudo podemos conjecturar que a Vila começaria os seus princípios em três bairros separados, a saber: Laguela, Arrujo, e o do centro, onde se acha hoje a igreja.

E, se não podemos dar inteiro crédito aos ditos vestígios da profundidade das ruas, porque a mão do homem e a mesma natureza os pode alterar e desfazer, é certo que os ditos três sítios são os de que restam mais tradições e mesmo documentos que de algum modo mostram a sua antiguidade, a saber: —

A respeito do Arrujo temos a tradição de que falámos ao tratar da «Etimologia de Eixo» e que remonta a eras remotas; a respeito da Laguela e Senhora da Graça temos documento que terminantemente diz ser a igreja velha neste último sítio (Vd. o que dizemos adiante desta igreja) e sendo a Laguela próximo desta igreja é provável ser tão antiga como ela; e finalmente a respeito do bairro central consta da História que El-rei D. Fernando I celebrou esponsais com D. Leonor Teles nesta Vila; o seu palacete era neste sítio.

A Vila situada à beira-campo tem vistas muito pitorescas, principalmente dos sítios mais elevados como o Matouto⁽³⁾ e Forno, donde se avista todo o campo desde o lugar de Pinheiro até Angeja, na distância de uma légua.

Cada propriedade de campo é fechada por cô-moros de salgueiros e outros arbustos, que na primavera formam uma paisagem muito aprazível. Esta parte do campo, ou campo de Eixo, é cercada por uma cordilheira de pinhais dos lugares de Pinheiro, Salgueiral, Azenhas, S. João de Loure, lugar de Loure, Frossos e Angeja, que todos se avistam de Eixo ao norte e nascente, bem assim parte dos lugares de Horta e Taboeira, além de muitas terras e serras que ficam a maiores distâncias.

Para os lados do sul e poente e intermédios, todos superiores à Vila, não vê esta senão pinhais e pequenas distâncias que fecham em semi-círculo; e por isso podemos dizer que a Vila é uma grande varanda com vistas pitorescas para o nascente e norte, limitadas por grandes serras, ainda que à distância de algumas léguas.

Parece que devíamos agora tratar da antiguidade da Vila; mas reservamos esta matéria para o fim desta 1.ª parte, como conclusão de algumas matérias que vamos tratar.

(1) Este muro tem de altura três metros e de comprimento quinze desde a dita curva até à entrada da rua do Arrujo; foi demolido pelas obras da dita estrada que começaram em 18-3-1862.

(2) Tanto existiu este paço ou palacete que o prédio da Sereníssima Casa de Bragança junto aos celeiros ainda hoje se chama «a

Vessada do Paço».

(3) O sítio do Matouto, na sua parte mais elevada e próximo à Cubelhã, é sem dúvida o sítio da Vila em que se avista um panorama lindíssimo, porque não só domina a Vila toda, mas também o campo até à linha férrea sobre o Vouga, em Cacia.

1. A IGREJA VELHA

Eixo — Capela de Nossa Senhora da Graça — Nicho quinhentista.



Deve ser grande a curiosidade dos leitores patrióticos de saberem a história desta igreja; porque o desejo de sabermos os factos antigos cresce na razão directa da sua maior antiguidade.

Da existência desta igreja no sítio onde hoje é a capela de Nossa Senhora da Graça parece que nenhuma dúvida pode haver não só porque é tradição constante, mas também porque temos um documento autêntico onde isto se mostra, qual é o traslado de Vedoria feito em 27 de Junho de 1727, que está junto a uma escritura de renovação de um prazo de 28 de Janeiro de 1727, feita em Lisboa a Manuel Fernandes e outros de Eixo da Comenda de Cristo de Santo Isidoro desta Vila, pertencente ao Ex.^{mo} Duque de Cadaval, onde se diz «uma terra nas Cruzes, que parte do nascente com o caminho da Igreja Velha, que é agora a Capela de Nossa Senhora da Graça».

Constando-nos que no adro desta capela havia restos de edificações antigas, tratámos de examinar e, nas escavações que fizemos, em 27 de Março de 1868 descobrimos o seguinte:

Em frente da capela, da porta principal para o lado do norte, aparece um alicerce que mostra muita antiguidade porque os seus materiais (pedra vermelha, algum xisto e pedra rincã) estão em tal estado de dissolução que se desfazem facilmente, devendo-se notar que o terreno do adro e capela é um saibro enxuto em sítio elevado, onde só à força de muitos séculos se poderiam corromper os ditos materiais; tendo já acontecido encontrarem-se ali bem conservados os corpos humanos que se têm enterrado tanto na capela como no adro com direcção ao sul-norte.

Estes alicerces têm apenas a profundidade de 44 centímetros e 66 de largura. O alicerce que corre paralelo à frente da capela tem 4,51 m. cada um, havendo indícios de outro alicerce junto à capela paralelo àquele de maneira que estes quatro alicerces formam um quadrilongo.

Mas que edifício seria este? Seria a capela-mor da antiga igreja, que teria a porta principal para o lado poente? Seria esta a primeira igreja da povoação? Não é fácil descobrir-se, ⁽¹⁾ pois o tempo, que em nada permanece, a memória das coisas escurece — segundo diz o nosso Sá de Meneses. ⁽²⁾

É tradição que esta igreja tinha um bom passal, que abrangia várias terras, que hoje são de particulares, em roda do adro da dita capela, estendendo-se principalmente para as Cavadas e Ribeirinho,

até à Vala Real, onde ainda hoje se vê um marco de pedra que dizem ser do mesmo passal.

Dizem que há documentos disto, que não pudemos alcançar. Seja como for, o que é certo é que, não havendo nesta Vila um palmo de terra cultivada que não seja foreiro ou raçoeiro a algum Senhorio, o espaço de terra, que se diz fora passal, era isento destes encargos ao Paço, enquanto os terrenos confinantes com ele eram sujeitos a estes encargos até ao ano de 1832.

O facto desta isenção dos tributos da terra (foros e rações) e a forma do dito terreno que cerca todo o dito adro levar-nos-iam a outras indagações em eras remotas, e talvez ao princípio da povoação; mas limitamo-nos a registá-lo para outros estudarem mais a fundo. Ao norte da Vila, e no meio de uma praga de foros e rações que infestaram toda esta terra, encontramos este bocadinho sagrado e abençoado de Deus, porque escapou ao dilúvio universal; e o que é notável é que no lado oposto vamos encontrar outro bocadinho privilegiado no sítio do Arrujo. A respeito deste é tradição que uma senhora chamada D. Urraca (que dizem ser rainha), passando por esta terra e sítio do Arrujo, aqui deu à luz um filho e por isso isentou os seus moradores de certos encargos territoriais, e que por isso se chamou ao dito sítio do Arrujo «Casal de D. Urraca», como ainda hoje muitos lhe chamam.

Não sabemos até que ponto isto é verdade; mas é certo que o Foral de 2 de Junho de 1516 concede um privilégio aos moradores deste sítio, dizendo: «e defendemos ao Senhorio dos ditos direitos que mais a (lutuosa) não leve a nenhuns moradores da dita terra de Requeixo, nem isso mesmo aos moradores da póvoa do Arrujo». Semelhante isenção concorda até certo ponto com a dita tradição.

Querem alguns deduzir do facto de aparecerem sepulturas ou corpos sepultados no adro desta capela que aqui fora a igreja matriz. Devemos porém advertir que é certo que aqui se fizeram enterramentos, quando na igreja actual se fizeram as sepulturas das portas travessas até à principal; e o mesmo devia acontecer quando a igreja se andou a construir; mas não sabemos se até apareceriam sepulturas mais antigas, ainda que é de crer que aparecessem, visto não haver dúvida que aqui foi a igreja velha. Também não prova de antiguidade o facto de

aparecerem no fundo e nos topos da sepulturas duas pedras, a que chamavam «testemunhas», porque ainda no ano de 1790 se conservava o costume de tais testemunhas, segundo se vê da demarcação que se fez do adro da referida capela em 20 de Dezembro do dito ano, onde se diz que cravaram marcos de Outil com duas testemunhas de pedra mármore (seixo). Fazemos estas considerações para que os vindouros, quando encontrarem corpos enterrados no dito adro, apreciem devidamente este facto.

Concluimos que, com tudo o que deixamos dito sobre a igreja velha, não satisfazemos decerto a curiosidade dos leitores patrícos, que quereriam saber mais do que o «ali foi Tróia» ou que ali foi a igreja velha.

2. CAPELA DA SENHORA DA GRAÇA

Esta capela, que fica ao norte da Vila, é um edifício construído com muita solidez; tem altura regular e acha-se em bom estado de segurança e asseio. Não sabemos o ano em que foi primitivamente edificada. É verdade que sobre a porta principal se lê a era de 1710, mas já no ano de 1691 havia a Confraria,⁽³⁾ e portanto a capela desta Senhora, como se vê no livro de Visitações — Visit. 20 — e já no adro da mesma capela havia o cruzeiro em que se lê a era de 1684; por conseguinte, a era de 1710 parece ser a de alguma reforma ou reparo que se lhe fizesse. O estado de conservação, solidez e arquitectura desta capela mostra que não seria edificada muitos anos antes de 1684.⁽⁴⁾

A capela tem um altar e tribuna na capela-mor, com sacrário,⁽⁵⁾ que hoje serve de nicho onde está a imagem de Nossa Senhora da Graça. À direita há umas casas, e a principal é sacristia.

Na frente da capela há um nicho com outra imagem da mesma Senhora, rodeada de anjos e outras figuras de pedra, pintadas de cores.

A festa da Senhora da Graça é no primeiro domingo do mês de Agosto; é a principal da terra.

Há mais de quarenta anos, com poucas excepções, que se fazem boas festividades nesta capela, com iluminações na véspera, fogo preso e música a grande orquestra, e no dia da festa há Missa (ao meio dia) com exposição do SS.mo com a mesma

de fazer a igreja nova e dispendiosa que estava começada em 1711, nos enredam com dúvidas tais de que se não poderá sair facilmente senão entendendo que aquela era foi feita por ocasião de alguns reparos que se fizeram na capela.

(5) Indício de que serviu de igreja matriz. No ano de 1741 ainda tinha dois altares em bruto (Vd. a Visitação 40) que não podiam ser senão aos lados do arco-cruzeiro e que se demoliram. Em 1754 a tribuna estava por dourar (Visit. 42). Estes factos também podem indicar que não estaria reformada há muitos anos. A imagem é muito imperfeita, mostrando por isso antiguidade.

(1) Devemos advertir que deveríamos continuar as escavações, para que a pesquisa fosse mais completa.

(2) «Malaca Conquistada», Livro 1.º, 1022.

(3) O Livro de Visitações mostra negativamente que na igreja anterior não havia altar e confraria desta Senhora nos anos apontados, e por isso a Confraria de que fala a Visitação 20 era da capela.

(4) A combinação da era da capela 1710 com a da sepultura do Reitor Cabral 1709, devendo por isso a capela estar servindo de igreja matriz neste ano, e a necessidade que estes povos tinham

música e sermão, de tarde há outro sermão e procissão, que vem recolher à igreja quase à noite.

Esta festa é sustentada com esmolas e por mordomos e um tesoureiro, porque a Confraria (que não é legalmente erecta) não tem rendimentos.

Não devemos esquecer aqui o nome do maior benfeitor desta capela nos tempos modernos qual é o do nosso patrício o rev. Cónego José Bernardo de Carvalho, (1) que mandou fazer, pintar à sua custa, o forro da capela, madeirar, telhar, solhar toda a capela, (2) lajear a capela-mor de pedra de Ançã, dourar a tribuna velha, fazer urna para o altar-mor, pôr vidros nas frestas e caiar por dentro e fora.

► 3. CAPELA DE S. SEBASTIÃO

É uma pequena capela situada ao sul da Vila, construída com pouca solidez e tem só uma entrada, a da porta principal, sobre a qual se lê a era de 1734, que é a de uma reforma, porque neste ano estava ela ameaçando ruína, pelo que foi mandada fazer de novo e mais larga do que era. (3)

Tem seu altar na capela-mor com a imagem de S. Sebastião, que costuma festejar-se na mesma capela a 20 de Janeiro ou no domingo imediato, com Missa cantada e música vocal e instrumental, sermão e procissão que vai até à rua do Casal e recolhe na igreja. De tarde, faz-se ali um pequeno arraial, tocando a música à noite.

A capela não só acomoda pouca gente mas também se torna incomodante no acto da Missa por ser preciso fazer todo o serviço pela porta principal — inconveniente que pode e deve evitar-se, fazendo-se uma sacristia mais espaçosa com porta para fora, como é de absoluta necessidade.

Ainda no ano de 1760 tinha esta capela avultados rendimentos, como se vê do Livro de Visitações — Visit. 46; mas hoje não tem coisa alguma, sendo a sua festividade feita por esmolas dos povos desta Freguesia.

► 4. A IGREJA ANTERIOR

Os nossos patrícios quanto apreciariam hoje um

desenho da sua igreja anterior? Todos decerto haviam de ver com admiração a igreja finda, por mais tosca que ela fosse. Se não podemos satisfazer completamente este desejo, vamos ao menos dar-lhes a ideia que podemos colher do Livro de Visitas, e é a seguinte:

A igreja tinha uma altura regular e a sua capacidade devia corresponder à altura. (4) Nos anos de 1668, 1685, 1688, estava ela ameaçando ruína e indecente, pois estava de telha (é o que hoje se chama de valadio ou sem a telha ser pregada com a cal), sem forro e sem ladrilho. (5) No ano de 1699, se fez uma tribuna, em que se dispendeu a quantia de 60:270 rs.. A capela-mor estava ladrilhada, tinha cortinas de damasco, arco-cruzeiro com degrau de pedra lavrada, e sacristia. (6)

Tinha a sua torre com escada por fora, que era custosa de subir por não ter corrimão, e tinha pia baptismal. (7)

O altar do SS.mo não era o altar-mor. (8)

Havia nesta mesma igreja duas capelas particulares — a de S. Brás e a de S. Nicolau, (9) que na forma não eram mais que dois altares, não obstante os Visitadores lhe chamarem «capelas», pois também em 1726, na Visit. 35, assim se chama «capela de S. Brás», que não havia na igreja actual, mas sim um simples altar, que hoje é um nicho na tribuna. (10)

Havia três Confrarias (além da do SS.mo), a saber: Espírito Santo, Senhora do Rosário e Senhora das Neves, que tinham seus altares e eram ricas. (11) Parece que, tanto quanto podemos concluir, havia seis altares no corpo da igreja, a saber: S. Brás, S. Nicolau, Senhora das Neves, Senhora do Rosário, Espírito Santo e Santíssimo. Não podemos dizer precisamente o ano em que esta igreja foi demolida, constando apenas que no de 1700 pretenderam os povos fazer uma igreja nova que em 1705 estava arrematada, em 1711 estava a obra começada, continuava em 1715 e no ano de 1726 já nela se celebrava. (12)

(1) É o mesmo de que falamos como benfeitor da igreja.

(2) Este solho durou apenas dois anos, nos fins dos quais estava todo podre com tortulho! Tanto neste sítio da Senhora da Graça como na rua do Casal é muito frequente aprodrecerem os solhos baixos com tortulho, que muitas vezes chega ao sobrado! O subsolo nestes sítios é um saibro seco e quente e por isso, pelo que toca à capela, sendo esta pouco ventilada por estar fechada, humedece, dando-se as duas condições de calor e humidade, que desenvolvem o parasita. Mandou-se para isso ladrilhar a capela de tijolo com o produto de um leilão para que o nosso benfeitor concorreu, dando algum dinheiro que faltou e mandando fazer a obra. Acautelem-se os vindouros em não tentarem mais solhar a capela de madeira, porque é despesa perdida.

(3) Vd. Livro de Visitações — Visit. 37..

(4) A prova da altura a achamos nós nos dois altares que hoje se conservam na igreja actual (que eram desta anterior) — o das Almas e o de Santo António; portanto não era a igreja tão pequena como se diz na Visit. 16, que a nota de muito pequena, em relação a uma grande freguesia como esta era e cujo povo se reunia na sua maioria na igreja matriz, talvez por falta das capelas nos lugares de Oliveirinha, Costa, Moita e outros.

(5) Livro de Visit, Visit. 2, 16, 18.

(6) Consta isto do Livro do Tombo da igreja, pgs. 4v, 32 e 37v.

(7) Visit. 3 e 5.

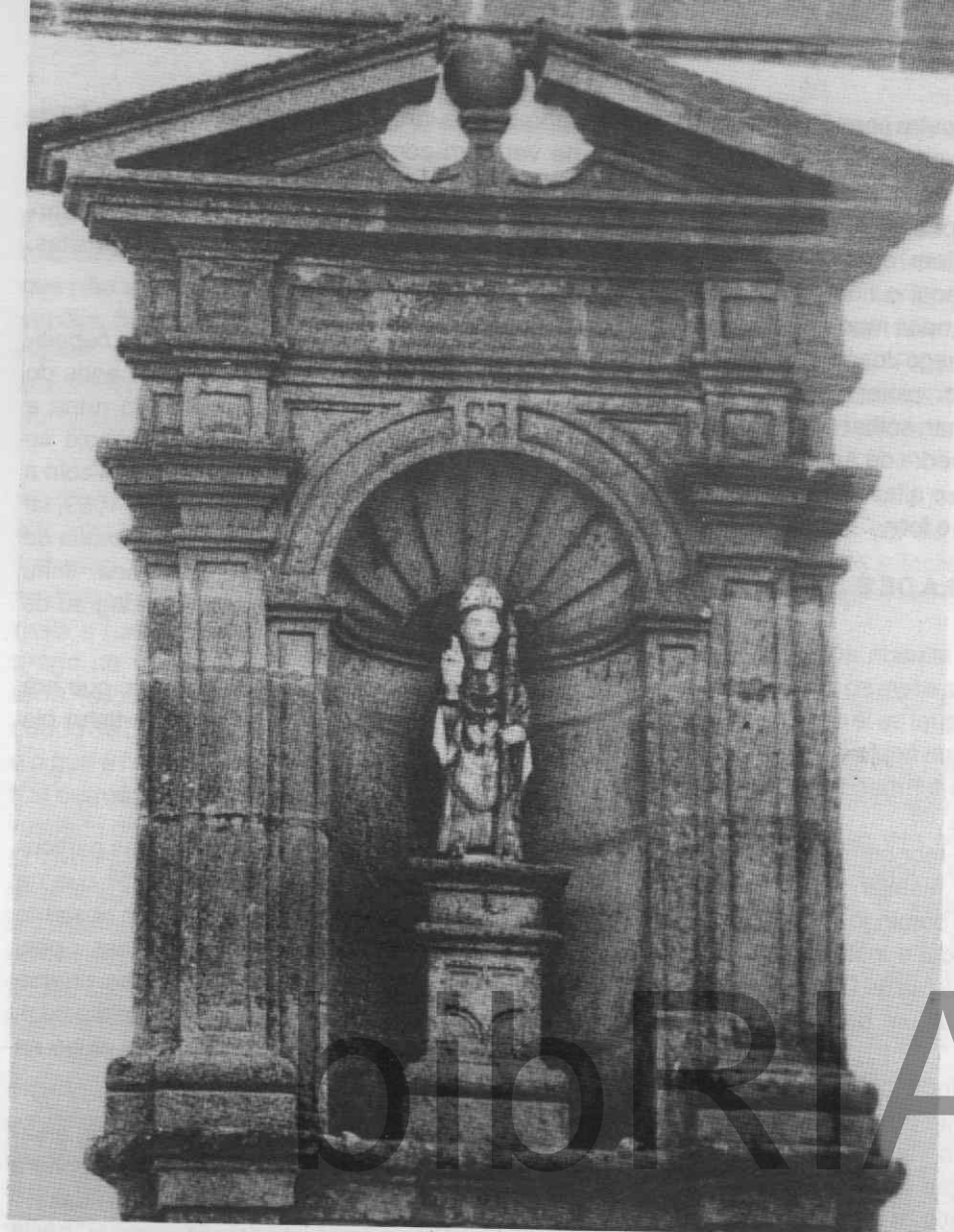
(8) Visit. 13.

(9) Visit. 5, 16 e 17.

(10) Visit. 41.

(11) Visit. 2, 12 e 14.

(12) Visit. 27, 29, 31, 32 e 35.



Igreja matriz de Eixo —
Imagem de Santo Isidoro.

Parece porém que podemos ter por certo que no ano de 1709 estava demolida a igreja anterior, porque, morrendo neste ano o Reitor Diogo de Moraes Cabral, vamos encontrar na capela de Nossa Senhora da Graça a sua sepultura com pedra que tem o seguinte leitreiro: — Aqui jaz o Rev. Diogo de Moraes Cabral, Reitor desta Igreja. Faleceu é novembro de 1709. E se o Reitor foi sepultado na capela é porque a igreja estaria demolida.⁽¹⁾

Esta igreja estava colocada com a porta principal no sítio onde hoje é a porta travessa (entre o norte e o poente); ou era virada para o poente, sendo de crer que todo o quarteirão de casas e quintais, hoje circunscrito pelas ruas do Adro de Cima e de Baixo até à Picota, fosse o adro ou rossio desta igreja; ainda que há quem diga que este espaço de terra era um olival e que em frente da dita igreja ficava o antigo Hospício ou Mosteiro de Santo Isidoro.

Seja como for, o que é certo é que no aqueduto ou vala que se abriu por ocasião das obras da estrada (de Aveiro a Águeda) e corre ao norte e poente do

adro actual, apareceram caveiras e vestígios de sepulturas em linha e a correr com o muro do dito adro, aparecendo as caveiras junto ao muro das casas que foram do Reitor Cabral, paralelo ao do dito adro. Ora, sendo o costume antigo enterrar-se dentro das igrejas e achando-se estas sepulturas fora do sítio da igreja, e talvez do adro, seriam elas do claustro do dito Hospício? Enterrar-se-ia no adro por causa de alguma epidemia?

Fosse a causa de se enterrar no adro esta ou outra, o que nos parece provável é que este sítio pertencia ao antigo adro.

(1) Devemos notar que desde 1705 não houve Visitas nesta Freguesia, do que podemos conjecturar que neste espaço de tempo se achava a igreja demolida, servindo a capela de Nossa Senhora da Graça de igreja matriz, e pelo que talvez os Visitadores julgassem desnecessária a Visita, porque em circunstâncias extraordinárias tudo se desculpa. A capela ainda conserva o sacrário, que se faria neste tempo.



Eixo — Igreja matriz.

5. A IGREJA ACTUAL

A igreja actual é um templo sumptuoso e como tal foi elogiado pelo Visitador do ano de 1738;⁽¹⁾ e ainda hoje é considerado como o templo sem colunas de maior capacidade e solidez deste Bispado de Aveiro. Tem o corpo da igreja 27,7 metros de comprimento e 10,3 metros de largura, e a capela-mor tem 10 metros de comprimento e 6,5 metros de largura, ambos com pé direito proporcionado; as paredes têm de largura um metro e trinta centímetros. Tem no corpo interiormente uma boa cimalha de madeira dourada; e exteriormente tem cimalha e sapata de pedra de granito.

O frontispício é elegante, com espaçosa porta principal, duas janelas, nicho do Padroeiro Santo Isidoro, armas da Casa de Cadaval padroeira, tudo bem acabado em pedra de granito, que (digamos por

uma vez) se gastou com profusão em toda esta obra, na torre, muros do adro, duas portas travessas e nas três janelas e três altares por cada lado do corpo da mesma igreja, e no arco-cruzeiro.

Tem duas sacristias com portas simétricas para a capela-mor, a saber, ao poente a da sacristia dos Padres e ao nascente a da Confraria do SS.mo. A capela-mor é toda lajeada de pedra de Ançã em quadrados de duas cores alternadas, formando um zig-zag gracioso. No centro desta se vê a sepultura dos Reitores.

(1) Citado Livro de Visitações, Visit. 39. E devemos notar que ainda neste ano de 1738 faltavam muitos ornatos que se fizeram posteriormente, como o lajeado da capela-mor, a tribuna, as sanefas de madeira dourada nas portas travessas...

O altar-mor e tribuna são num gosto pouco vulgar e talvez singular. ⁽¹⁾ Achava-se tudo muito danificado tanto no talho como na pintura e dourado; mas acaba de se reparar e dourar a expensas do rev. Cónego José Bernardo de Carvalho, desta Vila, e ficou em muito melhor gosto que a pintura antiga, que era de várias cores. Tem a tribuna dois nichos, a saber, o de S. Brás do lado da epístola e o de Santo Isidoro do lado do evangelho.

No corpo da igreja, do lado do evangelho, há três altares — o que foi do SS.mo ao lado do arco-cruzeiro (hoje do Coração de Maria) — o do Senhor Jesus — e o de Santo António; e do lado da epístola há outros três, a saber — o de Nossa Senhora do Rosário ao lado do arco-cruzeiro — a capela do SS.mo — e o altar das Almas; todos com lâmpadas de latão amarelo, e que antes da Invasão Francesa eram de prata. ⁽²⁾

De todas estas imagens é notável a do Senhor Jesus, que tem muito merecimento artístico; a da Senhora do Rosário e a da Soledade também são perfeitas, esta principalmente na pintura do manto, que é delicada. A par destas imagens e doutras sofríveis, vêem-se algumas que já há muito deviam ter sido substituídas; tais são as de S. Pedro e Santa Luzia, no altar das Almas, e as de Santa Catarina e Senhora das Neves no altar de Santo António, e as de S. Brás e Santo Isidoro (o da frente da igreja) ⁽³⁾ que se devem guardar pela sua antiguidade; sendo certo que as imagens raquíticas e mal acabadas dão

ocasião à murmuração e falta de respeito, e pelo contrário as imagens perfeitas impõem certa respeitabilidade que convida à oração. Em toda a obra há um defeito sensível, isto é, serem as seis janelas do corpo da igreja pequenas e em desproporção com a sua capacidade e pé direito; do que resulta ser um pouco escura; defeito que se agrava por estarem meias tapadas as duas janelas próximo do arco-cruzeiro, que por isso não sobressai. Este defeito foi notado por várias vezes pelos Visitadores desta igreja, e com muita razão, podendo e devendo ser remediado, no que não se gastaria muito dinheiro.

A torre, que é de um gosto pouco elegante, parece que não teve a melhor construção, e tanto que já no ano de (?) foi necessário cintá-la com malhetes de ferro e rebocá-la toda porque ameaçava ruína; e o mesmo aconteceu à parede do fundo da capela-mor, que foi feita de novo, nos princípios deste século. Esta obra custou 4:144:000 rs. e está para durar muitos séculos; e hoje não se fazia com menos de dez ou quinze contos de réis. ⁽⁴⁾

Todas as Confrarias desta igreja foram ricas, como se vê do Livro das Visitações de Eixo, e das quantias de dinheiro com que concorreram para a obra da tribuna, ⁽⁵⁾ que importou em 1:376:000 rs. Nesta igreja só há duas festividades solenes em cada ano, a saber, a da Semana Santa e a da Senhora das Neves, cujas Confrarias não têm e muito precisam ter Estatutos. A Confraria das Almas tem Estatutos antigos, que precisam ser reformados.

(1) O Cónego José Bernardo de Carvalho, desta Vila, deixou em seu testamento a quantia de 250:000 rs. para esta obra e (?) rs. para um pavilhão para a capela do SS.mo — obras que se fizeram no ano de 1870. Temos o risco deste altar-mor e tribuna, que é feito metade num gosto e metade noutro. Os mestres da obra escolheram de um e de outro o que lhes agradou mais. Não sabemos com certeza o ano em que a obra da tribuna foi acabada, mas devia ser poucos anos antes de 1793, porque neste fez o juiz e eleitos da igreja representação a D. Maria I para que lhes concedesse as sisas perdidas ou reais da carne e vinho, com que se pagasse ao arrematante a quantia de 574:000 rs. que se lhe deviam da obra.

(2) O altar que hoje é do Coração de Maria era antes do SS.mo Sacramento, que dali foi mudado para a capela actual, mandada fazer com o seu retábulo à custa do nosso patricio e amigo Sebastião de Carvalho e Lima, que também concorreu com a quantia de 200:000 rs. para o forro da igreja. Do sítio onde se rompeu a parede para esta obra se mudou o altar das Almas para o sítio onde hoje está, que o não tinha. No saque francês as pratas da nossa igreja se compreenderam, e eram muitas. Da lâmpada das Almas temos um livro de assentos de um tesoureiro que diz que ela custou no Porto 162:587 rs. e que foi posta no altar no dia 8 de Abril de 1781, em Domingo de Ramos.

(3) Há quem diga que esta imagem de Santo Isidoro era a mesma

do antigo Hospício, donde foi levada para o Convento de Serém, e requisitada deste quando se fez a igreja actual; não afiançamos esta tradição, mas o que é certo é que tanto esta como as outras imagens são tão toscas que nos levam a crer que eram da igreja anterior, e talvez da velha. Tudo isto pode desculpar-se até certo ponto e tempo; mas o que é muito censurável é que modernamente se comprasse uma imagem tão imperfeita (diz-se que custou 15 moedas!!) como a do Coração de Maria. Hoje um artista muito piegas faz por este preço duas imagens muito mais perfeitas do que esta que os Missionários nos impingiram por bom preço!

(4) Vd. cit. Livro de Visitações, 31; e sobre a época em que foi feita veja-se o que dissemos da igreja anterior.

(5) Constam estas quantias de um Livro de razão do arrematante da obra Dr. Eusébio Custódio das Neves, nosso bisavô (que temos em nosso poder); donde consta que a obra da tribuna, sanefas e pintura foi arrematada por 1:376:000 rs., para o que concorreram as Confrarias com 570:000 rs. e a Fábrica com 806:000 rs.; a Confraria da Senhora da Graça deu 240:000 rs., a da Senhora do Rosário 220:000 rs., a do SS.mo Sacramento 80:000 rs., a do Senhor Jesus 20:000 rs., a do Espírito Santo 40:000 rs., a de S. Sebastião 6:000 rs., e a das Almas 200:000 rs.. O resto foi mandado preencher em sisas perdidas em que o arrematante perdeu muito.

Em outro tempo havia muito mais festividades, que se reduziram a Missa cantada, ora a vozes ora a canto-chão, sermão e, em algumas, procissão, como era a de Corpus-Christi, feita pela Câmara, a do Senhor Jesus, Espírito Santo, Senhora do Rosário, Senhora das Candeias e Senhor do Natal.

A extinção do Concelho e da Câmara acabou no ano de 1853 com a festa de Corpus-Christi; e a pompa que se foi introduzindo nas festividades da Semana Santa ⁽¹⁾ e nas da Senhora da Graça e Neves, fez com que se fossem acabando as outras pequenas festas. E com efeito, não só pela razão do aumento destas festas, número de seus mordomos, mas também depois da separação da Freguesia da Oliveirinha, era uma necessidade reduzir as Confrarias e festividades. Já no ano de 1711 se achou que o número de Confrarias era superior às forças da Freguesia (ainda então conjunta com a da Oliveirinha) e tanto que o Visitador proibiu que se levantassem mais Confrarias — Vd. a Visit. 31.

Especialmente nas povoações rurais e agrícolas (como esta é) são as festividades de muita utilidade, não só pelo lado moral e religioso, mas ainda pelo social. Debaixo do ponto de vista religioso, pensamos que se devem fazer as que os teres do povo permitirem com a decência devida; debaixo do ponto de vista social são as festividades os feriados dos trabalhos agrícolas em que os povos se reúnem e muitas vezes se conciliam de discórdias, instruindo-se com as conversas de pessoas corrigidas, etc.

A festividade da Senhora das Neves tem lugar no dia 5 de Agosto quando é domingo, ou no domingo imediato, com a mesma decência que a da Senhora da Graça (de que falamos noutro lugar), com a diferença de que na véspera de ordinário só há cavalhadas, e a procissão se faz em seguida à Missa para ficar a tarde livre para as fogaças.

Concluimos esta parte dizendo que esta igreja tem a frente virada ao norte, ou entre este ponto e nascente; a igreja anterior a tinha virada para o lado da Picota (entre norte e poente); e quando se fizer uma nova igreja, deverá ser virada para a rua do Adro de Cima (entre poente e sul), por ser hoje a rua principal.

► 6. A CADEIA, A FORÇA, O PELOURINHO, A PICOTA

O edifício da cadeia acha-se apenas em paredes

e foi construído no mesmo sítio da cadeia velha, demolida em 1829.

A cadeia velha tinha um andar sobradado, enxovias ou prisões inferiores, como a actual, com a diferença de ser mais pequena. A entrada era por um escadório de pedra de Ançã por fora do edifício, no topo do lado do norte, onde era a porta do andar sobradado, que servia de casa da Câmara e das audiências dos Juizes de Fora; sobre esta porta estava o sino e debaixo da escada havia um balcão, por onde se entrava para a casa do açougue. ⁽²⁾ No meio e frente do edifício estavam as armas da Vila, abertas em pedra de Ançã.

O edifício actual acha-se edificado no sítio do antigo (como dissemos), estendendo-se mais em comprimento para o norte e sul e em largura para o nascente, onde se expropriaram alguns terrenos para este fim. Tem a porta principal no centro e sua torre sobre esta, ou antes, sobre o portal para a janela sacada acima daquela porta.

Tem na frente e andar baixo duas enxovias, cada uma com duas janelas gradeadas de ferro; e no andar superior tem o sítio para duas boas salas, cada uma com duas janelas. Além destas, tem para o lado inferior e superior várias casas para açougue e para outros misteres.

É neste edifício que mais se vê a incúria das Câmaras desta terra em não obrigarem o arrematante da obra ou seu fiador a concluí-la andando a mesma Câmara e Juizes por casas de aluguel, por mais de trinta anos. ⁽³⁾

Também Eixo teve sua força, ou antes, simulacro dela, mais para terror que para matar gente. No sítio da Serra de Eixo ao norte da capela que os herdeiros de José Marques João-Velho acabam de edificar, ainda hoje se vêem duas pedras toscas em forma de mós de moínho com buracos no centro onde dizem se cravavam os mastros da força, que não há memória de ter servido. Ainda hoje se chama a este sítio e propriedades vizinhas «o sítio da Força» e «Forcadelas» às propriedades que ficam ao sul da Feira.

Em frente e a pequena distância do edifício da casa da Câmara e da cadeia estava o pelourinho, que era uma coluna de pedra de Ançã de pouca altura, com três degraus da mesma pedra em forma circular que lhe serviam de base; aí se afixavam os editais da Câmara e Juízo de Fora. Deitou-se abaixo para fazer a estrada que passa pela rua principal da Vila.

Que também aqui houve picota parece concluir-se do nome da rua ainda hoje chamada «da picota».

(7) Há dezoito anos sem interrupção que se celebra nesta igreja a Semana Santa com música vocal e instrumental, com muita decência, no que se gasta o melhor de 25 moedas.

(1) O sino era o que hoje se acha na torre da igreja, na ventana do

nascente.

(2) É verdade que para este fim se tentou um processo (que deve existir na Câmara de Aveiro) contra o mesmo arrematante José de Pinho, de Aveiro, que teve bons padrinhos, e por isso não concluiu a obra.

7. AS FONTES

Há nesta vila duas fontes públicas e dois poços; sendo a principal a que fica abaixo da igreja, no centro da povoação. Esta fonte tem uma ou mais nascentes inesgotáveis, e não há memória que secassem nem diminuíssem, com as maiores sequeiras, tendo duas bicas perenes. Na demolição que se fez no ano de 1867 para fazer a fonte actual, que se concluiu no ano de 1868, apareceram vestígios de

parede da fonte anterior apareceram, como material dela, pedras com duas faces cavadas pelas cântaras em tal profundidade, segue-se que já antes da fonte anterior se tinham ali feito pelo menos duas, virando-se na segunda destas as ditas pedras cavadas com a face de cima para baixo. A variedade de pedras que apareceram nas ditas paredes demolidas reforça este argumento; ⁽²⁾ e bem assim os fragmentos (cacos) de cântara que apareceram no rossio da fonte até à profundidade de um metro, e talvez muito



Eixo — Fonte de Santo Isidoro.

ser esta a quarta fonte que ali se fez; por isso é que nas paredes demolidas apareceram pedras vermelhas, ⁽¹⁾ com cavidades de cântaras nas duas faces, superior e inferior, com a altura de nove centímetros e meio; e as capas da parede que servia para pousar as cântaras, que eram de pedra de granito muito rija, tinham cavidades feitas pelas mesmas cântaras da altura de onze centímetros. Daqui se conclui que a fonte nova é pelo menos a quarta; porque, se na

mais. ⁽³⁾ Estes factos são uma prova indubitável de que esta povoação é antiquíssima.

A fonte anterior tinha a bica para o sítio onde hoje é o lavadouro. A sua arquitectura parecia mourisca e consistia em quatro paredes com coruchéus que formavam a caixa da água (sem abóbada), com um portal onde era a bica da água que corria por baixo de um patim lajeado de pedra de granito para o lavadouro que era no mesmo sítio do actual, mas

(1) Daqui se pode conjecturar que há quantos séculos se usa de pedra vermelha de Eirol, porque não há vestígios de outra mais próxima.

(2) As pedras eram, a vermelha, algum xisto, Ançã, Outil, granito duro e broeiro amarelo. Também apareceu uma pedra de Ançã, que tinha servido de nicho de algum santo, e outra quadrilonga lavrada com flores (de que temos o desenho), que parecia ter sido

da igreja ou edifício nobre. Qual seria?

(3) A escavação que se fez para os alicerces desta fonte (actual) foi imperfeitíssima, pois foi tão pouco funda que não se descobriu o verdadeiro sítio das nascentes e o alicerce está assente um metro acima da niza em terra solta de areia, e por isso a água não subiu até onde se queria — o que nos privou de observar este terreno.

que compreenderia metade do espaço deste. O dito patim era cercado de muros com as ditas capas de pedra de granito para pousarem as cântaras e tinha nos ângulos, próximo ao lavadouro, duas pias de pedra de Ançã.

O risco da fonte nova tem bonita vista e foi desenhado pelo professor de desenho deste Liceu de Aveiro, o Sr. João da Maia Romão.

A segunda fonte é a chamada «fonte do cortiço». Esta fonte fica próximo da ribeira da Canisieira, e por isso um pouco distante dos moradores da Laguela, que são os únicos que diariamente se servem dela. Esta fonte, na sua primitiva, tinha forma de um forno, cuja abóbada era feita de pedra xisto; mas hoje, que se acha esta abóbada arruinada em parte, está reduzida a um pocinho da altura de um metro. É afamada pela sua água deliciosa, que é considerada a melhor da Vila, e notável pela dita forma de forno.

Os dois poços são — um na rua de S. Sebastião, logo abaixo da capela; é um pequeno poço de que só se servem alguns moradores deste sítio. O outro é na Laguela, ao nascente do pontão — que é um bom poço, posto que pouco fundo, tem boas nascentes e é notável pelo arco de tijolo que se firmava em cima de seus muros. É de crer que este poço e a fonte do cortiço sejam tão antigos como supomos que é o



Casa do Dr. Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, em Eixo.

bairro da Laguela. A Vila é muito abundante de boas águas, tanto dos muitos poços particulares como principalmente das vertentes, próximo ao campo, ao norte poente; sendo notáveis os sítios da Canisieira, Ribeirinho, Cavadas e Outeiro, onde a água corre em jorros em qualquer covato. Não acontece o mesmo nas vertentes do sul da Vila, ainda que não falte a água nos poços a pouca altura.

CASAS PARTICULARES

A Vila tem hoje 41 casas altas e muitas baixas. Parece que as casas sobradadas só se começaram a usar na Vila no século XVII, porque as antigas que existem são posteriores a esta época e se antes houve algumas foram muito poucas, de que não temos notícia. A casa alta mais antiga parece-nos ser a do nosso bisavô João Dias de Carvalho e hoje do nosso primo Padre José Dias de Carvalho, na rua do Adro de Cima, do lado do poente, e que faz quina à entrada do beco chamado «o Canto». Esta casa tinha uma escada por fora, e na porta baixa que fica debaixo do balcão da mesma escada se lê o seguinte «1682 IHS Annos». Quando se demoliu a mesma escada (em 1867) que era de pedra de Outil apareceram algumas pedras dos degraus, que pareciam ter servido em outra obra de portais de edifício nobre ou igreja, e uma de altar. Que edifício seria?

Outra casa alta imediata a esta em idade é a que foi do Reitor Diogo de Moraes Cabral, que fica em frente do lado do norte da igreja, que tem a era de 1695. Esta casa, em relação ao tempo em que foi construída, pode dizer-se que foi feita com alguma grandeza, pois tinha uma escada por fora muito espaçosa com degraus de pedra de Outil, tinha duas janelas sacadas na dita frente, e outras — todas

com boa esquadria de Ançã e Outil. Esta casa foi deixada pelo dito Reitor para residência dos Párocos desta freguesia. ⁽¹⁾

(1) Se chegou a ser residência, seria por poucos anos, e não sabemos até quando.

Outra casa alta também antiga é a parte do sul da casa que foi do Alferes João Luís Ferreira, na Balsa. Esta casa foi rebocada, e por isso não mostra a sua antiguidade.

Outra casa também alta e antiga é a que foi de Manuel Dias de Picota, no sítio desta ao poente, e que hoje é do nosso amigo Dr. Manuel Gonçalves de Figueiredo. No forro dela se lê a era de 1769.

As mais casas altas são edificadas neste século e algumas no fim do passado.

As casas baixas mais antigas que conhecemos, que hoje estão quase todas em ruínas, são as seguintes, a saber: — as da Família dos Craveiros, na rua de S. Sebastião do lado do campo, que pertencem hoje à Ex.ma Snra. D. Cândida, sua última representante, e as casas ao poente da cadeia que são hoje do nosso amigo Dr. José Pereira de Carvalho. Daquele assento (que tinha muitas casas na frente da rua e a correr com o quintal que lhe fica ao norte) não resta hoje casa alguma e o mesmo acontece

com o segundo assento de casas que compreendiam o espaço desde o poço do sr. Ricardo Simões Ferreira até à rua em quadrado que se estendia até ao sítio que hoje serve de portal ou entrada do prédio. O último senhor destes assentos foi o Capitão António José Freire de Liz Craveiro. (1) As casas que foram do Escrivão Manuel José Soares e mulher D. Maria Freire, da mesma família, têm uma arquitectura semelhante a estas e têm um bom quintal, que do lado da rua fica de frente da dita arruinada casa dos Craveiros, pertence hoje ao dito sr. Ricardo Simões Ferreira.

A casa do Dr. António José Alves, chamado o Doutor do Cabeço, no sítio do Cabeço da Laguela, hoje dos herdeiros do Padre Sebastião Marques Moraes, mostra a mesma arquitectura e antiguidade. A casa que fica de frente do canto do norte do adro da igreja, e que foi de uma mulher chamada a «pita cega do Cruz» e ultimamente dos Ginas, seus herdeiros, mostra ainda mais antiguidade, que todas as referidas.



Casa antiga de Eixo — hoje propriedade da Câmara Municipal de Aveiro — um dos testemunhos do património local que importa preservar.

(1) Sabemos que pelo menos o terreno das casas deste segundo assento não era dos antecessores do dito Capitão, mas sim de (?). Há memória desta família do ano de 1711 no Livro da Fábrica desta igreja, fl. 2, da qual foi depositário o Padre Sebastião Rodrigues Craveiro. Em 1746 foi juiz da igreja o Dr. Manuel Liz Craveiro (Livro de registo da Câmara do dito ano) e suspenso de procurador da Casa de Bragança (Cit. Livro, fl. 6). Esta família tinha casa de bens nas Quintãs, onde residia ultimamente. Cremos que era uma família antiga e rica, pois além dos bens das Quintãs e de

dois assentos desta Vila sabemos que a Quinta do Vale do Suão (hoje do nosso amigo Sebastião de Carvalho e Lima) lhe pertenceu e bem assim a Quinta da Sobreira (que se subdividiu pelos herdeiros do Capitão Filipe Dias Brandão) perto da Azenha de Baixo, Quinta Velha — ambos estes prédios eram nobres e tinham casas. A arquitectura e grandeza das casas e quintais desta Vila indicam bem terem pertencido a pessoas poderosas no seu tempo.

FÁBRICAS E INDÚSTRIAS

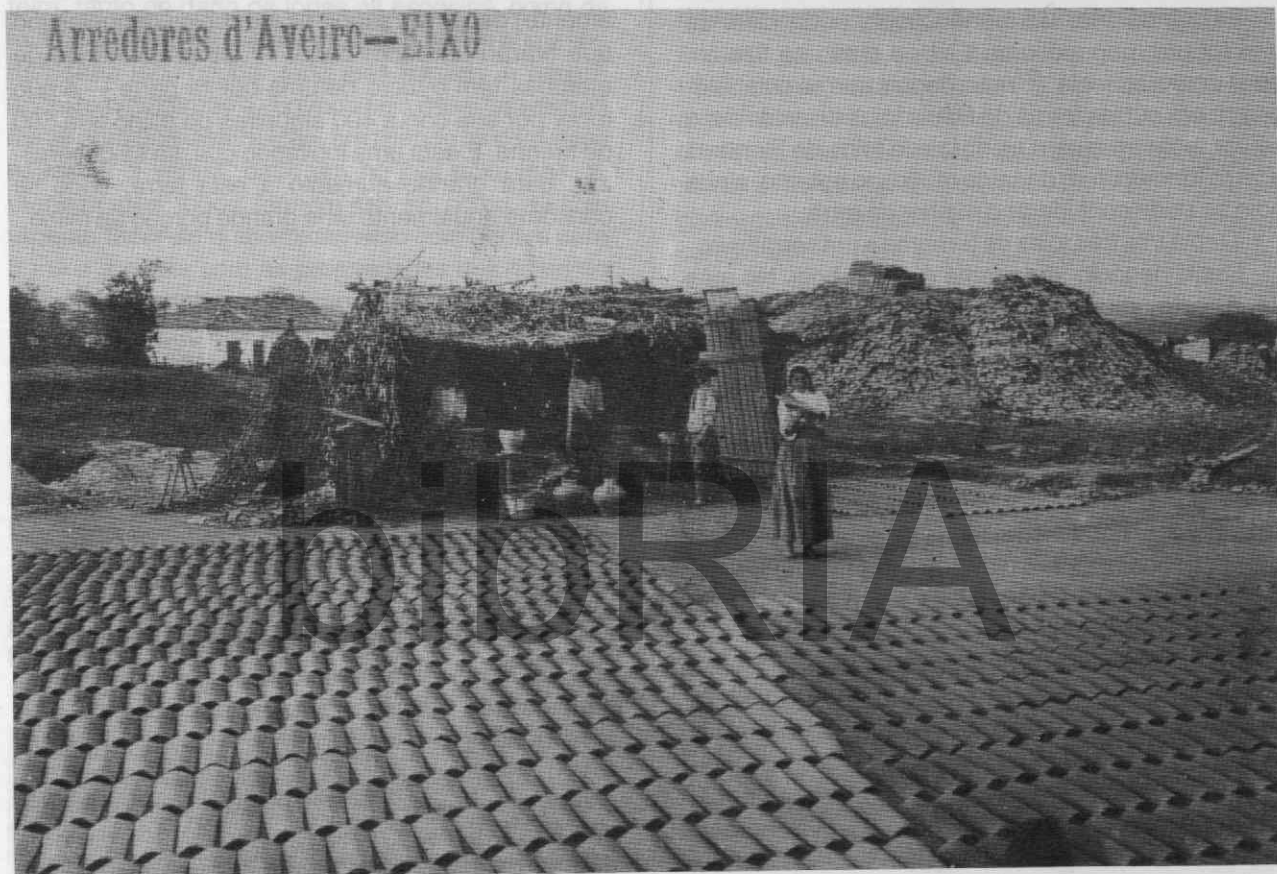
Em Eixo há fábrica de telha e tijolo, de há muitos anos. Do testamento de Jorge da Silva, morador que foi no lugar da Granja de Cima e escudeiro da Princesa Santa Joana, freira do Convento de Jesus, de Aveiro, feito no ano de 1555, ⁽¹⁾ se vê que este ficou devendo a quantia de 1:540 rs. a João Forneiro, de Eixo, de serviços e de um milheiro de *telha* que lhe vendeu, donde se prova que já no dito ano se fabricava telha nesta Vila. ⁽²⁾ Que no ano de 1722 havia

honrosa, que nos foi dirigida pelo Juiz respectivo.

No sítio do Rego, no alto do prédio de Manuel Marques Vieira a correr ou perto do caminho que vai para a Silha-Sardinha, aparecem a pouca profundidade vestígios de um pequeno forno de telha ou louça, e uma pequena cova de se tirar barro no dito caminho.

A indústria mais importante desta Vila tem sido a das caldeiras.

O pessoal desta indústria compõe-se de proprietários capitalistas, artistas e criados caixeiros para



Eixo — Antigo forno de telha.

forno de telha nesta Vila consta do Livro do Tombo último desta igreja de Santo Isidoro, pg. 32. A telha e o tijolo da fábrica actual são muito estimados, porque o barro que é lavrado no mesmo sítio do forno é dos mais finos deste género; e tanto que daqui foi telha para a obra da Relação do Porto.

Na primeira Exposição do Porto de 18... tiveram a telha, o tijolo e o barro desta fábrica uma menção

andarem pelas feiras; ainda que muitas vezes a mesma pessoa acumula os dois primeiros mesteres, e alguns (poucos) os três ditos. Esta indústria consiste no seguinte: — Os proprietários das lojas de caldeiras compram e mandam vir do Porto pastas de cobre e latão amarelo e fazem ou mandam fazer nas suas lojas caldeiras, tachos, alambiques, panelas, sertãs, escumadeiras, fogareiros, esquentado-

(1) Vê-se a consciência e honradez desta personagem que mandou pagar esta e outras quantias pequenas! Hoje não há disto!

(2) Não sabemos se este João Forneiro seria proprietário ou fabricante de telha no mesmo sítio onde hoje é o forno que nos

pertence; o que sabemos com certeza (por termos os respectivos Títulos de compras) é que o nosso bisavô Dr. Eusébio Custódio das Neves conjuntou várias leiras de terra ao prédio do forno actual, com que lhe deu a extensão que tem; e já numas das leiras conjuntas havia outro forno.

res de cama e outros objectos, que se costumam fazer desta matéria, os quais os ditos criados vão vender às feiras e pelas portas em quase todo o Reino. Daqui resultou dizer-se em toda a parte «que Eixo é a terra dos caldeireiros»; porém tal asserção não só não é exacta porque todo o dito pessoal desta indústria forma uma grande minoria da terra, porque as lojas de caldeiras nunca passaram de seis a oito ocupando cada uma um ou dois artistas e quando muito três criados; e nem esta indústria pode ser considerada vil e tanto que os donos destas lojas sempre ocuparam os primeiros empregos da terra. (1)

Esta indústria, até certa época, pode dizer-se que foi um monopólio de Eixo, e então se fizeram boas casas com ela; (2) mas, depois que se estabeleceram em outras terras do Reino lojas de caldeiras e se começaram a usar as obras de folha de Flandres e ferro fundido, tem decaído muito; no entanto, ainda hoje se pode considerar o melhor da terra.

Tem a Vila três lojas de ferreiros e um serralheiro.

Outro negócio importante é o dos bois. No mês de Agosto vão alguns capitalistas e outros com dinheiro emprestado comprar bezerros a Trás-os-Montes, que vêm vender de ordinário nas feiras do Distrito e distribuir pelos lavradores destas e outras terras. Este negócio já foi exercido em mais larga escala do que hoje.

Também foi importante o negócio de cavalgaduras, cavalos, éguas e mulinhas de seis meses. Este comércio consistia em comprar para revender logo, e está hoje quase abandonado, não havendo quem trate dele exclusivamente. Os contratadores não corriam só as feiras do Distrito mas até outras muito distantes, como as de S. João de Évora, Lisboa, Golegã, Coimbra, Neves, Viseu, Calvos, Vila Nova de Farnalicão e Penafiel.

Uma indústria que deste há trinta anos tem progredido pela sua maior expansão e aperfeiçoamento é a padaria de trigo. Esta indústria é exercida por mulheres, que podemos reduzir a duas classes, a saber, as que cozem diariamente, que são em número de dez ou doze, e as que só cozem para certas feiras e festividades.

Aquelas vendem algum pão nesta Vila; uma grande parte em Aveiro e nos Lugares de Cacia e Sarrazola, Oliveirinha e Costa, Mamodeiro, Requeixo e Travassô; e cozem diariamente vinte alqueires

de trigo reduzidos a farinha. As padeiras que cozem só para feiras e festas são em muito maior número.

Esta indústria é muito defraudada pelos moleiros e, quando as padeiras compreenderem melhor os seus interesses e se puderem emancipar destes, devem tirar bons lucros. É sabido que um alqueire de trigo rende cinco quartas de farinha ou vinte maquinas. As padeiras têm recebido algumas vezes dos moleiros de cada alqueire de trigo nove maquinas de farinha! E ficam muito satisfeitas quando recebem doze maquinas! Hoje que os proprietários desta terra se empenham para se libertarem dos moleiros, não devem as padeiras (pelo menos as que cozem diariamente) deixar de seguir os exemplos daqueles, no que tirarão um lucro certo. (3) Os proprietários de atafonas têm o lucro de uma quinta parte — o que moer por sua conta 400 alqueires de milho terá 500 de farinha. É esta uma inovação que, se se generalizar, dará grande aumento a esta terra, onde se consome anualmente uma grande porção de milho.

▶ A FEIRA DE EIXO

Esta feira fica num arrabalde da Vila, no sítio chamado a «Serra de Eixo», e tem lugar no dia 3 de cada mês. O princípio desta feira foi o seguinte:

Pouco depois de 1850, propôs a Câmara desta Vila que se mudasse a feira da Oliveirinha para o dito local desta Vila; subindo esta proposta ao Conselho do Distrito, a maioria deste votou contra a proposta. Então o Bacharel Venâncio Dias de Carvalho Figueiredo, desta Vila, e um dos conselheiros do Distrito, fez uma emenda ao projecto ou proposta da Câmara para que se criasse a feira actual; e sendo esta aprovada, se começou no dia 3 de Outubro de 1855. Como o tempo não era próprio para edificações improvisaram-se umas barracas para as lojas defronte das casas, mas separadas da feira do gado, que se determinou ser o grande largo que fica do lado da Oliveirinha. A experiência tem mostrado que esta separação foi um erro e tanto que os lojistas, que em princípio concorreram, têm abandonado a feira, não só porque as barracas se acham em mau estado, mas porque esta separação influi nos seus interesses. No ano seguinte, fez-se uma plantação de sobreiros e outros arbustos neste local, que foi mal sucedida, pegando muito poucos. É para lamen-

(1) Já no ano de 1749 os caldeireiros ocupavam os lugares de Vereadores e Juizes da Vila, como se vê dos livros de registo da Câmara de Eixo; e tinham tanta influência que se vê do livro de 1746 que na Câmara havia 12 medidas de cobre grandes e pequenas de líquidos e secos — alqueires e almudes, etc. (cit. Livro fl. 54).

(2) Sirva de exemplo a casa de José Dias de Carvalho, do Casal, que deixou por sua morte 60 contos de réis em moeda, além dos

bens de raiz!

(3) Há na Vila cinco atafonas, todas feitas neste ano de 1868 e estão muitas mais em projecto. Já antes se tinham usado, mas tão imperfeitas, que foram todas abandonadas. As que se usam actualmente satisfazem muito bem e esperamos que se venham a aperfeiçoar muito mais. Não devemos perder de vista um novo invento de moinhos.

tar que se tenha deitado a um completo desprezo e que não se tenham reparado os erros que teve nos seus princípios, porque o seu local é o mais usado para um grande mercado, e tal que não seria fácil encontrar segundo como este. O sítio, onde actualmente é a feira do gado, é um grande largo em forma quase circular, cujo terreno enxuto e firmíssimo não é susceptível de ter lama no inverno nem poeira no verão. Este local muito superior ao da Vila, que domina, tem vistas muito pitorescas para esta, para o campo e para muitos lugares e serras, que se avistam à distância de muitas léguas até à serra do Caramulo. É neste espaço largo que deve ser toda a feira, tanto de gado de todas as espécies, como de lojas e cereais, etc.; e por mais que ela se aumente, não seria fácil ocupar todo este espaço. A experiência tem mostrado a conveniência de se fazerem as feiras com boa distribuição, arrumando os diferentes expostos à venda, cada um no seu sítio; mas de maneira que todos formem um só corpo. É pois urgente fazer-se o abarracamento com frentes para o sul e a correr com as propriedades que ficam ao norte deste largo e arborizando-se este e fazendo-se a distribuição dos mais objectos de maneira que fique franca e livre a estrada de Eixo à Oliveirinha, que deve ficar no meio da feira.

Esta feira dura há treze anos; a que é mais concorrida é a de gado vacum e suíno; de cavalos quase não há transacções; vendem-se cereais e hortaliças, e tem poucas tendas.

Quando se fizerem as obras, que tanto são precisas nesta feira, deve ela aumentar-se muito, não só porque o seu local é excelente, mas também porque fica central a muitas povoações.

1. O CAMPO

Os principais melhoramentos ou benefícios, que se têm feito no campo, são os dos cômoros e tapagens, ou, como aqui se diz, fazendo chousas ⁽¹⁾ e abrindo valas. Haverá meio século houve quem se lembrasse de propor que se arrancassem todos os ditos cômoros, tendo em vista aproveitar a terra que eles ocupavam. Esta proposta não se levou nem deveria levar a efeito; porque, sendo o campo muito exposto ao vento norte, é evidente que os cômoros são o único meio económico de o abrigar: benefício que é reconhecido por todos os que têm observado a diferença para melhor que fazem as novidades próximas e ao abrigo dos mesmos cômoros, estamos convencidos de que, se não fossem os cômoros, o campo estaria hoje em péssimo estado, em consequência das nortadas que têm havido nos últimos vinte anos.

Parece-nos contudo que, para evitar ou atenuar o prejuízo da sombra dos cômoros, não se devem estes deixar crescer além de certa altura. ⁽²⁾

O benefício das valas é reconhecido por todos.

As valas são a nossa antiga e fácil drenagem com que enxugam, alteam, aquecem e arejam os terrenos húmidos, baixos, frios e impermeáveis ao ar. Não sabemos o grau da fertilidade deste campo nos séculos remotos; mas devemos supor que foi em grau muito subido, atendendo aos foros pesadíssimos



(1) A palavra «chousa» vem do verbo latino *claudio* e quer dizer fazenda fechada, «clausa» (Vd. Viterbo cit.).

(2) Os cômoros devem ser plantados de novo de anos a anos; lucra-se a lenha velha e ocupa-se menos espaço.

mos e rações de 4.^a a 9.^a que lhe foram impostos numa superfície que está sepultada a muitos metros de altura; sendo certo que a superfície actual não suportaria tais encargos.

Devemos advertir que a parte do campo, que há poucos anos era tida por mais produtiva, como era o Campo Velho, ⁽¹⁾ e outras até perto da Maria-Farinha, estão hoje muito inferiores; e pelo contrário todo o campo, que fica abaixo desta, melhorou muito com os aterros da estrada marginal do Vouga abaixo de Angeja e com os do caminho de ferro e ponte do Estrepeiro; os quais, demorando e tornando menos impetuosas as correntes das cheias, fazem precipitar os engodos ou adubos que estas arrastam.

Todo o campo é limitado pela margem esquerda do Rio Vouga, que corre em todo o comprimento do campo pela sua parte mais elevada, e tanto que já de há muitos anos tende a romper e a correr para o mesmo campo, abrindo as grotas dos Tojos, Pasto, Madeiros e Tojo; por onde teria de facto rompido, se não tivesse, havido o cuidado de lhe pôr diques nestas grotas; mas hoje, estando o leito do rio quase no mesmo nível do campo, é de esperar que este venha a cobrir-se de areias do rio.

Todos sabem que o Vouga tem a sua queda natural para o sítio chamado a Vageira, seguindo pelo Poço do Grifo, Gramoal de Taboeira e daqui para a ponte do Estrepeiro, descrevendo uma linha quase recta e correndo por um leito mais baixo, ao passo que pelo actual descreve uma grande curva que muito prejudica a navegação, por ter de correr muito maior espaço e porque nos meses de verão é já quase impossível pela demora e acumulação de areias que dentro de poucos anos terão obstruído completamente o rio.

No princípio deste século fez-se um grande encaçamento com estacas e sebes para obviar estes males, mas não era este o melhor meio, porque as tortuosidades do rio ficaram como dantes; e por isso pouco benefício se tirou desta obra que acabou há muito tempo, parecendo-nos que seria melhor abrir o leito do rio pelo sítio referido, por onde já tem princípio — e não parece ser muito dispendioso. ⁽²⁾

Sabemos que alguns lavradores têm grandes receios de que pela mudança do leito do rio venham sofrer prejuízo os campos marginais. É certo que esta mudança tem muitas vantagens públicas e particulares; mas não é menos certo que algumas

propriedades podem ser prejudicadas, pelo menos temporariamente.

Como dissemos, a navegação lucra inquestionavelmente, e talvez a barra de Aveiro, porque as águas do Vouga hão-de correr e expelir as areias com mais força. A Vila comercialmente lucra muito pela facilidade da importação e exportação, por via da navegação deste rio que lhe fica à porta, no sítio da Balsa, onde já tem excelente local para cais. Todos os agricultores sabem que o rio é o grande condutor dos engodos e cinzas das queimadas das serras, que dele se espalham para os campos, sendo sempre mais beneficiados os marginais; e por isso o campo vizinho do novo leito, bem longe de ser prejudicado, deve melhorar muito. O rio alteia, posto que lentamente, os terrenos marginais, e por isso os terrenos baixos e pantanosos, especialmente a Samoqueira e outros, irão alteando a ponto de se reduzirem a cultura em algum tempo; e talvez a aproximação do rio aos pântanos do Arrujo, Ribeirinho e Canisieira lhes facilite o esgoto e dessecamento, se o dito rio tiver o fundo que se espera. Não se pode porém negar que, a par de tantas vantagens, pode haver prejuízos em algumas fazendas baixas, tornando-as húmidas e frias, pelo menos temporariamente; sendo também de esperar que, alteando os terrenos marginais pelo decurso de anos ou séculos, os ditos pântanos do Arrujo, Ribeirinho e Canisieira fiquem em piores condições por falta de esgoto; mas em todo o caso este facto há-de realizar-se talvez mais cedo do que se pensa. E quem nos afiança de que o Vouga não volta para o seu antigo leito? ⁽³⁾ Ninguém, decerto, e nem isso é interessante saber-se; no entanto, afigura-se-nos que ele, depois de muitos séculos, sendo alteados os terrenos marginais, voltará do leito proposto para o actual.

Mas íamo-nos deixando levar pelas águas do Vouga; é tempo de entrarmos no ponto que nos propusemos: tratar da agricultura do campo. O campo é aplicado actualmente para a cultura de milho e feijão; e só por excepção se lhe semeia trigo, cevada e centeio em alguns muito poucos sítios mais altos.

Não sabemos ao certo em que ano se introduziu a cultura do milho neste campo; mas só o podia ser depois do ano de 1595, em que ela se introduziu no Reino; sendo certo que no ano de 1731 já se pagavam foros do milho das terras do campo, o que não aconteceria se nelas se não cultivasse.

(1) Esta denominação de «campo velho» parece indicar que aqui foi a parte do campo que primeiro se cultivou, ou que este foi o campo dos primeiros povoadores da Vila, supondo um campo novo cultivado depois daquele; e sendo o campo velho uma parte pequenissima em relação ao mais campo, e próximo à Vila, daqui podemos concluir que ele foi o campo dos primeiros povoadores, que também deviam ser poucos. De um documento autêntico que temos se vê que este campo, tendo estado areado a ponto de os proprietários não conhecerem os marcos de seus prédios, se lhe

fizeram trabalhos para o desarear, que em 1720 era tido por fertilissimo.

(2) Desde os Tojos até ao Gramoal de Taboeira passa o leito

proposto sempre por testadas de propriedades que são mais fáceis de expropriar do que as propriedades no seu cumprimento.

(3) É certo que nos terrenos marginais da Vageira aparecem camas de areia em grande extensão; mas essas podiam ser trazidas pela Vageira, como é de crer.

Do foral dado a esta Vila por El-Rei D. Manuel I em 2 de Junho de 1516 se deduz que neste ano ainda não se cultivava o milho, senão o painço; e não fala em outra qualidade de milho; é porque ainda não se tinha introduzido. Devemos crer que até aos ditos anos de 1516 e 1595 se cultivavam os cereais de trigo, cevada, centeio, aveia e milho-painço no campo, que se devia prestar a esta cultura em consequência da profundidade do Rio Vouga, e por isso o seu terreno era mais enxuto do que hoje é. (1)

O milho e o feijão é semeado na maior parte sem estrume; mas é certo que os terrenos do campo que são adubados indemnizam bem esta despesa.

Não é nossa intenção escrever um tratado de agricultura, que é impróprio deste lugar e excede as nossas forças; mas sim notar os erros que nos parece terem havido nos processos usados e os melhoramentos a fazer; devemos porém dizer antes o processo que se usa.

Estrumada a terra (quando se estruma) ou não estrumada, lavra-se com a charrua, grada-se e semeia-se a lanço o milho e o feijão simultaneamente, e depois torna-se a gradar para cobrir a semente. A terra fica coberta de semente de maneira que é preciso depois arrancar a maior parte. Passados 21 dias, pouco mais ou menos, segue-se a monda ou desbaste e sacha; e é aqui onde se dá o maior inconveniente.

Por mais hábil que seja o mondador, não é possível, com a rapidez que a monda se costuma fazer, deixar o milho igualmente compassado; e o que é ainda mais difícil é combinar os intervalos do milho com os do feijão; enfim, a novidade basta numa certa terra e noutra rara, segundo o capricho do lavrador. Na sacha acontece pior. Se fosse possível que cada propriedade fosse sachada por uma só enxada, ao menos havia uniformidade em cada terra; mas não sendo isto, muitos operários juntamente, uns mais e outros menos hábeis, resultam daqui os inconvenientes que são de todos conhecidos. Todas estas irregularidades dão uma grande soma de prejuízos que é mister evitar. Não podemos aprovar a sementeira simultânea de milho, feijão, e menos a das abóboras, que convém fazer-se cada uma em terreno separado e em regos direitos; mas, quando se queira insistir em semear o milho com o feijão, deve ser em regos também direitos e alternados, a saber,

carreiro de milho e carreiro de feijão. Uma seara assim não oferecerá uma vista lindíssima, mas terá as seguintes vantagens: — 1.^a a terra ficaria com um número de pés de milho pouco maior que na sementeira a lanço, mas com um número de pés de feijão extraordinariamente maior; (2) resultando desta disposição o melhor e mais igual desenvolvimento da novidade, porque — 2.^a o estrume lançado à terra seria todo aproveitado em benefício destas, o que não acontece no sistema actual, porque uma grande parte da superfície estrumada não tem pés de milho nem feijão, e por conseguinte só serve para criar ervas ruins; 3.^a o mondador e sachador menos hábeis fariam estes trabalhos com brevidade e perfeição, deixando um número de pés destas novidades aproximadamente idêntico em todos os anos; 4.^a dispensar-se-ia a arrenda ou se daria juntamente com a sacha; 5.^a os raios do sol dariam igualmente em todos os pés das ditas novidades; 6.^a a colheita do feijão se faria muito mais fácil, sem prejuízo do milho.

Pensem nisto os lavradores, deixem a rotina e pelo menos façam ensaios em ponto pequeno. Se não podeis cultivar a agricultura adubando a terra que leva 20 alqueires de sementeira, cultivai só 10 alqueires e arrendai ou deixai a pousio os outros 10, e vereis o lucro que se tira de cultivar pouco e bem. (3)

Passemos dos terrenos dos campos aos circunvizinhos da Vila — as lavouras.

► 2. AS LAVOURAS

As lavouras ou terrenos em roda da Vila, compreendendo os quintais, são bem cultivados e excelentes para todas as novidades tanto de verão como de inverno; mas são susceptíveis de grandes melhoramentos, sendo os principais, 1.^o os adubos, 2.^o a rega.

Do primeiro falaremos adiante. A rega triplica seguramente a produção destes terrenos.

Como vimos, a Vila está situada sobre um grande lençol de água, que corre ora na fundura de dois metros, ora de mais metros.

É certo que a Vila tem muitos poços cujas águas são aproveitadas por seus donos, cada um para a sua hortinha ou hortaliças; mas nós quereríamos que se fizesse uso das águas em mais larga escala, regando os milhos destas lavouras. Porque desta

(1) Este facto explica perfeitamente a razão por que nas terras do campo se impuseram foros pesadíssimos destes cereais muito mais valiosos que o milho actual; e que desgraçada e indevidamente ainda alguns se pagam, apesar de a terra os não produzir! Se não fosse a introdução do nosso milho, estaria hoje o campo a produzir só feijão, abóboras e painço para os canários.

(2) Segundo a cálculo que fizemos num dado terreno.

(3) O sistema de semear ao covato nos terrenos arenosos e que se podem estrumar é preferível ao actual. O que dizemos mostra a necessidade de novas máquinas e novos processos.

maneira triplicaria a produção, este resultado já convidava a fazer-se qualquer sacrifício para o conseguir. ⁽¹⁾

Lembramos dois meios de isto se levar a efeito; 1.º por via da exploração, minas e encanamento de águas, 2.º por meio de grandes poços.

O 1.º é mais difícil (poderia conseguir-se por via de uma grande associação dos proprietários, a quem pudesse aproveitar). A Vila tem sítios, dos quais a água explorada podia correr todas as propriedades; talvez nas Fontainhas e outros sítios do monte chamado a Serra de Eixo se descobrissem águas suficientes por meio de uma grande mina. O 2.º meio é muito mais praticável e consiste em abrir nos lugares convenientes poços de grande profundidade e largura, de maneira a que não só servissem de depósito das águas pluviais mas abrangessem o maior número das nascentes. Estes poços servirão para pequenas associações, que dividirão as águas entre si. Agricultores, convencei-vos de que a associação é a vida de grandes empresas úteis e especialmente da pequena agricultura ou daquela em que a propriedade está muito subdividida, como aqui acontece. Isto que é uma verdade, um axioma para a Ciência, precisa de ser demonstrado à maioria dos nossos agricultores; mas não é isso fácil.

Agricultores, suponde que um de vós tem uma propriedade onde, por via de mina, se podia descobrir uma corrente de água abundante e que regasse não só a dita propriedade mas ainda outras muito vizinhas; mas para isso se efectuar era preciso gastar uma quantia superior às vossas forças; se todos os interessados se associarem para a obra da mina não só o dono do prédio, onde esta é aberta, mas todos os mais triplicarão pelo menos o valor e a produção dos seus prédios a troco de uma pequena cota, e conseguirão todos o que um só não podia conseguir. Isto é evidente. Aplicai a associação a outras muitas coisas e podereis comprar máquinas de grande valor; enfim, sereis iguais aos grandes capitalistas, com os quais não podereis competir de outra maneira. Em relação ao nosso ponto — as regas — só por via de associações se podem conseguir, porque infelizmente as máquinas hidráulicas para pequena cultura são ainda muito imperfeitas, por lhes faltarem as condições de barateza, solidez, facilidade de se locarem. ⁽²⁾

Depois destes terrenos, seguem-se os chamados «do Monte», de que vamos falar.

▷ 3. OS TERRENOS DO MONTE

Estes terrenos formam uma grande planície superior às lavouras referidas, intercalada em vários sítios por vales, que vêm desembocar ao campo. Esta planície continua pelas freguesias vizinhas, principalmente as do sul e poente da Vila, sem esperanças de encontrar terrenos superiores montanhosos e acidentados, de cujos benefícios se aproveitamos, ⁽³⁾ e por conseguinte a sua produção é mediana, e aquilo que são o devem não a si mas ao trabalho do homem, à cultura, ao abrigo do vento norte feito por pinhais e aos fenómenos atmosféricos.

A maior parte destes terrenos são ocupados por pinhais; no entanto alguns são cultivados, que se não pode dizer inteiramente maus, e que são susceptíveis de serem melhorados.

Devemos advertir que estes terrenos são, há muitos anos e séculos, afruitados com as mesmas novidades de trigo, centeio, cevada, aveia e milho, e adubados sempre com os mesmos estrumes, e mal fermentados. Os adubos são feitos de mato, ⁽⁴⁾ que é lançado nos currais de gado, donde depois se junta em meda, mas por tão pouco tempo que só vai acabar de se corromper na terra, e por isso pouco benefício faz às novidades; a que se aplica, mas sim a ervas ruins e novidades seguintes.

Os lavradores seguem aqui uma prática que prova o que tenho dito.

Nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, lançam maior porção de estrume nas terras que semeiam de cereais para pastagem, para na primavera seguinte lhes semear milho sem estrume, no que tiram bom resultado. A primeira sementeira, pela maior porção de estrume e se o tempo lhe correr favorável, produz bem: a segunda — a do milho — muito melhor, porque acha o estrume em muito melhores condições. ⁽⁵⁾

Nós queremos que se empregue antes pouco estrume, mas bom — *paucum sed bene praeparatum*. Mas o mal não está nisso: é necessário variar de estrumes ou melhorar os actuais.

As terras, assim como a espécie humana, também têm o seu paladar, que se cansa com a repetição de alimentos; e por isso é de absoluta necessidade ou variar de sementes ou de adub. Nas

(1) A rega foi usada com este resultado pelo nosso sempre lembrado mestre de latim Calisto Luís de Abreu no quintal do Outeiro, em que, secando o milho e mais novidades em alguns anos nos meses de Verão, conseguiu, com a rega, ter não só uma produção certa, mas mesmo triplicada.

(2) As melhores que temos são as bombas e as noras, e os estanca-rios.

(3) E certo que os terrenos, cuja força produtiva não cansa nunca, são os que ficam vizinhos de grandes montanhas superiores, que

lhes fornecem alimento anualmente de matérias vegetais, e principalmente minerais; e é esta a razão por que os campos são tão produtores em consequência do que recebem da serra.

(4) Aqui chama-se «mato» não só ao tojo, mas até ao conjunto de outros vegetais que se criam com ele.

(5) Quantas vezes vemos, ao cavar ou lavar as terras que tiveram batatas, nabos e outras novidades, descobrirem-se felpos de estrume que se não corrompeu, e por isso não se utilizou?

vossas circunstâncias não é fácil mudar de sementes, e portanto deve variar-se de estrumes ou melhorar os de que se têm usado há tantos séculos; é mister restituir à terra os alimentos que a cultura constante das mesmas novidades lhe tem roubado; é a Ciência, as circunstâncias do vosso terreno e a necessidade que tendes de cultivar sempre as mesmas novidades que o aconselham. Vamos apontar-vos um exemplo, que vos deve convencer.⁽¹⁾

Parece-nos que se deve ter por mais antiga a cultura do trigo nestes sítios, e por isso é esta que mais deve precisar deste benefício, e assim acontece. Sabeis que em regra os terrenos da Oliveirinha, Costa e Mamodeiro não são superiores aos nossos, e contudo a produção destes é inferior à daqueles!

A razão disto é bem clara: é porque os lavradores daqueles lugares, não contentes com os estrumes destes, vão com grande trabalho e despesa buscar o escaço, o moliço e o junco à ria de Aveiro; e (o que é mais) vêm a esta Vila comprar o estrume mais fino que aqui se faz — a cinza e a estrumeira dos pobres.⁽²⁾

Resta-nos descer aos vales, que são de duas espécies, a saber, pantanosos e não pantanosos.

► 4. VALES PANTANOSOS

Estes vales são os dois da Canisieira até ao lugar da Azenha de Baixo, e o do Arrujo até à ponte da Granja. Estes produzem espontaneamente a canisia, a carrega, o bunho e outras plantas palustres, que são cortadas anualmente para estrume dos currais; não têm grande merecimento como adubos, no entanto os lavradores os estimam para lançar sobre os matos, especialmente o tojo, a amaciar a cama dos gados. Estes vales são inundados e se conservam cobertos de água a maior parte dos meses do inverno; e estariam hoje muito alteados e dessecados e em termos de serem agricultados se não fossem abandonados como foram pelos anos de 1830, quando da abertura das valas chamadas «reais», pois até então eram abertos ou limpos anualmente.

A acção das autoridades faltou no dito ano ou já nos anteriores sobre a abertura destas valas, e os particulares não só não podiam fazer tudo, porque parte destes terrenos são baldios, mas acompanharam as autoridades no desprezo e abandono completo nestes sítios, limitando-se a visitá-los uma vez cada ano para colherem a dita canisia e outras plantas referidas. E aí têm jazido em abandono duas boas fontes de riqueza para esta Vila, por incúria dos Poderes Públicos, que não os melhoram nem deixam melhorar. A abertura destas valas mereceu tanta consideração dos nossos antigos, que tinham autoridades privativas, chamadas «juizes das valas», sendo bem para estranhar que um negócio tão importante e cada vez mais necessário ⁽³⁾ tenha sido tão descuidado no Governo liberal e no século das luzes. No ano de 1849 se fez um pequeno ensaio da cultura do arroz no sítio do Picoto do dito Vale do Arrujo. Nos anos seguintes progrediu esta cultura de tal maneira que não haverá seis lavradores na Vila que não tenham o seu arrozal maior ou menor, cuja falta seria hoje uma fatalidade para esta classe e mesmo para os jornaleiros de ambos os sexos que se empregam nestes trabalhos, de que vivem. Antes desta cultura, os lavradores estavam em circunstâncias tais que a cada passo eram obrigados a vender à mão e em hasta pública as suas propriedades que se compravam a preços muito baixos; sendo certo que depois que esta cultura tomou algum movimento, cessaram estas vendas, não obstante as circunstâncias desta classe ir cada vez a pior, em consequência das moléstias reinantes do vinho, batatas, castanheiros, laranjeiras e outros arbustos, e modernamente a do milho.⁽⁴⁾ Até aqui eram o gado e o arroz as únicas fontes de receita, donde os lavradores forravam algum dinheiro para pagarem as contribuições prediais, cada vez mais crescidas, e fazerem face a tantas perdas causadas por aquelas moléstias.

Mas parece que tudo se conspira contra esta classe digna de melhor sorte. O preço do gado chegou a uma baixa como não há exemplo, a ponto de se venderem crias de gado cavalar a 1:500 rs., 2:000 rs. e as melhores a 4:000 rs., e dizem os jornais que se venderam a 500 rs. e por menos! A cultura do arroz acaba de se proibir por Carta de Lei do 1.º de

(1) Desculpem-nos os homens da Ciência por nos servirmos destes argumentos, que nos parecem os mais próprios para convencer os agricultores.

(2) Toda a gente pobre não agricultora tem à porta do seu quintal uma cova, que é o depósito geral da sua cozinha, urinas, escrementos e restos de vegetais que colhem. Este excelente adubo é vendido aos de fora e raríssimas vezes aos lavradores desta Vila.

(3) Estes pântanos não podem ser esgotados sem se desarear o Rio Vouga, o que é um impossível económico; e por isso o meio de

os dessecar é alteá-los com aterros, para o que concorrem muito as areias que para eles correm dos montes pelas ditas valas, estando bem abertas.

(4) Estas moléstias têm passado quase despercebidas. Temos chamado a atenção dos Poderes Públicos para elas; mas debalde. Qualquer ano, os nossos milhos serão destruídos sem remédio; o que será uma fatalidade, cujas consequências não é fácil avaliar.

Julho de 1867. As consequências disto são fáceis de se prever. E eis aí voltam estes terrenos dos arrozais ao seu primitivo estado pantanoso, com prejuízo da salubridade pública que esta Lei parece que quis melhorar! Prezamos a salubridade pública mais que tudo; mas não podemos deixar de nos indignar com uma medida de tal ordem que de um modo aparatoso nos quis lançar poeira nos olhos (pretextando salubridade pública) para não vermos que ela foi feita ad-hoc, para matar os arrozais, sem que se

desta, estão em melhores circunstâncias em relação à salubridade; ou que pelo menos não estão piores do que antes. Cuidem por isso os Poderes Públicos de dessecar principalmente os pântanos improdutivos, que ainda são muitos, e só depois de o conseguirem (se podem) é que devem cuidar de tornar ótimos os terrenos dos arrozais, que já estão melhores do que antes eram.

De mais é um facto reconhecido por todos hoje que os terrenos dos arrozais deixados sem cultura



Eixo — Na Balsa.

colha outro algum fruto. Não é aqui lugar de tratar a questão da salubridade ou insalubridade dos arrozais; e nem os nossos patrícios ligam importância alguma a esta questão, porque todos têm presenciado que a salubridade pública nestes sítios tem progredido com o progresso da dita cultura, que só tem inculido um terror ou pânico a quem ignora completamente o modo como é feita. ⁽¹⁾ Limitamo-nos somente a ponderar que, quando não podemos chegar ao óptimo, devemos contentar-nos com o melhor.

Ora ninguém pode negar que estes terrenos, antes da cultura do arroz, eram maus e que, depois

ficarão em muito piores circunstâncias e a consequência lógica deste princípio é que a cultura dos arrozais só se proíba depois que estes terrenos forem dessecados de modo que possam ser aplicados a outra cultura; e o contrário é um absurdo insuportável.

Voltando ao nosso ponto de vista, cuidem seriamente os particulares e autoridades municipais da abertura das valas reais, e não esperem do Poder Central o dessecamento destes pântanos, em virtude da dita Lei.

(1) Em nenhuma outra cultura se emprega tanto cuidado, perfeição e despesa como na do arroz, que tudo compensa. A primeira operação do cultivador para reduzir um pântano improdutivo a um arrozal é dessecar aquele por meio de valas ou aterros, procedendo a um perfeito nivelamento do terreno sem o que o arrozal não pode produzir bem; pois é hoje sabido por todos os práticos desta

cultura que um terreno em estado pantanoso ou não produz ou produz mal. E que cuidados se não empregam em procurar águas (a grandes distâncias muitas vezes) para que não fique um só tabuleiro de arroz sem água ou com ela estagnada? E será isto piorar os terrenos? Não, decerto.

▷ 5. VALES NÃO PANTANOSOS

Destes vales os principais são os seguintes:

- 1.º Vale da Granja;
- 2.º Vale da Alfândega;
- 3.º Vale do Suão;
- 4.º Vale dos Pinheiros;
- 5.º Vale de Azurva. ⁽¹⁾

Estes vales têm um fundo de pequena superfície, fria e pouco produtora; porém, as suas encostas são excelentes para vinho, cuja bondade anda na razão directa da dita enumeração. São cortados por uma linha do sul (vale n.º 1) a norte (vale n.º 5), de cujos ventos são muito abrigados por grande extensão de pinhais. A experiência nos tem feito ver que a boa exposição de um terreno e o seu abrigo do norte esterilizador são circunstâncias tanto ou mais apreciáveis que a bondade deste terreno; e é isto que se vê em parte destas encostas.

A natureza destes terrenos é a do sílico-argiloso-calcáreo, oferecendo variantes de vale para vale, e mesmo em cada vale, segundo domina algum destes elementos. Por via de regra, o melhor vinho é o destes terrenos onde domina a argila; contudo, aparecem terrenos bem expostos e abrigados, onde falta a argila ou é substituída pela sílica, e não obstante produzem vinhos deliciosos: apontaremos, para exemplo, o nosso prédio do Picoto, parte da encosta do norte da Granja e outros; e por isso dizemos que a exposição é tudo. É para lamentar que ainda esteja uma tão grande extensão destes terrenos a produzir mato e pinheiros, quando podíamos vê-la coberta e vestida de lindos vinhedos. Os vinhos destes vales são inquestionavelmente os melhores por serem mais maduros que os das latas; mas tanto uns como outros podem ser classificados como vinhos meio-maduros; subdividindo-se em vinhos carrascões, com bastante corpo e cor, e vinhos

palhetes, transparentes, cor de cravo, muito agradáveis. De ordinário, aqueles procedem das vinhas e cordões, e estes das latas, aparecendo muitas excepções devidas ao processo de vinificação e à mistura de uma com outras uvas, com muito bom resultado.

Não é nosso intento nem próprio deste lugar escrever um tratado de vinicultura; limitamo-nos a notar, de passagem, os melhoramentos que nos parecem aplicáveis a estes terrenos. ⁽²⁾

Devemos dizer, em abono da verdade, que em geral nestes sítios é feita com luxo a plantação das videiras; mas tem havido uma grande falta na conveniente escolha nas qualidades destas; e todo o mais tratamento das vinhas e vinho é pouco aperfeiçoado. A Ciência vai fazendo progressos neste ramo tão importante da agricultura; os vinicultores não têm tempo para fazerem estudos profundos; e por isso vamos resumir aos nossos patrícios algumas poucas regras; com elas muito pouco ficarão sabendo; no entanto, se as conservarem, terão dado o primeiro passo na carreira da civilização vinícola; e não será sem fruto que deveis atender:

1) que o vinho fino não se cria nos terrenos próprios para pão (cereais), mas sim nos terrenos que chamais «surrapeiros e barros» — como é parte das encostas destes vales; ⁽³⁾

2) que não são as muitas castas de videiras que produzem o vinho fino, mas sim a combinação conveniente das doces com as acres; ⁽⁴⁾

3) que o vinho não nasce feito, mas que a arte, o processo de vinificação, corrige os defeitos das castas, do solo, do clima e da exposição.

Estas regras, que são axiomas na Ciência, são também verdades de primeira intuição para os vinicultores menos ilustrados.

A superioridade dos vinhos das encostas dos vales, de que estamos tratando, facilmente convence da verdade da *primeira regra*. Pelo que toca à *segunda regra*, aliás tão importante, tem ela sido muito desprezada nestes sítios. Não podemos esta-

(1) Debaixo da denominação de cada um destes Vales, compreendem-se as suas ramificações e dependências; por exemplo, no 1.º compreende-se o Picoto; no 2.º o Cabeço Redondo e Vale do Salgueiro; no 3.º as Forcadelas; e no 5.º a Quinta Velha.

(2) Aos vinicultores que quiserem aprofundar a matéria lembramos a leitura da Tecnologia Rural, do distinto lente do Instituto Geral de Agricultura João Ignácio Ferreira Lapa, e a Memória sobre o processo de vinificação composta pela comissão nomeada por Portaria de 10 de Agosto de 1866, publicada no ano de 1867.

(3) *Juvat Ismara Baccho conserere* (Virgílio, Geórg.). E note-se que Virgílio quis aqui elogiar só o monte Ismara como bom para vinho; mas o elogio serve para qualquer monte — como se dissesse que o vinho dá-se bem na terra de monte.

(4) Os vinicultores deste Distrito seguem o rifão de que «cada casta tem seu ano», e por isso optam pela variedade de castas e dizem que se uma não frutifica num ano, frutifica em outro ano; se umas falham num ano não falham outras, e assim julgam que, tendo muita variedade de plantas, sempre terão vinho. Este sistema tem um grande inconveniente qual é o das uvas não amadurecerem ao mesmo tempo, e ao passo que as de uma casta estão maduras, estão as outras completamente verdes. Devemos porém advertir que há outra coisa que concorre para o mesmo efeito, que é o de podar a mesma vinha por vezes e não em acto continuo. As videiras que primeiro foram podadas são as que rebentam e frutificam primeiro. Por isso parece-nos que cada vinicultor deve escolher duas ou três castas para a sua vinha, que deve podar tarde (no fim de Fevereiro, segundo as circunstâncias do tempo) e em acto continuo.

belecer uma regra geral da proporção que deve haver nestas castas doces e acres, porque a circunstância do solo mais ou menos frio, húmido ou abrigado a deve fazer variar; e contudo parece-nos que andar bem o vinicultor que plantar dois terços de bacelo de uva doce e um terço de uva acre. Os nossos patrícios facilmente se convencerão disto em presença de um facto que aqui se tem dado muitas vezes e que se funda nos princípios da dita segunda regra. Muitos vinicultores têm misturado a uva das vinhas mais doces com a das latas mais acres. E que acontece? Quando esta combinação é feita em boas proporções resulta dela um vinho espirituoso, transparente, cor de cravo, de beber e chorar por mais. Pelo que toca à *terceira regra*, é aí onde está a maior dificuldade, não diremos só para os práticos mas também para a Ciência. Todos reconhecem que a bondade do vinho depende muito do processo de vinificação; mas são estes processos tão vários em Portugal, que podemos dizer que cada terra tem seu uso.

Devemos, porém, confessar que temos hoje vinicultores muito ilustrados, que seguem processos com excelentes resultados; e que a Ciência ensina muitas regras adoptáveis pelos vinicultores estudiosos, mas falta-nos um manual de vinificação, resumido e acomodado a todas as capacidades e bolsas.

Vamos concluir esta parte, notando um erro adoptado nestes sítios, qual é o sistema de «latas». As «latas» não só dão um vinho inferior, por serem sombrias, mas até são de difícil e dispendioso amanho, e ocupam terra que podia ser aproveitada para outras culturas, se fossem substituídas por cordões. Os cordões podem ter a mesma dimensão que as «latas» e produzir quase o mesmo vinho; mas é mister educar as videiras logo de seu princípio para este fim, de maneira a que a «lata» comece um pouco acima da superfície da terra.

Os cordões ocupam muito pouca terra; a uva fica bem exposta aos raios do sol mais próximo da terra, e por isso em melhores condições de vingar, e finalmente de muito fácil amanho e vindima; e, se forem muitos e paralelos, os cordões formam abrigo uns aos outros.

► ANTIGAS RENDAS E TRIBUTOS DA TERRA

Se as rendas de foros, quotas ou rações e outros tributos que numa terra se pagaram ou pagam fossem o barómetro da sua riqueza passada e presente, teríamos de fazer uma ideia muito vantajada da riqueza da Freguesia de Eixo. Vamos inumerá-

los resumidamente, começando pelo alto e mais antigo Senhorio desta Terra — a Sereníssima Casa de Bragança, e em seguida pelos mais, a saber, a grande Casa dos Duques de Cadaval, Conventos do Lrvão, de Santo Tirso, de Arouca, Morgados de Vouzela, etc. ⁽¹⁾

► A SERENÍSSIMA CASA DE BRAGANÇA

A Sereníssima Casa de Bragança, e antes os Condes de Barcelos, são sem dúvida os principais e mais antigos Senhorios de Eixo.

A Sereníssima Casa de Bragança percebeu nesta Vila, por seus almoxarifes e rendeiros, foros e rações de 4.º até 9.º dinheiro e outras alcavalas, até ao ano de 1832, em que abandonou estas rendas e os povos deixaram de pagar, fundados no decreto de 13 de Agosto de 1832.

No ano de 1851, moveu a Sereníssima Casa de Bragança, por seu procurador Francisco Joaquim de Castro Pereira Corte-Real, da Oliveirinha, três demandas contra nós e o nosso tio o Bacharel Venâncio Dias de Carvalho Figueiredo, desta Vila, pedindo foros e rações e a reivindicação de um prédio denominado a Vessada do Paço, contíguo aos celeiros da mesma Sereníssima Casa. Já então vieram alguns influentes das Terras ou Vilas deste Almoxarifado oferecer-se para nos auxiliar na defesa destas demandas, que interessava a todos.

Porém o dito Bacharel, rejeitando estes oferecimentos e propostas de composição ou talvez completo perdão oferecido pelo procurador da Sereníssima Casa, apresentou tal defesa e sustentou estas coisas de maneira que o dito procurador as abandonou por alguns anos.

Não será vileza dizer que o Bacharel Venâncio Dias de Carvalho Figueiredo era um advogado distinto e homem liberal de uma rigidez e firmeza de carácter político e independência tal que, com prejuízo seu, teve a generosidade de tratar à sua custa estas coisas que eram verdadeiramente populares.

Militou sempre no partido liberal conservador; mas a sua opinião era libérrima a favor dos foreiros e liberdade da terra. Privámos com ele não só como nosso tio mas como íntimo amigo; e por isso podemos asseverar que, se hoje fosse vivo, teria modificado as suas ideias políticas para mais liberais. Em relação a estas questões podemos dizer que ele só teve tempo para lançar os alicerces de um edifício que outro advogado não menos distinto havia de concluir com sumptuosidade.

Em 4 de Junho de 1862 morreu o dito Bacharel Venâncio Dias de Carvalho Figueiredo; e pela sua

(1) Devemos advertir que estes eram os principais; mas, além destes também aqui percebiam rendas os Mosteiros de Grijó,

Santa Cruz de Coimbra, Morgado de S. Martinho de Salreu e talvez outros.

morte conceberam os procuradores da Sereníssima Casa esperanças de continuar com as ditas demandas, que efectivamente renovaram no ano de 1864. Foi neste ano, a 4 de Dezembro, que nós com os nossos amigos e colegas os Bacharéis José Correia de Miranda, de Travassô, Joaquim da Silva Pinho, de Jafafe (então casado nesta Vila), e Francisco Guilherme dos Reis promovemos uma reunião pacífica dos povos desta Vila, Oliveirinha, Requeixo, Fermentelos, Alquerubim, Ois e Espinhel, no sítio da Ponte da Rata, por ser lugar central e cómodo a todos. Sendo reunidas mais de 300 pessoas, assistidas do Secretário-Geral servindo de Governador Civil deste Distrito, Administrador deste Concelho de Aveiro e seus empregados, Administrador de Albergaria e seus Regedores, o dito Bacharel Joaquim da Silva Pinho expôs em breves mas enérgicas palavras, aos povos, o fim desta reunião que tinha em vista combinar os meios de defesa comum destas causas.

Em sequiça, nomeou-se presidente desta reunião o Bacharel José Correia de Miranda e, sendo as suas propostas aprovadas unanimemente, em resultado se nomeou uma comissão central com o mesmo presidente, e comissões filiais e auxiliaadoras desta nas ditas Vilas e Lugares — uma de cada Freguesia — para tratarem da defesa comum das ditas e outras mais coisas, que porventura sobreviessem.

Podemos dizer que os advogados principais nestas Causas por parte dos povos têm sido os ditos Bacharéis Venâncio Dias de Carvalho Figueiredo e José Correia de Miranda e, para dar a cada um o que é seu, é mister que se diga que aquele deixou as Causas articuladas com vários incidentes e questões prévias, mas não chegou à inquirição de testemunhas; fez por conseguinte, como dissemos, um alicerce seguro para um bom edifício; mas não nos deixou materiais para ele, porque não deixou nem um só documento (à excepção do foral) nem um apontamento sobre provas dos factos históricos, que alegou nas contrariedades e que não devia ignorar. Estava por conseguinte destinado ao dito Bacharel José Correia de Miranda o principal da obra; mas tudo ele venceu triunfalmente, porque não só conseguiu documentos para provar os factos alegados por aquele advogado; mas outros mais, escrevendo uma Dissertação em favor dos foreiros, que foi dada à luz no ano de 1866, na Tipografia Comercial do Porto e que tanta luz deu a esta importante questão.⁽¹⁾

Muito devem estes povos aos ditos advogados. Aí correm estas Causas há vinte anos sem que a Sereníssima Casa tenha recebido coisa alguma dos

foreiros, que, se tivessem de pagar as antigas rendas, teriam de abandonar a cultura das suas terras. Remetemos para a referida Dissertação os leitores que quizerem saber o estado desta questão e terminamos esta parte dizendo que as rendas da Sereníssima Casa neste Almojarifado andavam por onze contos e quinhentos mil réis em cada ano.

FOROS DOS MOSTEIROS DE:

AROUCA, LORVÃO, SANTO TIRSO, GRIJÓ, SANTA CRUZ DE COIMBRA, MORGADOS DE VOUZELA, S. MARTINHO, VAGOS E OUTROS

Todos os foros e outros antigos tributos foram na sua origem impostos em terras da Coroa, cujos povoadores, grandes senhores de feudos, condes donatários da Coroa, fizeram disso esmolas aos ditos Mosteiros pelo remédio das suas almas; e depois os Mosteiros, em virtude da lei que os obrigou a aliená-los, os aforaram a vários senhores, como ao barão de Beduído, condes de Bertandos, condes da Feira e talvez outros. É certo que todos os direitos ou rendas de Eixo pertenceram à grande Casa dos Sosas do Marnel que foram condes e talvez povoadores e grandes senhores de feudos, tanto no tempo da Monarquia Leonesa como depois da fundação da nossa.

Prova-se isto de uma escritura de doação de certas herdades, feita aos Monges de Pedroso no ano de 1079 (de Cristo) por D. Flâmula, 3.^a neta de El-Rei D. Ramiro II, de Leão, e casada que foi com D. Egas Gomes de Sousa. A doadora, fazendo menção dos bens doados, que foram muitos, diz:— «excepta medietate tota d'Eixo e Ois eo quod sunt cum pertinentiis suis de mea congermana D. Tarasia Fernandes filia de Dono Fernando Gonçalves de Marnele uxore Domini Menendi Egeae». Consta isto da «Monarchia Lusitana», Part. 3.^a, Livro II, pg. 23, e da «Benedictina Lusitana» de Fr. Leão de S. Tomás, Tomo 2.^o Parte 1.^a, Tract. 1.^o, Cap. 8.^o, pgs. 51-52, e da cit. «Monarchia», Cap. 18, pgs. 319-320, onde se diz que isto mesmo se prova pelas Inquirições de D. Afonso II, que estão na Torre do Tombo, no Livro intitulado «Dos Próprios de Coimbra».

Diz também a cit. «Monarchia» que naquele tempo eram muito conhecidos os fidalgos do Marnel, e que Eixo e Ois e outras Terras vizinhas ao Marnel pertenciam ao Conde D. Mendo, filho de D. Gonçalo de Sousa, por parte de sua mãe D. Teresa Fernandes.

(1) O nosso Amigo e Senhor Dr. José Correia de Miranda não só tem advogado de graça estas Causas há seis anos, mas até ele próprio escreveu pelo mesmo preço a citada Dissertação e desti-

nando o produto da mesma venda a favor da defesa das Causas!...

Devemos notar que estes personagens eram membros da Família Real, pois por cinco vezes esta família entrou na Família Real, Leonesa, já Portuguesa, e outras — como diz a cit. «Benedictina», e se pode ver das Nobiliarquias.

A vista, pois, da citada escritura, é sem dúvida que em 1079 todas as rendas, direitos ou tributos de Eixo eram da Condessa D. Flâmula e de sua prima D. Teresa Fernandes, ambas da Casa de Sousa.

Devemos notar as palavras da escritura «medietate tota» que excluem outros quaisquer senhorios da Terra de Eixo, pois dizendo que cada uma das ditas condessas tinha em Eixo a metade toda, querem dizer que nenhuma outra pessoa aqui tinha coisa alguma senão elas.

Como se deslocaram depois parte dos ditos direitos e rendas desta Terra para vários Mosteiros, como os referidos?

Examinemos a história.

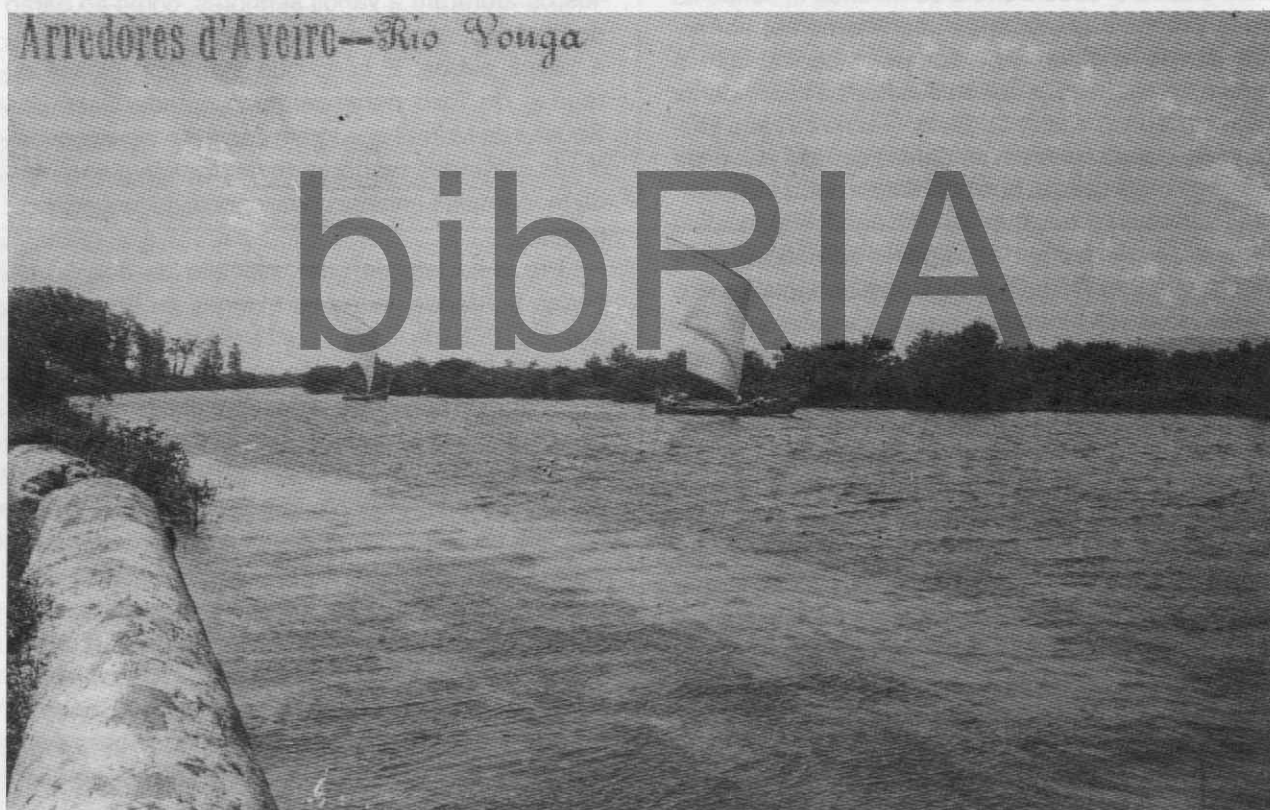
do Reguengo de Eixo para as dar aos ditos Mosteiros.

Não nos propusemos tratar de modo especial e das pessoas de quem os ditos Mosteiros houveram as referidas rendas, porque seria longo e impróprio deste lugar. Vamos, pois, terminar esta parte dizendo que esta Vila já em 1079 tinha uma riqueza e renda tais que convidou as duas altas Personagens D. Flâmula e D. Teresa a reparti-las entre si — sendo certo que ainda nos últimos tempos semelhantes rendas importavam em dinheiro o melhor de 250:000 réis. ⁽¹⁾ Parece incrível que de uma Terra desta ordem saísse tão grande soma, além das mais pertencente à Sereníssima Casa de Bragança e à de Cadaval.

DÍZIMOS

COMENDA DE SANTO ISIDORO

Muitos dos leitores desejaram saber a origem das



Vejamos um dos documentos mais antigos, qual é o Livro Velho das Linhagens, e aí encontraremos um grande número de rendas, direitos e tributos que antigamente foram propriedade, em Eixo, da referida Família Sousa, e que esta desmembrara (talvez por diferentes vezes, tempos e pessoas) as ditas rendas

comendas, às quais vamos.

Foi tal o abuso que os nossos Reis fizeram das doações, ⁽²⁾ isto é, doaram com mão tão larga que, vendo esgotado o património real e não tendo já com que premiar os serviços dos seus vassallos conforme o seu desejo, se viram na necessidade de formar

(1) Incluímos nesta quantia o que percebiam os Senhorios enunciados no princípio deste capítulo — Morgado de Vouzela e outros.

(1) Quem ler as Crónicas dos Snrs. Reis D. Fernando Iº e D. João Iº (Monarchia Lusit., T. 8) ficará maravilhado à vista de tantas doações que fizeram! Poucas rendas de terra ficariam sem ser

comendas, pedindo ao Papa e alcançando dispensa para poderem pagar serviços aos soldados que se distinguiram contra os infiéis, com os dízimos (rendas) de algumas igrejas, com o hábito de Cristo, Santiago de Avis, etc. (Vd. «Flores de Hespanha», pelo Dr. António de Sousa Macedo, Edição de 1631, Cap. 15, Excel. 3.^a, pg. 213 v.).

As comendas eram por isso as rendas das igrejas doadas aos militares distintos pelos serviços que fizeram nas guerras contra os mouros.

A Comenda de Santo Isidoro de Eixo pertencia ultimamente à Casa dos Ex.mos Duques de Cadaval, até que foi extinta, deixando de se pagar esta renda no ano de 1832.

Os Ex.mos Duques tinham os seus dois celeiros, um para receber os cereais, outro para receber o vinho, ambos na Rua do Adro de Cima, quase defronte um do outro.

O 1.º ainda existe, mas em poder de Manuel Dias de Carvalho do Adro, desta Vila, ao qual foi vendido há poucos anos por ordem dos Duques. Fica à esquerda de quem vai para a Picota. O 2.º ficava à direita e defronte da casa que foi de João Dias de Carvalho.

O 1.º é um bom edifício com pé direito regular. O 2.º era baixo e estreito. Este 2.º já há muitos anos pertencia a Sebastião Luís Ferreira, e no ano de 1867 foi demolido por ser expropriado pelas Obras Públicas da estrada Aveiro a Águeda, a fim de alargar a rua que ali era estreita e tortuosa. Ficou por isso a estrada ocupando metade do mesmo celeiro em comprimento, e a outra metade tem hoje casas firmadas na parede do norte do mesmo celeiro.

Os cereais que se pagavam eram trigo, milho, feijão, centeio, cevada e aveia.

A Comenda compreendia Eixo e as mais terras da antiga Freguesia (hoje pertencentes à da Oliveirinha) e talvez outras.

Sabemos de uma escritura pública de sublocação da renda, feita no Porto em 14 de Outubro de 1800 (em nosso poder), que o rendeiro se obrigou a pagar em cada ano pelos dízimos das ditas terras a

quantia de 2:825:000 rs., que se elevaram a 3:200:000 rs.

Não pudemos averiguar qual a parte que tocava a Eixo; é porém certo que devia ser uma boa cifra. Os rendeiros dividiam a renda em «Ramos», compreendendo cada ramo uma ou mais povoações. Os dízimos renderam no ano de 1612 — 260:000 rs.⁽¹⁾ No ano de 1802 renderam sete mil cruzados ou 2:800:000 rs.⁽²⁾ No ano de 1819 renderam 4:600:000 rs.!...⁽³⁾

Era tal o rigor com que se cobravam estas rendas que os rendeiros faziam excomungar as pessoas que deixavam de pagar.⁽⁴⁾

Vê-se, pois, que nos duzentos e sete anos que decorreram desde 1612 a 1819 aumentaram 4:340:000 rs. as rendas da Comenda!

A que devemos atribuir um tão extraordinário aumento destas rendas? Ao aumento da agricultura? A diferença do valor da moeda? Talvez ambas as coisas.

Apesar de tão extraordinária renda, a Comenda pagava muito pequenas cõngruas ao Pároco e Coadjuutores. «O Altar com dois cotos se alumia» — dizia o nosso Bocage.

PESSOAL DA TERRA

► 1. POPULAÇÃO

No ano de 1676 tinha toda a Freguesia de Eixo, com os Lugares da Oliveirinha, Póvoa, Costa e Quintãs, 300 fogos e 1:700 pessoas de sacramento.⁽⁵⁾ Em 1802 tinha a mesma 2:855 pessoas de sacramento.⁽⁶⁾ Em 1805 as terras que compõem a Freguesia da Oliveirinha tinham 400 fogos e 1:200 pessoas de confissão.⁽⁷⁾

Em 1829 tinha toda aquela antiga Freguesia de Eixo 1:000 fogos e perto de 4:000 pessoas de sacramento.⁽⁸⁾ No ano de 1873 tinha a Freguesia de Eixo 435 fogos e 1:074 pessoas maiores, 124 menores e 119 ausentes, a maior parte no Império do Brasil — somando tudo 1:317 pessoas.

doadas! O Património Real e Fazenda Pública, que eram uma e mesma coisa, ou se achavam confundidos, compunham-se principalmente das rendas, foros, quotas e outras alcavalas, que as terras pagavam.

A Terra Portuguesa ficou livre de Mouros mas escrava dos Cristãos. A Nobreza de Portugal fez brilhantes serviços, que a Pátria lhe pagou, e está pagando com usura há muitos séculos. A classe agricultora — a mais desprotegida e digna de protecção — é quem ainda hoje carrega com este ónus, porque as benéficas disposições das Leis de 5 de Junho de 1822, 13 de Agosto de 1832 e 22 de Junho de 1846 quase que têm sido letra morta. É bem para estranhar que em tempos obscuros os nossos Reis conhecessem e quisessem remediar o mal que fizeram, e no Século das Luzes se não remedeie esse mal!

(1) Concorde com o que diz Pedro Craestecch (?), Difer. e Est. da Ordem de Cristo.

(2) Vd. Livro de Visit. cit., Visitação 54.

(3) Vd. o cit. Livro de Visit., Visitação 59.

(4) Vd. o Livro de Excomunhões desta Igreja de Santo Isidoro, ano de 1858, especialmente pg. 26.

(5) Visitação 8.

(6) Visitação 54.

(7) Visitação 56.

(8) Visitação 59.

▷ 2. ÍNDOLE DO POVO PRESENTE

Se compararmos esta Terra com muitas outras do Reino, é forçoso fazer-lhe justiça, que merece, de que o seu povo tem boa índole. Aqui não se aponta nem nos consta que houvesse um ladrão ou assassino de profissão. A gente de Eixo é muito hospitaleira, principalmente para com as pessoas de fora que (talvez por esta razão) todas simpatizam com esta boa Terra. Em regra, a gente de Eixo tem um carácter independente, democrático e altivo. A par destas virtudes, tem vícios que muito prejudicam os seus próprios interesses, sobretudo o interesse público e melhoramentos da Terra. Estes vícios são a emulação e rivalidade hereditárias, entre as famílias; muito pouco espírito público e nenhuma instrução. Deve dizer-se que, em regra, a gente de Eixo tem uma razão clara, certa prudência e sagacidade, mas presume mais do que é, de maneira que cada indivíduo tem a sua opinião, de que não cede facilmente. De tudo isto resulta que, se porventura aparece algum homem dado às coisas públicas que pretende fazer obras de interesse público, quase sempre lhe fazem oposição; aquele desgosta-se; e por isso a Terra não progride tanto como devia progredir. Aqui temos como a falsa ilustração do povo é pior do que a mesma ignorância. O ignorante consulta-se e segue a opinião do sábio; e pelo contrário o ignorante com fumaças de sábio nem sabe obrar, nem obedece aos bons conselhos do sábio. (1)

Todos se devem convencer de que na união está a força, e que, assim como a felicidade do todo depende da felicidade da parte, assim também a felicidade desta depende daquela. A nossa felicidade depende muito da dos nossos vizinhos. De que vale ao homem ser sábio, ser rico e ter outras qualidades, se ele vive entre ignorantes e pobres? O homem sábio, que vive entre gente ignorante, é um diamante que umas vezes tem um resplendor tão forte que cega os circunstantes, mas o mais das vezes é pérola com valor morto por não ter quem o saiba apreciar. O homem rico, que vive entre pobres, é continuamente incomodado por estes, de maneira que a sua riqueza é a causa da sua inquietação e inveja dos outros. Devemos por isso convencer-nos de que uma povoação é uma grande família, que é feliz quando todos os seus membros vivem em boa harmonia, uns com os outros, e mal lhes vai quando reina discórdia em seu membros. É para lamentar que aqui haja negação completa para a associação, de que podia resultar tantos benefícios para a agricultura e melhoramentos públicos.

Eixo é uma bela terra, e será excelente se as suas famílias principais em algum tempo fraternalmente trabalharem para o seu bem e progresso.

(1) «Qui nec ipse convertere nec alteri parére scite eum extraneo ingenio esse» — diz o Príncipe dos Historiadores Latinos, Tito Lívio, L. 22, Cap. 29.

▷ 3. ESPERANÇA FUTURA

As famílias e as povoações, à semelhança das Nações, têm suas épocas de engrandecimento e decadência pessoal. Eixo está sujeita às mesmas leis dos outros povos. A época de um pessoal instruído de homens, doutores, bacharéis formados, clérigos, como se verá adiante... o gosto pelas letras foi substituído pelo da emigração para o Brasil, Lisboa e outras partes. A cadeira de latim e latinidade, que aqui houve, e os poucos e fáceis preparativos, que antes se exigiam para qualquer carreira literária, convidavam muita gente a dedicar-se aos estudos. A cadeira de latim acabou e são tantos e tão difíceis os preparatórios segundo as últimas reformas de Instrução Pública, que só os grandes proprietários podem destinar seus filhos para a vida literária. Os pequenos capitalistas e os pobres (em cuja classe a história nos aponta grandes talentos) têm hoje fechadas as portas de Minerva. Não é para este lugar a discussão do actual sistema de Instrução Pública e os males que em breve se hão-de sentir. Continuemos com o nosso intento. A gente que hoje se dá às letras em Eixo é quase nenhuma, comparativamente com os tempos passados. Estaremos na idade da ignorância? Durará muitos anos este estado de coisas? Cremos que sim; porque o gosto da época não é de letras, mas de dinheiro. Todos os sacrifícios que antes se faziam pelas Letras e pela glória, se fazem hoje para adquirir dinheiro. O móbil deste sentimento é o luxo, as novas e variadas necessidades, que a civilização moderna criou; enfim, é o gosto deste século, a que se não podem pôr diques. O mundo e o homem de hoje não são os de ontem. Hoje não se pode dar um passo fora de casa sem dinheiro, e por isso se empregam todos os meios para o adquirir, principalmente pela emigração para a América, que nos últimos anos é extraordinária. Afigura-se-nos que as causas da decadência actual de Eixo darão em resultado o seu engrandecimento futuro. De uma grande parte da população que está fora, algumas pessoas adquirem mais ou menos civilização e fortuna, e quem adquire isto deseja a glória; e, sendo os filhos de Eixo afeitos à terra natal, é de crer que, quando forem regressando, mandem instruir e educar bem os seus filhos e que, por conseguinte, Eixo venha um dia a ter um pessoal bem melhor que o actual.

Desejamos do coração que assim aconteça e temos fé no futuro, não só pelas razões referidas mas até porque Eixo é uma terra mimosa em frutos, muito higiénica, e, com a estrada que a corta pelo centro, ficou com excelentes comunicações para todas as povoações vizinhas mais importantes; e, se um dia for banhada pelo rio Vouga, como deve acontecer em breves anos, acrescerá este belo meio de comunicação fluvial, que lhe dará muita importância.

A estas razões acresce uma que sobressai a todas e que tem dado e deve dar resultados bri-

lhantes no pessoal de Eixo.

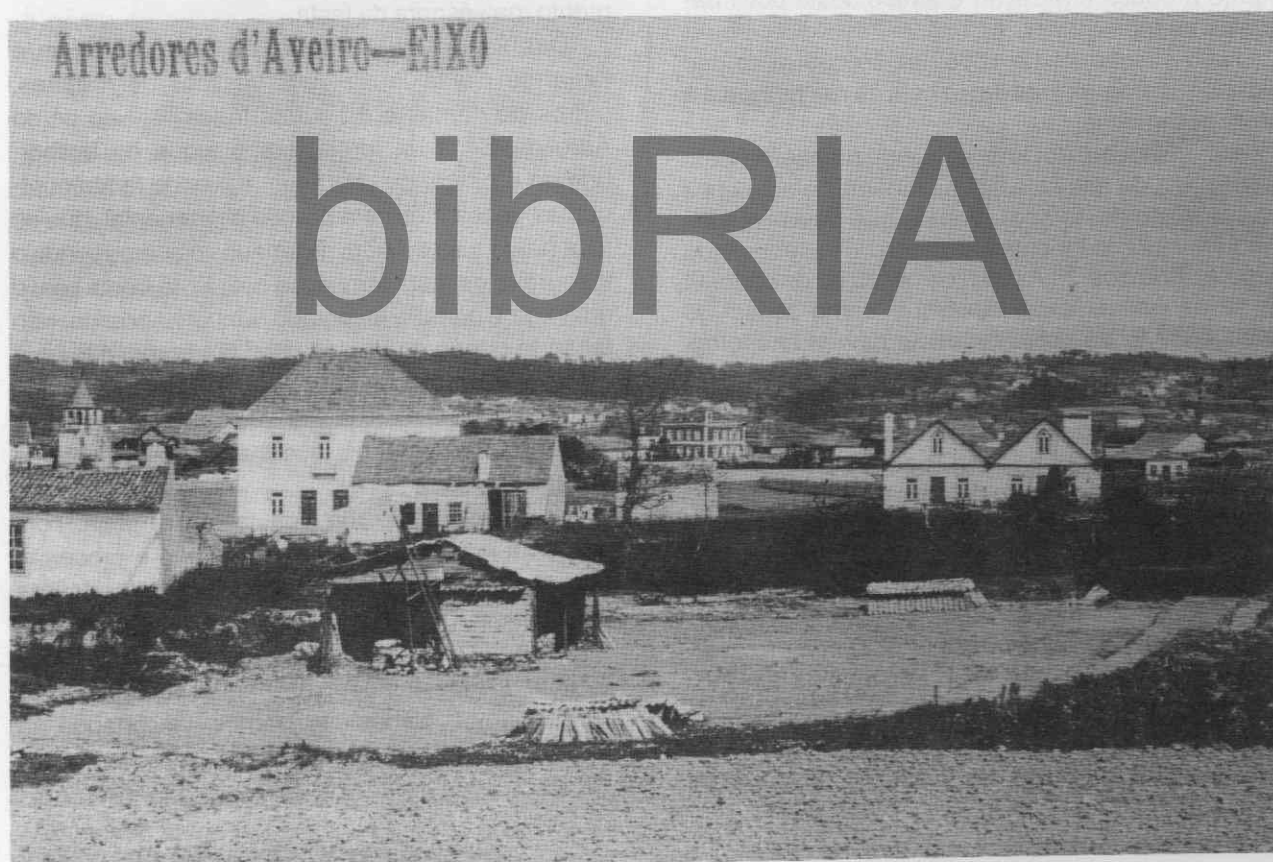
Devemos advertir que até aos princípios deste século foi mania deste povo casarem primos com primas, parentes com parentes; era raro o casamento fora da parentela e da terra, de maneira que a povoação reduziu-se principalmente a uma numerosa família, a Família Dias. Somos suspeitos porque pertencemos a esta família e, portanto, não se pode dizer que temos em vista deprimi-la, mas pedem a verdade e a conveniência que se diga que tais casamentos deram muito maus resultados pelo lado intelectual e de salubridade desta família. Felizmente esta época e mania (por assim dizer) acabaram; pode dizer-se que haverá trinta ou mais anos começou a regeneração desta e outras famílias de Eixo, cruzando-se completamente as raças e fazendo-se casamentos das pessoas principais da terra com outras de fora, e até de terras muito distantes com os resultados mais satisfatórios.

Por estas razões, temos fé de que Eixo (principalmente se continuar a ser uma terra tão salubre como tem sido) deve esperar um futuro brilhante pelo aumento e melhoramento da sua população.

tricanas distingue-se do das povoações vizinhas. As mulheres são alegres e joviais e, como se diz, mulheres de casa; e, consideradas, moralmente e sem ofensa das mais classes, é forçoso dizer que as senhoras de Eixo sempre têm sido dignas de elogio.

Depois de trazermos os leitores por longa charneca queimada em que só se avistam de longe a longe troncos carcomidos sem copa virente, paredes velhas cobertas de ereiras, que o tempo crestou, vamos mostrar-lhes enfim, senão uma extensa paisagem pitoresca, um raminho de flores colhido no jardim das Graças; falamos do belo sexo desta Vila, nos últimos tempos. Diremos pois aos leitores que, desde o ano de 1800 até 1840, nasceram e floresceram nesta Vila vinte e quatro moças formosas, incluindo muitas senhoras e não incluindo muitas, que não ficam muito inferiores.

Se nos fosse possível neste momento revocá-las todas à idade de 18 anos, colocá-las num grupo que se desenhasse, ofereceríamos aos leitores um quadro mais precioso e encantador que toda esta Memória. Mas como isto nos é vedado, restando-nos um desejo sempre vão, «julgue-o quem não pode



Um aspecto de Eixo no princípio do século XX.

▷ 4. ESTATURA E FISIONOMIA; DO BELO SEXO

A estatura, a fisionomia e o metal de voz, da gente de Eixo são regularares: altura elegante, rosto comprido, nariz regular, olhos e cabelos castanhos, timbre de voz agradável e sem vício; e o traje das

experimentá-lo» — como diz o nosso Camões. Depois de uma época tão brilhante, era natural seguir-se-lhe outra menos favorecida da natureza. E com efeito, desde o ano de 1840 até hoje, já não é tão numeroso o sexo belo, se o compararmos com a época referida; mas por isso que são menos, mais brilham as estrelas que aparecem.

▷ 5. GRAU DE CIVILIZAÇÃO DOS ANTEPASSADOS

Demonstrada a civilização ou atraso de um povo numa época dada, podemos conjecturar com alguma probabilidade o seu estado em tempos anteriores a essa época. Na falta de documentos anteriores, examinemos o estado deste povo nos fins do século XVII. O Livro dos Capítulos das Visitas desta igreja, que teve princípio no ano de 1667, dá-nos uma ideia dos costumes deste povo, do seu atraso, como vamos ver.

Na Visitação 17 do ano de 1688, se fez queixa ao Visitador de que os povos falavam alto na igreja, a ponto de perturbarem o sacerdote no acto da Missa. Porém, este facto (que revela grosseria ou impiedade de quem o pratica) só por si não é suficiente para o nosso intento; porque devemos ponderar que a igreja era pequena e a população grande, ⁽¹⁾ a ponto de o povo ocupar os caixões da Confraria e deixar os mordomos em pé; portanto, era natural que houvesse desordem num edifício pequeno, concorrido de muita gente.

Temos porém outros factos que mostram claramente a pouca civilização e atraso deste povo naqueles tempos.

Na Visitação 2.^a de 1668, fez-se queixa de que alguns sacerdotes jogavam a bola na rua pública e à porta das vendas!

Na Visitação do ano seguinte repetiu-se esta queixa, e a de que eles iam às tabernas e açougues (Vd. a Visita deste ano). Vemos que havia clérigos incorrigíveis e indecentes no modo de trajar, usando capotes brancos. ⁽²⁾ A coisa começou pelos padres!! E, se os padres eram devassos, como seriam os seculares? E, se estes factos se davam nas terras grandes, o que seria nas aldeias? As Missas das festividades eram cantadas por «uns charamelos» — o que foi muito estranhado pelo Visitador (Cit. Visit. 3.^a n.º 17). Os guiões eram levados nas procissões por gente descalça. ⁽³⁾

Algumas pessoas iam à igreja buscar os bancos e não os restituíam; a igreja não tinha forro algum no corpo e ameaçava ruína, apesar de as Confrarias terem copiosas rendas. ⁽⁴⁾

Havia devassidão nos templos, sendo os sacerdotes os piores que falavam nos intervalos dos ofícios divinos. ⁽⁵⁾

Na Visitação 3.^a cit., se mandou fazer uma porta para a torre, porque a não tinha, e pôr uma corda no sino, mas que esta só se pusesse depois da porta feita, para não a furtarem. ⁽⁶⁾

São estes factos suficientes para o leitor fazer uma ideia do atraso e desleixo deste povo naqueles tempos.

▷ 6. AS CAVALHADAS, AS FOGAÇAS E O CARNEIRO

Na falta de outros dados, podem os usos e costumes e mesmo as festividades e divertimentos públicos de um povo traduzir-nos a índole, génio e modo de viver de seus antepassados. Vamos por isso registar os mais notáveis (a que os leitores darão o merecimento devido), isto é, as cavalhadas ou encamisadas, fogaças e usos de matar o carneiro.

Estes divertimentos têm lugar na festividade de Nossa Senhora das Neves, no dia 5 de Agosto quando cai em domingo, ou no domingo seguinte quando o dia 5 não é santificado. ⁽⁷⁾

A cavalhada ou encamisada é o primeiro divertimento, na véspera da festa.

Das 9 para as 10 horas da noite começam a juntar-se cavalheiros — uns vestidos de militares, outros de damas e de outros trajes ⁽⁸⁾ — ao pé do Adro de Cima da igreja, ora a toque do tambor, bombo e píforo, ou charanga, havendo também algumas vezes música a grande instrumental, que se toca neste sítio do Adro. Formados os pares e indo o tesoureiro da festa também a cavalo na frente com o guião da Confraria levantado, archotes acesos, não faltando o fogo do ar e os ditos tambores, dão uma voltas em roda do adro e cruzeiro novo, e depois correm todas as ruas da Vila, ⁽⁹⁾ parando em casa de cada um dos festeiros, que lhes dá o competente beberete.

No dia seguinte, há boa festa de igreja, com música a grande instrumental, sermão e procissão no fim da Missa. De tarde, são as entusiásticas fogaças.

As fogaças são grandes bolos de farinha de trigo ⁽¹⁰⁾ com efeitos também de massa representando passarinhos, bichos e ramos recortados à

(1) Vd. Visitação 16 de 1685 e 17 de 1688.

(2) Visitação 3.^a de 1672 e 15.^a do ano de 1683.

(3) Visitação 20.^a de 1691.

(4) Visitação 18 e 20.

(5) Visitação 39. A troça que se fazia na igreja não era só efeito de ela ser pequena, mas também estimulada pelos padres.

(6) Eram ratoneiros reles que furtavam a corda e deixavam o sino incapaz de tocar.

(7) Há 30 anos que esta festividade se celebrava sempre no dia 5, ainda que não fosse santificado; mas reconheceu-se que nos dias

não santificados a festa era pouco concorrida de gente de fora.

(8) Ainda há poucos anos se introduziu este traje, porque o mais usado era camisa e calça branca, faixa vermelha, lençol a servir de capa e chapéu com plumas e fitas pendentes — e talvez por isso se chamasse encamisada — termo militar que significa assalto nocturno de soldados vestidos de camises.

(9) Antes também iam ao lugar de Horta, mas há anos que deixaram este costume.

(10) Ainda há poucos anos que eram por levedar, mas hoje são deão levedado ou mesmo todas de pão de ló, que não são piores

tesoura, — tudo pintado de amarelo. Levam no centro grandes ramos de flores artificiais e a circunferência é enfeitada de fitas pendentes.

São levadas em tabuleiros ou bandejas, com boas toalhas pendentes que têm o defeito de cobrirem os formosos rostos das portadoras, que de ordinário são dignos de serem vistos.

No dia da festa, de tarde, das 4 para as 5 horas, vão os tamboreiros ou a Música acompanhar as portadoras das fogaças de suas casas até à igreja, onde todas oferecem as fogaças à Senhora, e daí saiem em préstito para o cruzeiro da Balsa, onde se sentam tendo as fogaças diante de si.

Os cavaleiros, que já se acham a postos perto da ponte, largam todos a primeira carreira até ao cruzeiro, que dizem ser em louvor da Senhora das Neves. Depois começam as carreiras de cavaleiros aos pares, ganhando uma fogaça o que primeiro chegar ao cruzeiro.

— «Qual do cavalo voa, que não dece;

Qual, c'ô cavalo em terra dando, geme». (1)

É este um divertimento de muito entusiasmo para a gente da Vila e de fora, a que concorre grande número de pessoas de Aveiro, Águeda e outras terras, sendo para lamentar que a Autoridade competente não intervenha e proíba que o povo se apresente em grupos na carreira, o que tem dado ocasião à queda dos cavaleiros com geral desgosto dos espectadores. Nestes últimos anos tem havido fogo preso na rua a correr com o adro da igreja, uns anos em seguida às corridas das fogaças que acabam ao anoitecer, e noutros pelas 10 horas da noite.

No dia seguinte, também se tem introduzido desde há poucos anos, outra corrida de fogaças na rua do Adro de Cima, que não é menos divertida, porque as cavalgadas são burros sendeiros, de ordinário montados por crianças, onde o trambolhão é a ordem do dia ou da tarde. Há música, tambores e fogo do ar, como no dia antecedente. Já se vê que são três festas cheias.

Antes de 1834, em seguida à carreira das fogaças, realizava-se um divertimento bárbaro, a que chamavam a corrida do carneiro; tinha lugar na rua do Adro, em frente aos celeiros da Casa de Bragança. Prendendo-se um carneiro pelos pés a uma corda, era esta segura numa das pontas às grades do celeiro e na outra à oliveira do canto do nascente do adro da igreja. O carneiro ficava com a cabeça pendente em altura tal que fosse preciso saltar para se lhe poder chegar com a espada. Homens com lenços atados na cabeça e armados de grandes espadeirões e dando cada um a sua carreira alternadamente davam espadadas na cabeça do carneiro,

que era entregue àquele que primeiro a cortava! Semelhante espectáculo bárbaro acabou, como devia, no ano de 1833.

Não sabemos de que ano data a festividade da Senhora das Neves em Eixo, mas é certo que já no ano de 1668 existia a sua Confraria, como se vê da Visita 2.^a desta igreja.

É tradição que, aparecendo uma imagem da Virgem num cabeço, que existe no campo, coberto de tojos, no limite entre o campo de Angeja e de Eixo, houve grandes demandas entre estes povos para decidirem a qual deles pertencia a imagem. Diz-se que venceram os de Angeja, mas é certo que a Senhora das Neves se festeja com grande pompa em ambos estes povos e com o mesmo uso de encamisada. Há 30 anos que os de Angeja edificaram uma capelinha no referido sítio do aparecimento da imagem, onde se faz um arraial muito concorrido no domingo imediato ao da sua festa.

O costume de matar o carneiro não era privativo desta festividade e desta Terra; também se usava no Bunheiro. Ovar e talvez em outras Terras.

Não sabemos quando nem por que se introduziu o costume das fogaças.

No citado foral dado por por El-Rei D. Manuel, no cap. intitulado «foros da terra», se diz «que os foreiros serão obrigados a levar ao celeiro as fogaças e capões, até ao dia de Santo Estêvão de cada ano. Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, no seu Vocabulário, na palavra «Fogaça», cita vários forais, que igualmente mencionam as fogaças e os capões que os foreiros eram obrigados a dar ao Senhorio da Terra, declarando que a fogaça era de um e dois alqueires de trigo. Era pois a fogaça, no sentido dos forais, um brinde que faziam os foreiros aos seus Senhorios. Diz o citado Viterbo que a fogaça também se introduziu no culto religioso.

As fogaças da festividade da Senhora das Neves serão as mesmas das que fala o foral, que o Alto Senhorio cederia para esta festividade, isentando os seus foreiros destes encargos? Suposto o foral as mande pagar, elas efectivamente se não pagam de tempo imemorial.

▷ 7. AUTORIDADES; DIVISÃO TERRITORIAL, ANTIGA E MODERNA

Antes do ano de 1834, pertencia Eixo e seu antigo Termo, composto dos Lugares da Oliveirinha, Horta, Costa, Quintãs, Salgueiro, São Bento, Póvoa do Valado, Granja, Mamodeiro, Requeixo e Fermen-telos, com as três Vilas anexas de Paus, Ois da Ribeira e Vilarinho do Bairro, á Comarca de Barcelos. Em Eixo, assim como nas Vilas anexas, havia Câmaras Municipais, sujeitas ao Juízo de Fora de Eixo, e este era sujeito aos Ouvidores e depois

(1) Camões. *Lusiadas*. Canto 6. Est. 64.

Corregedores de Barcelos. A razão de tão extravagante divisão do território era porque o Senhorio de Eixo e Vilas anexas era o mesmo de Barcelos, a saber, os seus Condes e depois os Sereníssimos Duques de Bragança; e por isso, até ao dito ano, todas as Autoridades da Terra, a saber, o Juiz de Fora e seus Alcaides e Meirinhos e Escrivães do Público, Judicial e Notas, as Câmaras das quatro Vilas e Juizes Ordinários, e até as Ordenanças, eram nomeadas pela Sereníssima Casa de Bragança, como Senhoria Donatária da Coroa que era destas Terras. ⁽¹⁾ Daqui se pode avaliar a importância que Eixo teve, comparada com o que hoje é.

trativa; com seus escrivães e com uma Câmara Municipal de eleição popular. Em breve passou a Autoridade Judicial para o Juízo de Direito de Aveiro, ficando em Eixo as mais Autoridades. Pela criação de Juizes Ordinários, restituiu-se a Autoridade Judicial ao Concelho, e ficou formando um julgado com um Juiz Ordinário, dois Escrivães (também Tabeliães) e dois Oficiais de Diligências. As Terras que compunham o Concelho eram as mesmas do antigo Termo e mais os Lugares de Horta, Eirol, Taipa, Carcavelos, Nariz, e Cabeço de Eireira.

Havia, em princípio, Juizes de Paz com atribuições orfanológicas, que agora passaram para os



Casa que, nos finais da primeira metade do século XIX, começou a ser construída para servir de Paços do Concelho de Eixo, que entretanto foi extinto.

Estabelecido o sistema constitucional em 1834, ficou Eixo com o seu Termo formando um concelho livre de Barcelos, pertencente ao Distrito de Aveiro. A Vila de Paus ficou sendo cabeça de um concelho e as Vilas de Ois da Ribeira e de Vilarinho do Bairro ficaram pertencendo a outros. Ficou, pois, o moderno Concelho de Eixo com um Juiz de Fora, autoridade judicial; e com um Provedor, autoridade adminis-

Juizes Ordinários. Havia no Julgado dois Juizes de Paz, a saber, o de Eixo, que anda hoje se conserva e se compõe das Freguesias de Eixo, Eirol, Requeixo e Oliveirinha. O Provedor chamou-se Administrador do Concelho. Criou-se na Freguesia de Eixo um Juiz Eleito, com seus dois substitutos, de eleição popular, e Junta da Paróquia e Regedor da Freguesia com seus Escrivães.

(1) Sobre as jurisdições destas Autoridades remetemos os leitores para a «Dissertação Histórico - Jurídica», composta pelo nosso migo Dr. José Correia de Miranda, de Travassô, em defesa

do povo do Almoxarifado, publicada em 1866 da Thipographia Commercial do Porto.

Por Decreto de 31 de Dezembro de 1853, foram extintos o Julgado e o Concelho de Eixo, cujo Decreto se executou no ano seguinte de 1854, passando as jurisdições das Autoridades Administrativas para o Administrador da Câmara Municipal de Aveiro, e as das Judiciais para o Juiz de Direito da mesma Cidade, a que anexaram as Terras do Concelho de Eixo, menos Fermentelos, Nariz e Cabeço de Eireira, que ficaram pertencendo ao de Oliveira do Bairro, então criado. Ficou, pois, a antiga Vila de Eixo reduzida a ser (como ainda hoje é) cabeça de uma Freguesia e Distrito de Paz, com um Juiz Eleito, Junta da Paróquia e Regedor.

A antiga Freguesia de Santo Isidoro de Eixo compunha-se dos seguintes Lugares, a saber: Horta, Granja, Oliveirinha, Moita, Azenha de Baixo, Póvoa, São Bento, Costa, Quintãs e parte de Salgueiro. Mas, por Decreto de 2 de Maio de 1849, criou-se a Freguesia de Santo António da Oliveirinha, ficando Eixo só reduzido à Vila, Horta e Azenha de Baixo.

Não foi esta a primeira vez que os povos da Oliveirinha pretenderam separar-se da Freguesia de Eixo: pois, já no ano de 1774, o Padre Manuel António de Oliveira, por despacho que obteve sem que o povo e o Reitor soubessem, pôs um sacrário na capela da Oliveirinha; mas o povo levantou-se e foram 24 pessoas com o Reitor João Correia da Costa a Coimbra, donde vieram com o Dr. Promotor à dita capela tirar o mesmo Sacrário no dia 4 de Fevereiro do mesmo ano. É isto um facto muito sabido, e assim o encontramos contado num livro particular dos assentos, a fls. 113 v.º. Sem entrarmos nas razões que os povos da Oliveirinha então tinham para desejarem esta separação, devemos dizer, em abono da verdade, que ultimamente conseguiram o seu fim por um desleixo e talvez avaria incrível dos últimos Párocos de Eixo. (1)

► 8. ANTIGOS CORPOS DE ORDENANÇAS; MONTEIROS

Antes de 1834, havia em Eixo uma Capitania-Mor de Ordenanças, que compreendia várias Companhias, e estas se subdividiam em Esquadras. Esta Capitania compreendia Eixo e seu Termo e outras Terras. A primeira autoridade destes Corpos era o Capitão-Mor. Cada Companhia tinha um Capitão, um Alferes e um Cabo de cada Esquadra.

Havia em Eixo duas Companhias. A primeira Companhia compunha-se da gente de metade da Vila, desde a igreja para o lado do norte, incluindo o Beco do Canto, Rua do Forno e Monte, e as Terras da Azenha de Baixo, Covas da Raposa, Moita, Marco, Rego da Venda, Granja de Baixo e Picoto. Dividia-se em sete Esquadras e era seu Capitão Sebastião Gonçalves de Figueiredo e Alferes Próspero Dias Vieira, desta Vila. A segunda Companhia também era composta de sete Esquadras (2) e compreendia o resto da Vila desde o Adro para o lado do nascente e sul e os lugares da Granja de Cima, Cavadinha, São Bento e Costa. Foi seu último Capitão Manuel Dias de Figueiredo, nosso Avô, e Alferes Manuel Dias de Carvalho do Adro. O último Capitão-Mor foi Francisco Rodrigues de Figueiredo, natural das Quintãs. Não sei por que razão chamavam a estes Corpos «a Bicha» e assim os seus Oficiais se chamavam, por exemplo, «o Capitão de Ordenanças» ou da «Bicha».

Os soldados desta Milícia (se tal se pode chamar) eram todos os indivíduos que não pertenciam aos Corpos de Milícia ou Tropa de Linha; não tinham uniforme de fardamento, mas usavam cada um do vestido que tinham naquele tempo, pela maior parte de burel, saragoça e serguilha, de cor parda ou preta, a capricho dos indivíduos que se chamavam «Paisanos». Os oficiais ultimamente foram obrigados a ter fardamento, que usavam, de casaca e calça de pano verde, com galões brancos, chapéus de pelo de dois bicos com plumas, e espada e banda, tudo decente. As armas dos paisanos eram paus com chuços de ferro, foices e, por último, algumas espingardas pela maior parte caçadeiras.

Era tropa tão ignorante da arte militar que não sabiam (como se costuma dizer) onde tinham a sua mão direita.(3) Mas deve dizer-se que os Oficiais, principalmente o Capitão-Mor e Capitães das Companhias, tinham muita consideração e influência no povo, porque eram eles que faziam o apuramento e prisões dos mancebos para o serviço militar da 1.ª e 2.ª Linha. Todas as casas ou fogos eram numerados; e cada Capitão tinha o seu livro intitulado Livro do Registo dos fogos e moradores no Distrito da 1.ª Companhia da Capitania-Mor das Ordenanças de ... Eixo, por exemplo. Nestes Livros se escreviam os nomes de todos os chefes de família de ambos os sexos.

(1) É certo que os povos da Oliveirinha e outras terras mais distantes tinham direito a exigir que se lhes concedesse um cemitério e se lhes administrasse os sacramentos na sua capela. Se os Párocos de Eixo lhes tivessem feito esta concessão, talvez estes povos não fizessem tanta força para a criação da Freguesia, que é sempre um encargo pesadíssimo para os povos.

(2) Nem todas as Companhias tinham o mesmo número de

Esquadras, havendo as de menos de sete e as de mais de oito e nove.

(3) E tanto que se conta de alguns Oficiais que, querendo (no acto de comandar) que os paisanos se voltassem para a direita, lhes diziam: Caras ao pinheiro, ao carvalho, ao monte de esterco, por estes objectos lhes ao lado direito.

▷ 9. JUIZES DE FORA DA VILA DE EIXO

- 1.º — Julião Libório de Almeida e Vasconcelos
- 2.º — Bento Pedrosa Pereira Barreto
- 3.º — João Ferreira Sarmiento Pimentel
- 4.º — António Abranches Lobo
- 5.º — José Joaquim Rodrigues de Bastos
- 6.º — José Joaquim Homem de Figueiredo
- 7.º — Manuel Bernardes Pestana Gaulão
- 8.º — Joaquim Pessoa de Amorim
- 9.º — António Alves Pinto Vilar
- 10.º — Bento Baía Teixeira de Miranda

▷ 10. REITORES DA IGREJA DE EIXO, DESDE 1500 ATÉ AO PRESENTE

- | | |
|-----------------------------|----------|
| 1.º — Rev. Pedro Gonçalves | (1) |
| 2.º — Rev Diogo Fernandes | 1529 (2) |
| 3.º — Rev. Pedro Ferreira | 1533 (3) |
| 4.º — Rev. Francisco Vieira | 1539 (4) |
| 5.º — Rev. Brás João | 1552 (5) |
| 6.º — Dr. Manuel Vieira | 1579 (6) |
| 7.º — Dom Nuno de Noronha | 1583 (7) |

- | | |
|-----------------------------------|----------------------------|
| 8.º — Rev. Domingos Rodrigues | 1585 (8) |
| 9.º — Rev. António de Almeida | Pinto 1618 (9) |
| 10.º — Rev. Valentim Pinto de | Almeida 1661 (10) |
| 11.º — Rev. Alexandre Toscano de | Azevedo 1666 (11) |
| 12.º — Rev. Diogo de Moraes | Cabral 1681 (12) |
| 13.º — Rev. Manuel Antunes | Varela 1710 (13) |
| 14.º — Rev. Manuel do Nascimento | Feio 1734 (14) |
| 15.º — Rev. João Correia da Costa | 1752 (15) |
| 16.º — Rev. Manuel Francisco da | Silva 1795 (16) |
| 17.º — Rev. Paulo da Costa | Andrade e Moraes 1830 (17) |
| 18.º — Rev. José Rodrigues | Ferreira 1843 (18) |
| 19.º — Francisco dos Santos | Brandão 1852 (19) |
| 20.º — Rev. Onofre Ferreira dos | Santos 1863 (20) |
| 21.º — Rev. José Tavares Pinheiro | 1871 (21) |

(1) Ignoramos o ano em que foi apresentado.

(2) Apresentado pela Coroa e confirmada a apresentação pelo Bispo de Coimbra no 1.º de Julho de 1529.

(3) Apresentado por Álvaro de Sousa (Senhor da Terra) e confirmada a apresentação pelo dito Bispo a 30 de Julho de 1533.

(4) Confirmado em 20 de Junho de 1539, por o dito Pedro Ferreira ir para a Igreja da Lourinhã.

(5) Apresentado por Álvaro de Sousa no meado de Dezembro de 1552.

(6) Apresentado pela Condessa de Odemira D. Violante de Castro em 14 de Outubro de 1579.

(7) Apresentado pela mesma Condessa (pelas renúncia do reitor Manuel Vieira) em 21 de Julho de 1579; em 1585 era Bispo da Guarda. Era filho dos Condes de Odemira.

(8) Apresentado pela dita como tutora de seu filho D. Sancho de Noronha e confirmada a apresentação a 6 de Julho de 1585.

(9) Natural de Espinhel; apresentado pelo referido Conde de Odemira D. Sancho a 17 de Julho e colado a 8 de Agosto de 1618.

(10) Apresentado pelo Rei D. Afonso como Administrador da Casa de Bragança e colado a 2 de Julho de 1661.

(11) Apresentado pelo mesmo Rei a 22 de março e colado a 7 de Abril de 1666.

(12) Apresentado pelo Príncipe D. Pedro como Regente do Reino e Administrador da Casa de Bragança a 23 de Janeiro, e colado a 28 de Fevereiro de 1681. Era natural de Mira.

(13) Apresentado por El-Rei D. João V como Administrador da casa de Bragança a 12 de Março e colado a 4 de Abril de 1710. Era natural de São Joaninho, Bispado de Coimbra.

(14) Apresentado por El-Rei D. João V como Administrador do Príncipe D. José, Duque de Bragança (e depois Rei) a 20 de Janeiro e colado a 5 de Abril de 1734.

(15) Apresentado por El-Rei D. José como Administrador da Princesa D. Maria (depois Rainha), Duquesa de Bragança, a 15 de Novembro e colado a 19 de Dezembro de 1752. Era natural de Cabanas, do Bispado de Viseu.

(16) Apresentado pela Rainha D. Maria I como tutora do Príncipe D. João, Duque de Bragança, a 4 de Abril e colado no 1.º de Junho de 1795. Era natural de Santa Cristina de Mansores, do Bispado do Porto.

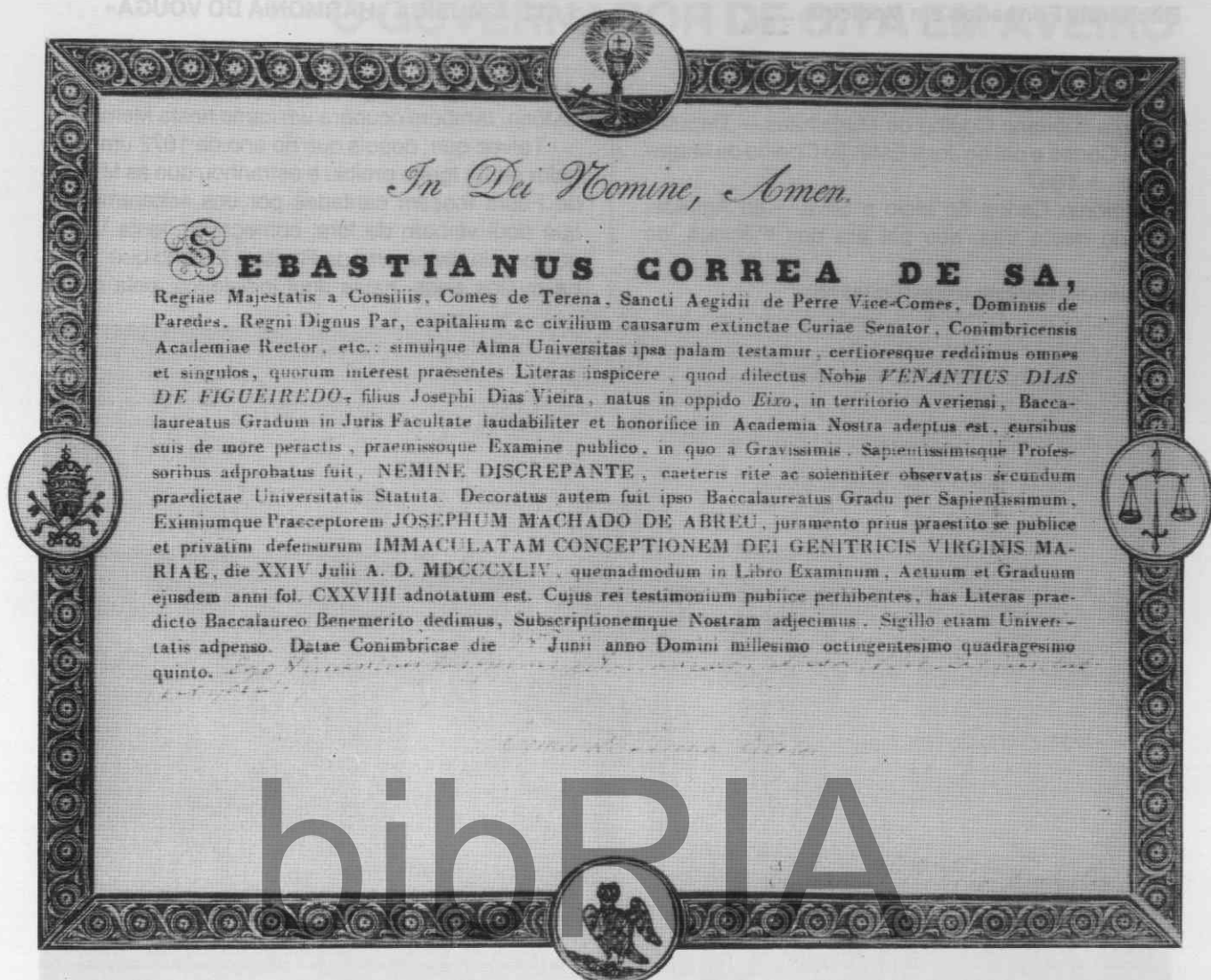
(17) Apresentado por D. Miguel como Administrador dos Bens e Estado de Bragança a 3 de Março e colado a 29 de Maio de 1830. Era natural de Aldeia de João Pires, do Bispado de Castelo Branco.

(18) Nomeado pela Carta de 15 de Julho pela Rainha D. Maria II e colado a 4 de Agosto de 1843. Era natural de Eixo.

(19) Apresentado por concurso pela mesma Rainha por Carta de 6 de Maio, e colado a 8 de Julho de 1852. Era natural de Aveiro.

(20) Apresentado por El-Rei D. Luís I por Carta a 24 de Março de 1863. Era natural de Travassô.

(21) Apresentado por El-Rei D. Luís I a 11 de Janeiro e colado a 15 de Março de 1871. É natural de Travassô.



Diploma de formatura do Dr. Venâncio Dias de Figueiredo Vieira na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (28-VI-1845).

Doutores

José Jorge Ferreira — Bacharel em Direito e Doutor em Filosofia.

Ricardo Gonçalves de Lima — Doutor em Direito. 1833

Licenciados

António José Alves (vulgo, o Doutor do Cabeço) — Juiz de Fora em Valença e Pinhel, Ouvidor em Rio Negro (Brasil) e depois Desembargador no Rio de Janeiro, onde morreu. ⁽¹⁾

Bacharéis Formados em Direito

Eusébio Custódio das Neves — Sargento-Mor de Ordenanças.

José Luís Costa. + 1830

Joaquim Fernandes da Costa Paiva e Lima. — Professor de Latim nesta Vila. + 1834

José Dias Vieira — Juiz de Fora no Alandroal do Vouga. ⁽²⁾ + 1840

Manuel Gonçalves de Figueiredo Gausper. 1831

José de Brito Homem Taborda — Juiz de Fora de Terena. + 1845

Venâncio Dias de Carvalho e Figueiredo. Serviu de Governador Civil de Aveiro e, ante de formado, foi Professor de Latim em Ovar e Angeja. + 1862

Joaquim Pedro Alves de Melo — Juiz de Fora da Sertã.

Manuel Joaquim de Almeida Júnior.

José Pereira de Carvalho e Silva.

João António de Amandúla. + 1851

José Joaquim da Silva Pinho — de Jafafe, casa-do nesta Vila.

Manuel de Figueiredo Brandão — Só Bacharel em Direito.

Bacharéis Formados em Medicina

(?) Filho de Carlos de Freitas.

José Luís de Abreu.

Luís Cipriano Cœlho de Magalhães — Deputado às Cortes e pai de José Estêvão Coelho de Magalhães. + 1857

António Carlos de Melo e Silva — de Águeda, casado nesta Vila; seu pai era dos Plácidos, de Aveiro.

Manuel Gonçalves de Figueiredo.

▷ 12. A MÚSICA «HARMONIA DO VOUGA»

Também Eixo teve uma Filarmónica, intitulada «Harmonia do Vouga»; e, como hoje pertence à história, também ocupará um canto nesta Memória.

Talvez que, depois que no ano de 1672 um Visitador desta Igreja proibiu e estranhou que as Missas de Festa fossem cantadas por uns «charamelos» que aqui vinham de fora, comesse nesta Vila o gosto pela divina arte de Rossini. É certo que, já de há muitos anos, havia aqui indivíduos, pela maior



Eclesiásticos

D. Frei Sebastião da Anunciação Gomes de Lemos — Bispo de Angola e Comissário-Geral da Bula da Cruzada. + 1869

D. Sebastião Dias Laranjeira — Bispo do Rio Grande do Sul (Brasil) nasceu no Brasil, mas seu pai era dos Laranjeiras desta Vila, chamado Joaquim Dias Laranjeira. + 1888

Frei Venâncio Dias de Carvalho — Superior Geral dos Carmelitas Descalços em 1820-23.. (Nasceu em 1770)

Cónego José Berardo de Carvalho — Era Cónego no Rio de Janeiro (Brasil). + 1865

parte clérigos, apaixonados pela música.

O mais antigo de que temos notícia foi o Padre Sebastião Dias de Carvalho; depois o Padre Marques e o Padre Quaresma. O Padre Sebastião Dias era o mestre desses tempos que, com os outros, cantava nas festividades.

Nos princípios deste século já havia nesta Vila muitos indivíduos dados à música, principalmente vocal, para o que muito concorreu o grande entusiasta musical Luís Ferreira Anchão (discípulo do dito Padre Sebastião), a quem chamavam «Padre Luís» por ser minorista, que era incansável em ensinar música. (3)

Venâncio Dias de Figueiredo Vieira

(1) Existem as Teses que defendeu em Coimbra, num pano de setim de cobrir o cálix da Confraria da Senhora da Graça! Estes antigos tinham lembranças! Seria promessa?

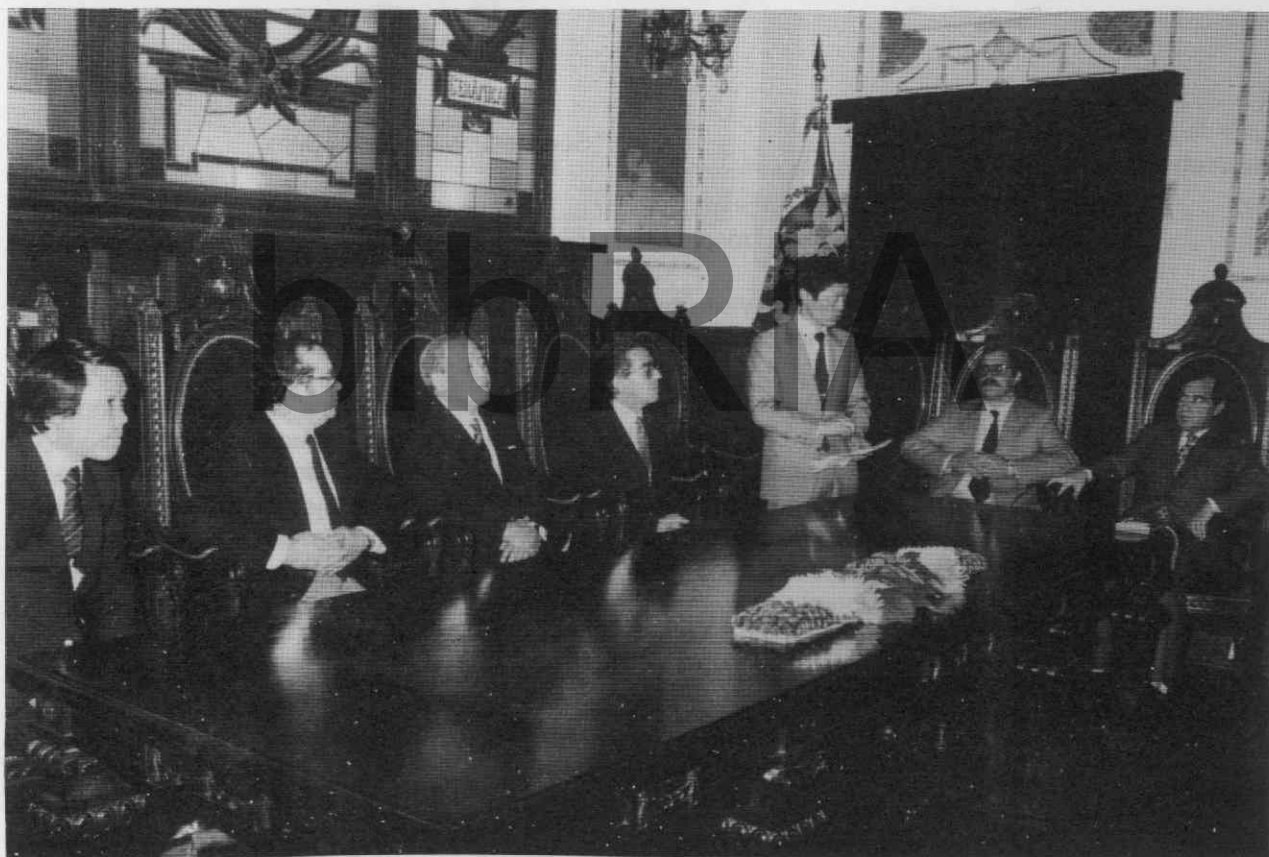
(2) Em 1828 foi nomeado pela Junta Liberal para Juiz da Vila do Vouga, de cujo lugar tomou posse; mas, seguindo-se logo a batalha do Vouga em que o exército liberal ficou mal, isto é, teve de retirar, não chegou a exercer esse cargo. Era nosso pai e

homem tão bondoso que, apesar de ser considerado como liberal, que era de coração, nunca foi perseguido!

(3) Este homem era tão perdido pela música que, quando lhe pediam para ensinar música, se oferecia da melhor vontade; e, se lhe perguntassem o local e hora em que o deviam procurar, respondia sempre «aqui... em minha casa... na quinta... na rua... em toda a parte...» tanto de manhã, como ao meio-dia ou à noite.

O GOVERNADOR DE OITA EM AVEIRO

No passado dia 28 de Outubro, deslocou-se a Aveiro o Governador da Província de Oita, no Japão, Dr. Morihiko Hiramatsu, que se fez acompanhar pelo Adido Cultural da Embaixada Nipónica, em Lisboa. O Presidente e os Vereadores da Câmara Municipal de Aveiro, o Presidente da Assembleia Municipal, o Reitor da Universidade, os Comandantes das Forças Militares e Militarizadas, um representante do Bispo da Diocese e outras individualidades aguardaram os ilustres visitantes à sua chegada.



Sessão solene nos Paços do Concelho, no momento em que usava da palavra o adido cultural da Embaixada do Japão em Lisboa.

Na sessão solene, que decorreu no salão nobre dos Paços do Concelho, falou o Presidente da Assembleia Municipal, cujas palavras abaixo se transcrevem. O Diplomata Japonês, na sua alocução, acentuou que o seu País continua aberto ao intercâmbio cultural, científico e comercial, regozijando-se com esta visita, a qual servia para activar as relações entre as duas cidades. O Presidente da Câmara de Aveiro, num feliz improviso, manifestou satisfação por receber tão ilustre representante e prometeu uma maior aproximação entre Aveiro e Oita.

Finalizando a sessão, o Governador de Oita referiu o passado histórico que une os dois Países, invocando a figura de S. Francisco Xavier — o pioneiro que levou à sua terra o cristianismo e a cultura portuguesa.

No Governo Civil, após os cumprimentos apresentados pelo Governador de Oita, o Dr. Hiramatsu e o Dr. Gilberto Madaíl trocaram impressões sobre a possibilidade de desenvolvimento das relações culturais e comerciais entre as duas regiões.

Feita uma breve visita ao Museu local, a comitiva dirigiu-se ao edifício Oita, para se proceder à sua inauguração.

A estadia da embaixada japonesa terminou após o almoço, oferecido pela Câmara Municipal num hotel da cidade. À despedida, o Dr. Girão Pereira, em nome da Edilidade Aveirense, confiou ao Dr. Hiramatsu uma simples mas expressiva mensagem, para ser entregue ao Presidente da Câmara de Oita.

Palavras do Presidente da Assembleia Municipal

Exm.º Senhor Governador de Oita:

Quero em primeiro lugar e em nome da cidade de Aveiro, apresentar-lhe os nossos mais respeitosos cumprimentos, as nossas fraternas e cordiais saudações.

Constituir a visita de V. Ex.ª um privilégio para a cidade de Aveiro, e desejo-lhe testemunhar principalmente, Senhor Governador, quanto nos sentimos honrados com ela.

São decorridos precisamente três anos que uma embaixada aveirense se encontrava em Oita, retribuindo visita, é certo, mas também estreitando laços, acrescentando mais elos na cadeia do protocolo selado entre as nossas cidades, consolidando alicerces de um intercâmbio que desejamos firme e transparente. Mas mais do que um contacto protocolar que também desejamos de longa vida, não posso deixar de recordar, aquando da nossa visita, a surpresa da recepção, o acolhimento das gentes, a entrega total e espontânea de uma cidade a outra cidade, tão distantes uma da outra quer no espaço, quer no tempo, e que mais pareciam reencontrar-se, após anos largos de ausência. Quiçá, talvez que fosse o encontro da História, e o encontro com a História.

Em Oita, Senhor Governador, nos encontramos com o nosso navegador Fernão Mendes Pinto, o nosso médico Luís de Almeida, o nosso missionário S. Francisco Xavier... e todos os marcos ainda vivos da nossa passagem pelo Oriente, pelo vosso grande País — marcos que o tempo não destruiu, nem na memória dos homens se apagou. E nessa nossa viagem, que aqui recordo (e aqui estão presentes muitos participantes), trouxemos na nossa bagagem, para além dum passeio sempre apetecido de encontro com outras gentes e civilizações, a extraordinária lição de homenagem e gratidão dum grande País, o Japão, à História dum outro País, o nosso Portugal.

Um grande País que, como ninguém, o escreveu e cantou Venceslau de Moraes, e que tanto o amou. Este nosso Cônsul de Portugal em Hiogo, Kobe e Osaka votou a sua existência a descrever e a investigar o Japão, e por lá morreu, aos 75 anos, em Tokushima.

«Cá está o meu Japão», escreveu Venceslau de Moraes; «Revejo as casinhas de madeira e de papel, a amálgama de lojas abarrotando de mil indústrias estranhas, aqui um templo em festa, além um cortejo de enterro entre flores: e

pelas ruas, a alegre quermesse do povo, arrastando ruidosamente os socos, vendilhões, passeantes, as crianças garridas, as «musumés» em sedas. Fecham o quadro montanhas viçosas, dum verde negro de folhagem projectando no azul límpido do céu as largas ramadas».

E, revendo-me em todas estas coisas, ocorre-me ao espírito o sentimento desconsolador de nada ter dito, de nada ter escrito, que exprima realmente o que seja o Japão. O encanto que emana deste País abençoado sente-se, sente-se apenas, como um perfume que se aspira, mas que as palavras não definem.

Senhor Governador:

Recordar, hoje aqui, a nossa cidade irmã de Oita é também a homenagem à grande potência mundial que vocês construíram, com muita perseverança, com muito amor, mas certamente com muito trabalho. O Japão que se impôs ao mundo por toda sua capacidade dum grande povo, que sofreu na carne os horrores de Hiroshima e Nagasaki, soube renascer das próprias cinzas, com uma firmeza e uma disciplina que o mundo reconhece, admira e respeita. E tudo isto sem perder os encantos da vossa civilização, a sensibilidade da entrega total às coisas simples, o seu grande amor à natureza, o respeito pela tradição: o culto dos arranjos das flores, as cerimónias rituais do chá, a graça do vestir do kimono, tudo é sensibilidade, encanto, respeito e amor.

Senhor Governador:

Ao terminar, quero comunicar-lhe, com muito prazer, que a Assembleia Municipal, a que presido, aprovou ontem um voto de regozijo pela visita de V. Ex.^a. Esse voto, é o voto duma cidade que abraça a outra cidade. É o abraço de Aveiro à cidade de Oita. É o abraço da História, é o abraço de irmãos.

bibRIA



EVOCAÇÃO

Faleceu em Aveiro, no passado dia 1 de Março o Eng.º José Ferreira Pinto Basto, natural da freguesia da Glória, que contava 71 anos de idade e que, durante mais de 40 anos, patenteou a sua competência e testemunhou a sua dedicação ao serviço dos CTT, onde ingressara em Março de 1939.

Começou a trabalhar na área da comutação; posteriormente, colaborou na execução das normas técnicas sobre recepção, adaptação, montagem e conservação dos equipamentos estrangeiros, fornecidos para as novas estações. Durante a década de quarenta, foi o responsável pelos trabalhos de automatização de alguns grupos de redes e ampliação de outras, tornando-se pioneiro da introdução da automatização nas zonas rurais.

Autor dos primeiros projectos nacionais de comutação e sinalização telefónica, viu-se incumbido de estruturar e dirigir o «Grupo de Estudos de Comutação Automática» (GECA), que, começando os seus trabalhos em Janeiro de 1950, tinha a sede e as instalações em Leiria, onde se manteve até Agosto de 1955;

GLÓRIA



12-5.1982: Nos Paços do Concelho, a Câmara Municipal de Aveiro entrega a Medalha de Prata da Cidade ao Eng.º Pinto Basto.

nesta data, por influência directa e persistente do Eng.º Pinto Basto, o GECA veio a fixar-se em Aveiro, na Rua do Dr. Mário Sacramento (então Rua de Ilhavo). Em 27 de Janeiro de 1972, o mesmo Grupo de Estudos passou a designar-se por «Centro de Estudos e Telecomunicações» (CET). Com estas funções, o Eng.º Pinto Basto passaria também a exercer as de Subdirector dos Serviços de Telecomunicações.

Construídos edifícios capazes na zona do eucalipto, o CET foi para aí transferido em 29 de Maio de 1974, ocupando o bloco principal. Entretanto, a Universidade de Aveiro, recentemente criada, iniciava a sua docência no bloco secundário e, durante o primeiro ano, foi servida por professores do mesmo Centro.

Em 1977, o Eng.º Pinto Basto ainda seria escolhido para Director Adjunto da Administração dos CTT, atingindo, após quatro anos, a categoria de Inspector Geral.

Durante a sua longa e prestigiosa carreira, recebeu diversos louvores, entre os quais se destaca o mais alto galardão da Empresa — a Medalha de Ouro dos CTT; e, em 1982, o Presidente da República agraciou-o com a Comenda de Mérito Industrial.

Aveiro não pode esquecer o que ficou devendo ao Eng.º José Ferreira Pinto Basto, digno de ascender, pelas suas qualidades e benemerências, à galeria dos filhos ilustres. A Câmara Municipal, interpretando o sentimento agradecido da colectividade, em 5 de Maio de 1982 fez-lhe mercê da Medalha de Prata da Cidade, pois o agraciado «prestou, com dedicação e acendrado aveirismo, serviços relevantes à Cidade e ao Concelho» e «desenvolveu um esforço determinante e ímpar no sentido de trazer para Aveiro o Centro de Estudos e Telecomunicações, em cujo edifício, propositadamente construído para aquele fim, a Universidade Aveiro iniciou a sua benéfica actividade». ⁽¹⁾ A referida medalha foi-lhe entregue, em sessão solene efectuada nos Paços do Concelho, no dia 12 de Maio desse ano.



12-5-1982: O Eng.º Pinto Basto, no uso da palavra, agradece à Câmara Municipal de Aveiro.

Após a sua morte, também a Edilidade, na reunião ordinária de 12 de Março, deliberou que ficasse exarado em acta um voto de profundo pesar pelo infausto acontecimento que enlutou a Cidade, e que se comunicasse à Família do insigne Aveirense o teor desta resolução. (2)

Ao evocar o Eng.º José Ferreira Pinto Basto, pretendemos prestar homenagem, singelamente embora, a Alguém que se tornou credor do respeito e da gratidão dos seus conterrâneos e a quem Aveiro deve uma valiosa quota-parte do seu progresso.

J. Gaspar

(1) Acta da reunião extraordinária de 5-5-1982.

(2) Acta da reunião ordinária de 12-3-1984.

bibRIA

«UM PAÍS NÃO É TECNOLOGICAMENTE EVOLUÍDO QUANDO TEM ACESSO AOS PRODUTOS MAIS APERFEIÇOADOS, MAS SIM QUANDO É CAPAZ DE OS CRIAR».

Eng.º Pinto Basto
(Em Revista CTT/TLP, n.º 1 - Lan. 1984)

Biblioteca Municipal

A Edilidade aprovou as normas de utilização da Biblioteca Municipal de Aires Barbosa que vinha funcionando essencialmente como centro de estudo. Por proposta do Vereador Custódio Ramos, a mesma Biblioteca passou a ter «por objectivo proporcionar o acesso aos livros e a outros bens culturais nela existentes».

Eclusas e Comportas

A Câmara Municipal, em 10 de Outubro de 1983, procedeu à abertura das propostas referentes à empreitada «Construção de um Sistema de Eclusas e Comportas na Ria de Aveiro», cujos valores oscilaram entre os 74 000 000\$00 e os 118 000 000\$00. Foi deliberado que tais propostas fossem apreciadas pelos Serviços Técnicos, a fim de habilitarem a Câmara a posterior decisão.

Na sequência da abertura de propostas referentes à empreitada «Construção de um sistema de Eclusas e Comportas na Ria de Aveiro», e após informação prestada pelos Serviços Técnicos, em 21 de Novembro de 1983 deliberou o Executivo Municipal adjudicar à firma Trange-Trabalhos de Engenharia, pelo valor de 74 500 000\$00, a sua execução, comprometendo-se a adjudicatária a concluí-la no prazo de 7 meses e a incluir na obra um pontão a construir sobre o canal do paraíso.

Fábrica Campos

Em reunião de 5 de Dezembro de 1983, a Câmara mandou proceder ao levantamento estereofotogramétrico em alçado das fachadas exteriores do edifício central da Fábrica Jerónimo Pereira Campos, com vista à recuperação e reconversão em Centro Cultural do Município.

Largo das Barrocas

Em 16 de Janeiro a Edilidade adjudicou pela importância de 2 517 000\$00, o arranjo do largo envolvente da capela do Senhor das Barrocas, cujo projecto foi elaborado pelo Arq.º Ribeiro Teles. Para execução das obras a Câmara Municipal abriu concurso em 31 de Outubro passado.

Plano e Orçamento de 1984

A Câmara Municipal, em 16 de Janeiro, aprovou o Plano de Actividades e Orçamento Ordinário para o ano de 1984, importando este último documento, tanto na despesa como na receita, na quantia total de 989 915 000\$00.

No Plano de Actividades o montante atribuído por objectivos é o seguinte: — Educação, 25 400 000\$00; Cultura, Desporto e Tempos Livres, 55 100 000\$00; Acção Social, 31 500 000\$00; Saúde, 12 250 000\$00; Habitação e Urbanismo, 112 800 000\$00; Saneamento e Salubridade, 29 600 000\$00; Protecção Civil, 6 500 000\$00; Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, 34 850 000\$00; Comunicações e Transportes, 71 350 000\$00; Meio Ambiente, 102 200 000\$00.

Prática Desportiva

A Câmara Municipal tomou conhecimento de que o pavilhão rectangular sito no recinto das Feiras e Exposições se encontra já devidamente preparado para a prática desportiva, pelo que o Vereador Moreira Tavares propôs que a respectiva utilização tenha início no mês de Junho.

Comissão da Feira de Março

A Câmara Municipal, em reunião de 20 de Fevereiro, homologou a constituição da Comissão Executiva da Feira de Março composta por: Vereador Moreira Tavares; Eng.ª Gracinda Ferreira; Arqt.ª Diamantina Galacho; Chefe dos Serviços de Turismo Dr. Diamantino Dias; Designer Jorge Trindade; Chefe dos Serviços de Fiscalização José Neves; 3.º oficial Vasco Lopes e um representante da Associação Comercial.

Património Cultural

Em reunião de 27 de Fevereiro a Edilidade, por proposta do Vereador Custódio Ramos, aprovou medidas tendentes à salvaguarda do património cultural, do seguinte teor:

- «1. - Nos termos da lei, a autorização de demolição de edifícios, no todo ou em parte, é da competência exclusiva da Câmara;
2. - Para o efeito, deverá a Comissão de Vistorias inventariar o património cultural que porventura exista dentro ou fora do edifício a demolir;
3. - Constatada a existência de elementos culturais a preservar, a Câmara encetará diligências junto do proprietário visando a sua reservação».

Piscinas Municipais

Na mesma reunião, por proposta do Presidente, foi deliberado abrir concurso, limitado pelo período de seis meses, para a elaboração do projecto das futuras piscinas municipais.

Fábrica Campos

Visando o estudo e formulação de um plano de utilização do edifício municipal do complexo da Fábrica Jerónimo Pereira Campos, bem como a preservação do espólio de interesse cultural nele existente, a Câmara Municipal, em 12 de Março, deliberou nomear um grupo de trabalho constituído pelo Presidente, Vereadores Sequeira Pereira, Portugal da Fonseca e Custódio Ramos; Director de Serviços de Obras, Encarregado-Geral e Arqt.º Crespo Osório.

Feira de Março

Como no ano transacto, teve início no dia 25 de Março a secular «Feira de Março», que no ano corrente completou 550 anos sobre a data da sua instituição. A inauguração foi presidida pelo Governador Civil de Aveiro e teve a assistência das entidades locais.

Promoções turísticas

Setembro — A Comissão Municipal de Turismo colaborou no «Convívio dos Transportes Colectivos» da seguinte maneira: — Oferta de elementos publicitários; pagamento dos «cachets», respectivamente, ao Grupo Raiz e ao Rancho Folclórico da Casa do Povo de Cacia; fornecimento de trajes regionais a três filhas de trabalhadores, a fim de distribuírem lembranças.

— De igual modo, exceptuando os trajes, colaborou no «IV Encontro de Secretários Municipais».

Outubro — Adquiriu várias peças antigas, destinadas aos trajes regionais, bem como adornos (imitações).

— Fez propaganda em várias revistas e diversos jornais.

— Adquiriu fotografias, diapositivos e um filme «video», referentes às «Festas da Ria».

Dezembro — De 12 a 14, concretizou várias iniciativas de acção promocional na Galiza.

Fevereiro — De 2 a 5, a mesma Comissão Municipal esteve presente na Fitur — Feira Internacional de Turismo, em Madrid, onde obteve dois prémios: um, pela apresentação do melhor «stand»; e outro, pelos melhores cartazes, um dos quais exibia o barco moliceiro.

— Neste mês, chegaram os 5 000 exemplares do «Roteiro de Aveiro», encomendados durante o ano transacto.

— Foi aberto concurso limitado para a construção de uma nova lancha, destinada aos serviços de Turismo.

SUMÁRIO

A FEIRA DE MARÇO	• <i>Eduardo Cerqueira</i>	• 3
DUAS PALAVRAS	• <i>Custódio Ramos</i> Vereador do Pelouro Cultural	• 7
NOS 550 ANOS DA FEIRA DE MARÇO	• <i>João Gonçalves Gaspar</i>	• 9
A INSTITUIÇÃO DE UMA FEIRA EM AVEIRO	• <i>Redacção</i>	• 13
INTERESSANTE DOCUMENTO SOBRE A FEIRA DE MARÇO	• <i>Redacção</i>	• 14
DUAS NOTAS SOBRE O CONCELHO DE AVEIRO	• <i>Jorge Arroiteia</i>	• 17
JARDIM BOTÂNICO — CONCEITOS MODERNOS	• <i>Orlando de Oliveira</i>	• 19
LENDA DO SAL	• <i>Amadeu de Sousa - Texto</i> <i>Jeremias Bandarra - Ilustração</i>	• 24
UM MANUSCRITO INÉDITO SOBRE EIXO	• <i>Anibal Ramos - J. Gaspar</i>	• 27
MEMÓRIA SOBRE A VILA DE EIXO	• <i>Venâncio Dias de Figueiredo Vieira</i>	• 30
O GOVERNADOR DE OITA EM AVEIRO	• <i>Redacção</i>	• 65
ENG.º JOSÉ FERREIRA PINTO BASTO	• <i>João Gonçalves Gaspar</i>	• 68
NOTICIÁRIO	• <i>Redacção</i>	• 71